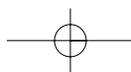
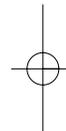
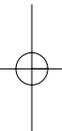
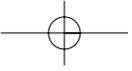


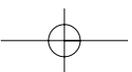
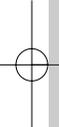


China por toda parte





Cadernos Adenauer



ANO VII **1** 2006

China por toda parte



Editor responsável
Wilhelm Hofmeister

Conselho editorial
Antônio Octávio Cintra
Fernando Limongi
Fernando Luiz Abrucio
José Mário Brasiense Carneiro
Lúcia Avelar
Marcus André Melo
Maria Clara Lucchetti Bingemer
Maria Tereza Aina Sadek
Patrícia Luiza Kegel
Paulo Gilberto F. Vizentini
Ricardo Manuel dos Santos Henriques
Roberto Fendt Jr.
Rubens Figueiredo

Coordenação editorial
Cristiane Duarte Daltro Santos

Revisão
Cristiane Duarte Daltro Santos

Tradução
Roland Körber (p. 9-18, 93-115, 141-151),
Jutta Gruetzmacher (p. 19-31, 43-49, 67-73)
e Linda Mandel (p. 33-41, 51-65, 75-92)

Capa e diagramação
Cacau Mendes

Impressão
Artes Gráficas Edil

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer VII (2006), nº 1

China por toda parte

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril 2006.

ISBN: 85-7504-101-0

Todos os direitos desta edição reservados à
FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
Centro de Estudos: Praça Floriano, 19 – 30º andar
CEP 20031-050 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

Impresso no Brasil

Sumário



Apresentação 7

ARTIGOS

Como tratar um dragão: sobre o trato do
Ocidente com o complicado parceiro chinês 9
EBERHARD SANDSCHNEIDER

Dançando com o gigante: de como a Europa
conseguirá dar conta da prosperidade da China 19
FRANÇOIS GODEMENT

Pragmatismo e palavras de ordem: o nacionalismo:
um perigo para a expansão pacífica da China? 33
SUI SHENG ZHAO

Os temores dos EUA:
o poder da China aumenta rapidamente 43
BONNIE S. GLASER

Regime de concubinato: o que a ascensão da
China significa para um país como a Alemanha 51
FRANK SIEREN

A ditadura reguladora da economia de mercado:
o setor financeiro da China entre
a liberalização e o controle estatal 67
JÖRN-CARSTEN GOTTWALD
SVENJA SCHLICHTING

A situação do meio ambiente na China: oportunidades
econômicas a partir da crise ambiental 75

EVA STERNFELD
CHRISTOPH GRAF VON WALDERSEE

Uma longa partida de xadrez: realidade
e perspectivas na política militar chinesa 93

LOTHAR RÜHL

Integração em uma nova Ásia: como a ascensão
da China modifica a arquitetura internacional 103

LEE HSIEN LOONG

Brasil-China: uma relação sul-sul 117

HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA

Relações comerciais Brasil-China: um parceiro especial? . 129

LIA VALLS PEREIRA

EM FOCO

O imperativo criativo 143

ANGELA MERKEL

Por que e qual fidelidade? Considerações sobre as recentes
experiências coligacionistas dos partidos brasileiros 155

SILVANA KRAUSE

Apresentação

7

China surpreende e muda o mundo. Já experimenta a terceira década consecutiva de um crescimento econômico que deixa cada vez mais as suas marcas na economia global, tanto pela capacidade de competição como pela sua crescente demanda de energia e recursos naturais o que conturba os mercados e os preços.

Frente aos saltos de desenvolvimento chinês, a reação do resto das nações fica pelo menos ambígua. Alguns vêem no desenvolvimento da China uma confirmação dos efeitos positivos da globalização, assim como novas oportunidades para as cadeias produtivas de diversas regiões do mundo. Os Estados do Cone Sul da América Latina, por exemplo, esperam que a China possa converter-se numa alternativa sustentada para a produção de alimentos e de recursos renováveis que oferece esta parte da terra. Outros, no entanto, temem que a competitividade da China produza sérios constrangimentos para a produção local, não somente no mercado têxtil, talvez o mais exposto segmento desta nova competição, mas também nos mercados de tecnologia avançada. Além destas ambigüidades na avaliação da participação da China no cenário internacional, existe uma coincidência quase unânime: todos ainda sabemos muito pouco sobre a China. Mesmo que este país tenha se inte-

grado um pouco mais nas estruturas internacionais, muitos processos internos ainda são bastante desconhecidos e despercebidos, tanto no que se refere ao lado político como ao lado econômico e social. A transparência, que mostram os seus parceiros externos e da qual o regime chinês está aproveitando na sua inserção internacional, ainda não existe com respeito aos processos internos da República Popular. Por isso, existem muitas perguntas abertas com respeito a diferentes aspectos da atuação da China: sobre a sustentabilidade do seu desenvolvimento econômico, os custos ambientais, os verdadeiros logros sociais e no combate à pobreza, as suas metas regionais e internacionais, a capacidade do seu regime político de abrir mais espaços de participação e discernimento.

Para colaborar com a difusão de análises sobre a China, reunimos nesta edição dos *Cadernos Adenauer* uma série de artigos que analisam diferentes aspectos do desenvolvimento da China. Trata-se na maioria de artigos publicados recentemente na revista alemã *Internationale Politik* o que indica que também naquele país, como no mundo todo, existe uma ansiedade de ter que saber mais sobre a China. Dois autores do Brasil abordam conseqüências do progresso chinês a partir de uma perspectiva brasileira.

Introduzimos com esta edição algumas mudanças na apresentação dos *Cadernos Adenauer*. Aumentamos o formato e mexemos um pouco na capa e no miolo. Mas, sobretudo, abrimos uma nova seção – chamada EM FOCO – na qual oferecemos artigos e opiniões para além do tema central de cada número. Esperamos que os *Cadernos Adenauer* neste novo formato fiquem mais atrativos para os seus velhos e futuros leitores e amigos.

Wilhelm Hofmeister

Como tratar um dragão Sobre o trato do Ocidente com o complicado parceiro chinês*

9

EBERHARD SANDSCHNEIDER

Um país de alta tecnologia e em desenvolvimento, regime comunista unipartidário e motor da economia mundial, superpotência emergente e um frágil gigante - a China consegue ser muitas coisas ao mesmo tempo. Só uma ela não é mais: um Estado que o Ocidente possa tratar com negligência. Com ajuda do Ocidente, a China tornou-se o maior beneficiário da globalização. Constitui hoje um desafio que precisa ser enfrentado de forma coordenada e estrategicamente pensada. No momento, isto não vem sendo feito suficientemente.

A China divide os espíritos. O mundo contempla fascinado um país para cujo desenvolvimento todos os superlativos parecem justificar-se. Sabe-se que, segundo informações oficiais, a China vem há duas décadas registrando um crescimento econômico anual de aproximadamente 9%.

Sabe-se que provém da China 75% da produção mundial de brinquedos, 58% do vestuário e cerca de 29% de todos os telefones celulares. E em todos os artigos sobre a China – portanto, neste também – lê-se que anualmente fluem para o país investimentos estrangeiros diretos no valor de 60 a 70 bilhões de dólares. Tudo indica que quem perder a conexão chinesa, perderá o futuro. As portas estão escancaradas para a auto-sugestão coletiva. O debate internacional também pouco contribui para uma visão mais realista, porque este também apresenta uma imagem totalmente desconexa: uns prognosticam a irresistível escalada do país em direção à próxima superpotência, outros conjuram um colapso iminente. E todos parecem ter bons argumentos: tanto os

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 06-13, dez. 2005.

que prevêem o próximo conflito militar entre os EUA e a China quanto os que destacam a importância da China em um mundo multipolar e suas contribuições para a cooperação multilateral.

I. QUE TIPO DE CHINA VOCÊ PREFERE?

Que tal a China “superpotência”? Nada mais fácil: um país com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, potência nuclear desde 1964 e a esta altura tendo ingressado no círculo das potências espaciais, com taxas de crescimento de dois dígitos no seu orçamento militar, uma crescente zona de influência regional no sudeste asiático e na Ásia central, mas também uma alta taxa média de crescimento econômico, a segunda maior reserva de divisas e os maiores investimentos estrangeiros diretos – um país como esse pode muito bem ser declarado como superpotência emergente.

Ou seria preferível a “China diante do colapso”? Também não é difícil: Poucos países têm tantos problemas políticos internos para superar, e em tais dimensões, quanto a República Popular da China. Aqui se manifesta uma imagem bem diferente da China. Também aqui existem superlativos a relatar: enormes disparidades regionais entre as regiões costeiras e o interior, entre 150 e 200 milhões de trabalhadores migrantes, 100 milhões de refugiados ecológicos, um exército potencial de desempregados de 40 a 200 milhões, dependendo das estimativas, empresas estatais deficitárias e um sistema bancário precário assentado sobre até 40% de créditos podres, imensos problemas de saúde pública, da SARS até a contaminação dramaticamente crescente de algumas províncias com a AIDS. Por esta perspectiva, o colapso parece apenas uma questão de tempo.

Ou se prefere a imagem da “potência *high-tech*”? Pois não: com 330 milhões de telefones celulares vendidos, 22 milhões de PCs e uma utilização da internet que subiu de 620.000 usuários em 1997 para 94 milhões em 2004, a China dispõe de longe do mercado de alta tecnologia de mais rápido crescimento em todo o mundo. A suposição de que já em poucos anos o idioma mais utilizado na internet seja o chinês não é de modo nenhum descabida. E também que o país venha desenvolvendo suas próprias normas de controle da *world wide web* em concorrência direta com os EUA é perfeitamente possível. Não são apenas as fachadas resplandcentes de Xangai, Shenzhen ou Hongkong que reforçam essa impressão. Há muito que as empresas chinesas de alta tecnologia não estão mais contemplando apenas o seu enorme mercado doméstico, mas elas vêm se adaptando cada vez mais a uma

presença global. A absorção da divisão de PCs da IBM pela Lenovo foi só um primeiro sinal nessa direção.

Finalmente, será que ainda se pode encarar a China como “país em desenvolvimento”, como o próprio país gosta de autodenominar-se – por último e com sucesso em suas negociações para ingresso na OMC? Evidentemente, também isso é possível. Basta dispor-se a penetrar talvez uns 100 km para oeste, saindo das cidades e dos centros turísticos, e imediatamente aparecem todas as típicas características de um país em desenvolvimento: aldeias miseráveis, estradas ruins, nenhuma infra-estrutura. Segundo indicações oficiais do Banco Mundial, a China continua a abrigar 200 milhões de pessoas abaixo do limite de pobreza de um dólar diário *per capita*.

A China tem o que oferecer a qualquer um. Vamos, por isso, tratar das duas questões decisivas: O que há para esperar do país em termos de política interna e externa? E como lidar com ele?

2. CONTRADIÇÕES EQUILBRADAS

A China é um país cheio de contradições, que de uma forma aparentemente miraculosa se mantém todas num equilíbrio instável. O que provê, entretanto, a coesão desse país? Quais são as razões do funcionamento desse malabarismo tão improvável? O domínio de um partido comunista, uma “economia de mercado socialista” e uma sociedade em processo de globalização parcial?

Seja como for, a sociedade chinesa é tudo menos tranqüila. O reconhecimento oficial de 58.000 casos de protestos públicos e de demonstrações em 2003 e uma elevação para 74.000 em 2004 documentam o crescente potencial de insatisfação e protesto.

O pavio no barril de pólvora das tensões sociais já parece estar aceso. A manifestação do desequilíbrio das contradições e o desenvolvimento de sérios problemas de estabilidade na China parecem ser meramente uma questão de tempo. Uma coisa, todavia, precisa ficar bem clara neste contexto: os cientistas sociais não estão em condições de prognosticar o desenvolvimento da situação na China. Na melhor das hipóteses podemos raciocinar em termos de possibilidades e desenvolver cenários que nos ajudem a ver o futuro desenvolvimento da China de tal modo que fiquemos a salvo de surpresas indesejáveis.

Será que se pode mesmo partir da premissa de que o crescimento econômico da China observado ao longo dos últimos 20 anos continuará dessa maneira num processo quase linear? As contradições no país, mas

também os prováveis limites do crescimento, que serão atingidos antes de tudo principalmente nas áreas de suprimento de recursos e energia, fazem tal prognóstico parecer bastante improvável. Nem por isso a China terá necessariamente de quebrar. Todavia, parece-nos razoavelmente provável diante do quadro atual que as incongruências políticas no país em conexão com um crescimento debilitado ou constantemente interrompido por crises poderiam determinar o futuro da China.

Portanto, as premissas estruturais para consideráveis problemas de estabilidade já existem há muito. Só o fator tempo é imponderável: poderia acontecer amanhã, mas tudo poderia também continuar a ir bem por mais vinte anos. É verdade que os dirigentes chineses estão pelo menos tão conscientes desse risco quanto os observadores estrangeiros. Como, porém, têm conseguido manter esse gigantesco país estável por quase três décadas?

Quem quiser julgar a liderança chinesa, precisa esquecer tudo o que possa alguma vez ter aprendido sobre a direção de partidos comunistas. Isto parece inicialmente um paradoxo, porque não estamos acostumados a elogiar a eficiência de lideranças comunistas. A liderança chinesa, porém, merece irrisoritamente este elogio. E ela ousou dar passos que certamente não seriam esperados dessa forma depois dos excessos maoístas. A ideologia desapareceu quase completamente como instrumento de legitimação. Foi relativamente fácil para os criadores da política de reformas substituí-la por uma visão comum que todas as elites chinesas compartilharam desde meados do século XIX: de “fortalecer e enriquecer” a China e de reconduzir o país ao seu lugar de direito entre as nações. Esta política combinou-se com o reconhecimento de que a estabilidade e, com ela, a sobrevivência do PC no poder, só seria alcançável por meio do desempenho econômico. Hoje os pomposos slogans e o doutrinação político por meio da repetição de frases carentes de sentido desapareceram quase completamente, tendo sido substituídos pela singela declaração de Deng Xiaoping: a economia de mercado é boa. E o pai da política reformista chinesa ainda forneceu a fundamentação para o pragmatismo que caracteriza a política chinesa há três décadas: tentativa e erro determinam sua estratégia política. Sua declaração de que não importaria se um gato fosse preto ou branco, desde que caçasse ratos, expressa de forma breve e marcante a estratégia da China. O que na época poderia parecer uma frase de efeito de um alto quadro partidário, há muito se revelou como princípio-líder do caminho chinês para o desenvolvimento.

Com essa estratégia e o sucesso econômico dela resultante, o partido comunista pôde estabelecer uma nova base de legitimação. Com Hu Jintao e

Wen Jiabao, a cúpula do partido é ocupada por tecnocratas da assim chamada quarta geração de líderes, cercados de engenheiros e cientistas de boa formação e não mais de guardiões da doutrina impoluta. Métodos de *head-hunting* para encontrar as melhores cabeças para os cargos disponíveis substituíram o antigo sistema de *nomenklatura*.

Embora hoje o abismo entre pobres e ricos esteja em dramática expansão, ao fim de cada ano também os camponeses mais pobres no oeste da China estão um pouco melhores que no início. Enquanto esse processo se mantiver, os movimentos oposicionistas na China terão dificuldades. É justamente essa classe média emergente que mais tem a perder se ocorrerem distúrbios políticos. E aqueles que assim mesmo ousam protestar são atingidos com todo o peso da política de controle e dissuasão com a qual a oposição chinesa pôde até agora ser sufocada no nascedouro. É verdade que nos últimos anos a China aproximou consideravelmente seu sistema legal dos padrões ocidentais, mas a aplicação dessas leis continua obedecendo a regras próprias. A condenação a penas draconianas, inclusive à pena de morte, para delitos que entre nós seriam punidos nos casos mais favoráveis com penas beneficiadas com *sursis*, fazem parte de uma estratégia para impedir por dissuasão qualquer ameaça à reivindicação do poder ilimitado do partido comunista. Até agora essa estratégia tem dado resultado. Diante do crescente protesto social, porém, garantida ela não é. De qualquer forma, entretanto, o partido comunista também se aproveita da falta de uma alternativa. As tentativas de fundar partidos oposicionistas foram até agora rigorosamente reprimidas. E se há alguma coisa que o governo chinês não precise temer é o alienado, débil e totalmente desunido movimento democrático chinês no exílio.

3. AS AMBIÇÕES ESTRATÉGICAS DA CHINA

Em parte nenhuma a abordagem pragmática básica da política chinesa pode ser delineada melhor que em sua política externa. Os políticos chineses calculam com muita precisão como deverão lidar com seus parceiros internacionais. E lançam mão de todo o leque de possibilidades de que dispõem: retraídos e com pressão dosada diante dos EUA, ousados e provocadores diante do Japão, cooperativos e convidativos em relação à Europa e parceiros, embora às vezes também dominadores em relação aos seus vizinhos no sudeste asiático.

Pragmatismo, flexibilidade e capacidade de aprendizado constituem o padrão básico do sucesso da política externa chinesa. Com tudo isso, nos últimos anos o país executou duas consideráveis reviravoltas em sua política exter-

na. A primeira foi em favor da multilateralidade. O abandono da antiga política externa de orientação rigorosamente bilateral, que privilegiava a independência e a não-intervenção, pôde ocorrer no momento em que a China percebeu que a cooperação em instituições multilaterais de modo algum teria de implicar a perda de influência. Pelo contrário: só com seu peso próprio, a China está em condições de impor agendas com sucesso. A essa altura o país já começou mesmo a utilizar com sucesso como instrumentos da sua própria política externa organizações multilaterais como a *Shanghai Cooperation Association* (SCO), na qual se uniram em 2001 a China, a Rússia e os países centro-asiáticos Casaquistão, Usbequistão, Tadjiquistão e Quirguísia.

Não se deve, entretanto, interpretar erradamente a China como entusiasmado multilateralista no sentido europeu. O país apenas continua a perseguir sua política de interesses de estado nacional com meios mais eficientes. A segunda conversão é uma conversão global no melhor sentido. A crescente demanda por matérias-primas, energia e alimentos levou os representantes do governo chinês, mas também cada vez mais delegados de empresas chinesas a elevar sua presença na América Latina e na África para um nível competitivo em relação ao Ocidente. Uma intensificação da diplomacia de viagens, delegações comerciais regulares e um intenso intercâmbio econômico deixam claro que a ascensão da China a todas as regiões do mundo deixa rastros. Tanto mais será necessário considerar de que maneira será necessário lidar com essa ascensão do ponto de vista ocidental.

4. PERCEPÇÕES OCIDENTAIS FALHAS

O Ocidente está mal equipado para enfrentar essa ascensão chinesa. Em parte nenhuma os erros de avaliação da China se refletem mais fortemente que em nosso trato estratégico com o país. No campo da cooperação econômica e nos problemas de coordenação da política chinesa do Ocidente esses problemas tornam-se particularmente evidentes.

A essa altura os erros de percepção estratégica já nos custam caro. Durante quase três décadas, o Ocidente enxergou a China praticamente só como mercado. Quem não marcou presença a tempo para assegurar para si uma fatia bastante grande do bolo cometeu um erro. A China parecia precisar de tudo o que temos: investimentos, tecnologia, padrões de formação e métodos gerenciais. Mas a China aprendeu muito depressa e também nesse sentido imitou com sucesso seus precursores orientais menores – se bem que com potenciais consideravelmente maiores.

Só aos poucos vimos percebendo que a China se transformou de mercado em concorrente – primeiro na própria China, mas cada vez mais também globalmente e, com isso, em nossos próprios mercados. Com as primeiras tentativas (em alguns casos já bem-sucedidas) de absorção de grupos empresariais americanos, os primeiros (claro que ainda ridicularizados) modelos de automóveis na Feira do Automóvel em Frankfurt, os sinais da competitividade global da China se multiplicam. E o contraste não poderia ser maior: enquanto o Ocidente continua contemplando embevecido as inimagináveis possibilidades do mercado chinês e se atropela em concessões para poder fincar pé nesse mercado, os chineses permanecem parceiros calculistas: os empresários e políticos sabem ambos reconhecer a incapacidade dos seus interlocutores ocidentais de lançar um olhar sóbrio e claro sobre a China, e extraem vantagens dela radicalmente. Muitas empresas de porte médio baseadas justamente em alta tecnologia aprenderam amargas lições com isso e pagaram um alto preço por elas: a China é tudo, menos um parceiro fácil. Muitas experiências de empresários ocidentais comprovam que na China vale um lema muito simples: propriedade intelectual é despojo na terra das possibilidades ilimitadas.

5. A NOVA CHINA: MULTILATERAL E À CAÇA DE MATÉRIAS-PRIMAS NO MUNDO TODO

É claro que, acompanhando seu ingresso na OMC, a China criou as leis correspondentes. Mas o governo chinês não tem pressa em aplicá-las – não por incompetência, mas por cálculo. As empresas chinesas precisam atingir competitividade global num prazo mínimo. A maneira mais rápida de conseguir isso é com tecnologia e capital ocidentais. A aplicação retardada das leis de proteção à propriedade intelectual cria a lacuna que permite recuperar o atraso sem perda de tempo ou dispêndio de capital. Com tais métodos, a China soube usar magistralmente o Ocidente para derrotá-lo!

Enquanto a OCDE prognostica que o mais tardar em 2008 a China substituirá a Alemanha como campeã mundial de exportações, é muito fácil deixar de reconhecer quem, afinal, está por trás desse sucesso: 55% das exportações chinesas correm por conta de empresas estrangeiras, que aliás só cobrem 13% do mercado interno chinês.

A China é a beneficiária dessa política. E sua liderança pode confiar em que essa situação perdurará por bastante tempo. O motivo é uma acentuada falta de coordenação entre os parceiros ocidentais da China, que se reflete em

todas as áreas de atuação. Que os empresários concorram entre si é normal. Mas mesmo as federações de empresas revelam-se indispostas a coordenar seus respectivos interesses chineses. É claro que é compreensível que a concorrência no mercado chinês se oponha a isso, mas em última análise as condições competitivas piorarão se os parceiros chineses puderem extrair vantagens da descoordenação. Não é diferente no plano estatal. Desde 1993 a UE aponta orgulhosamente para sua estratégia chinesa que, a esta altura, ela já reavaliou duas vezes. Na realidade, porém, constata-se que a política chinesa da Europa não tem sequer uma abordagem coordenada. Quando Hu Jintao visita a Europa, os *think-tanks* britânicos trabalham por encomenda do governo no desenvolvimento de um “China Compact”. Em Berlim ninguém sabe nada disso, mas ao mesmo tempo se organiza um “fórum de diálogo teuto-chinês” para discutir o aprimoramento das relações bilaterais. O que por sua vez fica oculto aos britânicos. Será que isso é “cooperação”? Do ponto de vista chinês vale a velha máxima de Henry Kissinger: a quem devo telefonar se eu quiser falar com a Europa? Bruxelas – ou talvez seja melhor Londres, Paris e Berlim? Também neste plano o governo de Pequim sabe aplicar seus potenciais econômicos magistralmente de tal modo que aqueles que favorecerem a China sejam recompensados e os críticos correspondentemente punidos.

Em nenhuma área, porém, a falta de coordenação se manifesta de maneira mais clara que nas relações transatlânticas, em que a China cada vez mais se vem tornando um tema com caráter problemático. O debate sobre o cancelamento do embargo de armas revelou: as relações transatlânticas carecem fundamentalmente de confiança e consenso. O símbolo que os governos alemão e francês queriam enviar à China não foi nem consensual dentro da Europa nem pôde ser apresentado com credibilidade ao outro lado do Atlântico. Se o diálogo transatlântico sobre a China, que começou agora a dar seus primeiros passos, resultará também num consenso sobre questões essenciais do desenvolvimento pacífico da China para a posição de potência mundial é bastante duvidoso do ponto de vista da perspectiva atual.

6. O MANTRA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Como, porém, o dragão, cujo despertar Napoleão conjurou em seu tempo, pode ser domado? A resposta é simples: não pode! Mesmo os críticos ocidentais da situação dos direitos humanos na China precisam reconhecer isso. Por motivos compreensíveis, o que importa à liderança política não é democracia e sim estabilidade. O que realmente a move é o medo de que seu país

de 1,3 bilhão de habitantes possa submergir subitamente num caos incontável. Por isso a máxima prioridade para os tecnocratas da direção do PC é manter todas as rédeas firmemente nas mãos e sufocar duramente qualquer sinal de insatisfação da população. E, se uma fase prolongada de transformação insegura seria estrategicamente interessante para o Ocidente, é algo que pode tranquilamente ser questionado. Se no Império do Meio irrompesse um período de distúrbios, a estreita inclusão da China no mercado mundial e nas cooperações multilaterais também prejudicaria o Ocidente.

Nos últimos anos, a situação dos direitos humanos na China melhorou muito limitadamente ou nada. Portanto, as correspondentes admoestações fazem parte do ritual de qualquer visita oficial. É indiscutível a importância de buscar as questões dos direitos humanos no diálogo com a China. Mas há três questões de importância decisiva:

1. As empresas não têm a tarefa primordial de promover os direitos humanos, e sim de fazer negócios. O vínculo entre economia e direitos humanos só fará sentido se houver real disposição de apostar numa estratégia de longo prazo para melhoras gradativas, o velho princípio da “transformação pelo comércio”. Mas como os países ocidentais se apresentam em Pequim como concorrentes e aceitam ser jogados uns contra os outros, sua posição é relativamente fraca nas negociações sobre esta questão.
2. Os políticos freqüentemente cumprem esses rituais de admoestação só visando considerações de política interna. Ao pleitear liberdade de religião na China em meados de novembro, o presidente americano tinha em mente sua clientela política interna em Kansas da mesma forma que o ex-ministro das Relações Exteriores alemão, Joschka Fischer, que levantou a questão dos direitos humanos em Pequim visando seu próprio partido (a propósito, só para com isso precisar sujeitar-se a uma réplica correspondente do seu colega de cargo chinês). A liderança chinesa já desvendou as regras do jogo há tempo, pouco se impressiona com isso e suporta essas admoestações em estilo de moinho de orações com grande serenidade.
3. Há tempo que a China é excessivamente influente, mas também hábil demais em tirar proveito dos interesses ocidentais diferenciados para permitir que o exterior lhe imponha uma política. Quem quiser melhorar os direitos humanos na China não deveria alardear isso publicamente nas praças. O diálogo teuto-chinês sobre o Estado de Direito oferece um

exemplo de como isso pode ser feito de modo mais discreto, melhor e sustentável.

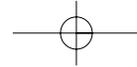
O Ocidente precisa dispor-se a raciocinar em suas relações com a China em termos de longo prazo e a apostar em processos evolucionários. Os processos democratizantes bem-sucedidos em outros países do Extremo Oriente comprovam que tais estratégias sempre prometem maior sucesso que tentativas eloqüentes de praticar política com pé-de-cabra.

A China é de longe o maior beneficiário da globalização. Nos últimos 30 anos, o país excedeu todas as expectativas, despertando com isso um entusiasmo que facilmente encobre a dura realidade, principalmente esta: uma parcela essencial do sucesso da China é devida ao apoio financeiro e tecnológico do Ocidente. A noção de que o grande mercado de hoje poderá ser o formidável concorrente de amanhã demora a se impor. Os riscos que o país acumulou durante sua ascensão até agora deveriam proteger tanto contra euforia quanto contra temores exacerbados. Ambos não correspondem à realidade e fundamentam a confusão do Ocidente ao lidar com a China: falta um olhar realista para as possibilidades e limitações do país, falta coordenação – o que facilita demais à China lançar seus parceiros ocidentais uns contra os outros – e falta consenso sobre interesses comuns a realizar na (e com a) China em todos os níveis decisórios políticos e econômicos.

Que Pequim tente extrair vantagens duradouras dessa situação é compreensível. Um manejo eficaz dos desafios que o país impõe ao Ocidente presumiria nossa disposição de ingressar em âmbito europeu e transatlântico em um diálogo mais do que tardio sobre a China.

Disto notam-se hoje nada mais que abordagens iniciais. Iniciativas solitárias sem consenso prévio e uma concorrência implacável em torno da conquista de impressionantes megaprojetos terão – como têm tido – uma só consequência: a China continuará a usar o Ocidente para melhorar sua posição global.

EBERHARD SANDSCHNEIDER é diretor *Otto Wolff* do Instituto de Pesquisa da Sociedade Alemã de Política Externa e professor do Instituto *Otto Suhr* da Universidade Livre de Berlim.



Dançando com o gigante De como a Europa conseguirá dar conta da prosperidade da China*

19

FRANÇOIS GODEMENT

Durante um bom tempo, os estudiosos insistiram em não se deixar ofuscar pela prosperidade da China. Procuravam entender seus bastidores e encontrar deficiências. Contudo, o crescimento chinês ainda está longe de se completar. A China está se mostrando capaz de administrar os riscos de um crescimento acelerado e conquista cada vez mais importância no cenário internacional. Está mais do que na hora de os europeus declararem a China como prioridade e com ela formularem políticas comuns.

A prosperidade da China só surpreendeu àqueles que julgavam conhecer o país, mas que na verdade o desconheciam. Há quase três décadas há sinais evidentes: um enorme crescimento econômico, gigantescas inovações na infra-estrutura pública, um imenso aporte de investimentos e tecnologia estrangeiros, crescente participação no comércio internacional e a segunda maior reserva de divisas do planeta – estes são os fatores que fizeram com que a China passasse a ser um dos maiores protagonistas do comércio internacional. Visitas de Estado que se impressionam com o *boom* da construção civil, homens de negócio em busca de novos mercados, empreendimentos financeiros que esperavam tirar proveito das enormes reservas de capital da China, todos acreditavam num futuro cor-de-rosa para este país, e parece que tinham razão.

Os especialistas em China, porém, seguiam céticos e julgavam que não apenas o incremento na conjuntura econômica não se sustentaria, como tampouco haveria reformas profundas no sistema político e social. Todos que haviam acompanhado a instabilidade do “Grande Salto Adiante” e da Revolução Cultural conheciam o fenômeno das mudanças radicais e repentinas. Por

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p.14-22, dez. 2005.

várias vezes os dirigentes da China revelaram-se seus maiores inimigos. Durante a primeira década de reformas econômicas (1978-1988), observaram-se mudanças econômicas e políticas, reformas não concluídas e os habituais obstáculos que um poderoso aparelho burocrático, internamente desagregado, pode colocar no caminho de tal arrancada desenvolvimentista. As fraquezas da China eram múltiplas: um enorme contingente de mão-de-obra pouco qualificada, a herança do coletivismo com o costumeiro desperdício de recursos e a poluição ambiental, e um sistema financeiro estatal que drenava a poupança privada para sustentar empresas estatais ineficientes. Ninguém estava preparado para a liberalização do mercado de trabalho. O regime socialista não criou qualquer sistema de seguridade social ou aposentadoria além das garantias de cada empresa estatal. 90% da população não podem contar com adequada assistência à saúde ou suficientes oportunidades de educação.

I. PROSPERIDADE SEM PRECEDENTES

Durante a crise asiática de 1997-1998, a China foi poupada do pior, principalmente devido à sua demora em aderir ao liberalismo, sobretudo no âmbito cambial e financeiro, e por estar bastante protegida do mercado global. A China dominou a crise e conseguiu manter uma taxa de crescimento nominal elevada entre 1998 e 2000, o que, no entanto, não foi decorrente de ágeis reformas, mas sim devido ao maior dispêndio do governo em investimentos públicos; as empresas estatais praticavam *dumping* nas exportações e a volumosa poupança privada não podia ser aplicada em nenhuma outra atividade. Este desequilíbrio e o excesso de dívida pública e no setor financeiro nunca foram seriamente corrigidos desde então. Também aumenta a distância entre ricos e pobres, ocasionada pelas grandes mudanças econômicas. O temor de repúdio social e do caos substituiu os antigos fantasmas: ruína da agricultura e destruição ambiental (início dos anos 80), hiperinflação (meados da década de 1980), descentralização regional (final dos 80), o surgimento da cobrança de uma dívida impagável (meados dos anos 90), bem como deflação e o não-atendimento das regras da OMC (final dos anos 90), todos estes fatores foram responsabilizados pela falta de crescimento da China. Entretanto, apesar de todos os prognósticos possíveis, os líderes chineses mostraram uma enorme capacidade de adaptação, conseguiram forçar mudanças e ao mesmo tempo manter inalterado um aspecto: a sua autoridade. Ao final da década de 1990, o comércio exterior da China era comparável ao da Espanha. Hoje em dia o seu volume fica entre o de França e Alemanha, com tendência a aumentar.

Poderíamos passar longas horas filosofando sobre as deficiências do desenvolvimento chinês das últimas décadas. A produtividade da agricultura ficou baixa e só aumentou naqueles setores onde foi aplicada tecnologia importada. Boa parte do comércio exterior está nas mãos de empresas estrangeiras, sobretudo se considerarmos o processo tripartite de terceirização, que reúne empresas asiáticas, montadoras chinesas e grandes compradores no Ocidente. Há obstáculos que restringem o fluxo de investimentos às regiões costeiras e algumas províncias do interior, de forma que os chineses acabaram elaborando um plano de urbanização nos moldes ocidentais, antes rechaçado com veemência, a fim de eliminar as desigualdades.

O novo mercado de capitais chinês era excessivamente regulamentado, mas ao mesmo tempo pouco fiscalizado, e as transações baseadas em informações privilegiadas constituíam mais a regra do que exceção. O impulso na construção civil foi marcado por especulação imobiliária e foi um dos principais fatores da grande taxa de investimentos na China – atualmente em quase 45% do PIB.

A exploração desenfreada dos recursos naturais e o elevado consumo de energia elétrica, acarretado pelo intenso crescimento do país nos últimos anos, causou grande preocupação no resto do mundo, uma vez que a China é responsável pela elevação dos preços e a escassez de matéria-prima em artigos como petróleo, aço e alumínio, bem como pelo encarecimento do frete marítimo. Em meados da década de 1990 a crise financeira asiática foi uma das principais causas da deflação global do preço dessas *commodities*, o que contribuiu para o prolongamento da prosperidade da economia dos EUA e reduziu os custos de ajuste da conjuntura em países da Europa. Dez anos depois a China passa a ser um elemento gerador de inflação, que poderá disparar os juros no plano internacional e inibir o crescimento da economia de países desenvolvidos. Na verdade, é de se supor que os preços de energia e matéria-prima, que vêm aumentando, prejudiquem mais aqueles países com conjunturas menos eficientes nos setores de energia e recursos naturais, entre estes a China. Entretanto, nada disso tem prejudicado o crescimento da China.

Especialistas em assuntos chineses há tempos formulam um tipo de “teoria do último suspiro” referindo-se ao hiper-crescimento e ao crescente fluxo de exportações. Os líderes do partido chinês há quase cinco anos propagam um “pouso suave”, ou seja, um “esfriamento da febre”. Na verdade temem as conseqüências de um excesso de investimentos e empréstimos, mas ao mesmo tempo desejam provar que o processo de crescimento do país não será tão terrível assim.

Isso surte um curioso efeito, o de que, todos os anos (e também em 2005) o crescimento tem sido maior do que o prognosticado pelo governo. O primeiro ministro Wen Jiabao havia anunciado, no início do ano, a previsão de crescimento das exportações em no máximo 15%, mas acabará ultrapassando os 35%.¹ Também o PIB voltou a crescer, muito embora muitos acreditassem que ele iria entrar em colapso sob o peso da produtividade estimada para mais e dos inflacionados recursos naturais.

Subestimar a própria economia certamente não é herança dos tempos de Mao, mais conhecido por cantar suas glórias. Entretanto, é parte integrante do processo de transformação que segue muito precisamente a máxima de Deng Xiaoping, “tao guang yang hui”: ocultar um pouco as suas capacidades e com isso ganhar tempo. Ainda em 1978 era quase impossível estabelecer o PIB chinês com precisão. Naquela época as autoridades chinesas apenas informavam um valor per capita, que ficava apenas um dólar acima do da Índia: isto facilitava a busca por empréstimos e por ajuda para o desenvolvimento no exterior. O fato de o Banco Mundial e o FMI, a partir de 1991, fazerem suas medições baseados na paridade do poder de compra, praticamente triplicou o valor do PIB chinês, algo que não agradou muito aos especialistas chineses. E a razão é muito simples: a classificação como país em desenvolvimento (o que se aplica a regiões do interior, mas não ao país como um todo) é um aspecto importante da estratégia internacional da China.

Somou-se um outro aspecto, também parte integrante do funcionamento das economias do mundo globalizado e que faz lembrar as falsas previsões para a economia americana desde o início dos anos 90: diversos saldos internos e externos se anulam ou compensam mutuamente, e isto levou a uma trajetória de desenvolvimento arriscada embora funcional, apoiada pelo sistema político pouco ágil. Há exemplos desta falta de equilíbrio, com mecanismos de compensação interna no superávit. As reservas da poupança chinesa, em sua maior parte aplicadas em instituições estatais, foi o que sustentou a capacidade de pagamento do sistema financeiro chinês, sem dúvida onerando as futuras aposentadorias e a poupança privadas. A partir de 1998, o crescente afluxo de capital estrangeiro (inclusive de chineses no exterior) passou a compensar a queda do consumo privado, impulsionando o crescimento econômico. O enorme superávit comercial em relação aos EUA naturalmente é politicamente aceitável, pois a China é o principal comprador dos *treasury bonds* (títulos

1. Relatório e mensagem ao Congresso Nacional do Povo, em 6 de março, 2005

do Tesouro americano), vinculando sua moeda ao dólar americano. Depois da simbiose americano-japonesa dos anos 80, isto passou a ser a sinergia internacional mais poderosa, que, no entanto, estava fundamentada em duas desigualdades mutuamente dependentes: comércio versus fluxo de capital. Desde 1997 a política keynesiana de gastos na China obviamente não dava a menor importância ao financiamento dos mesmos; por outro lado foi o que viabilizou a construção de um sistema de transportes e de suprimento de energia em todo o país. Este fato reduz as deficiências do transporte marítimo e permite às empresas estrangeiras investirem também no interior, onde ainda existe um grande excedente de mão-de-obra barata. Também neste caso, grandes dispêndios do orçamento doméstico equilibram a desigualdade regional e de mão-de-obra. Ao lado de uma crescente parcela de idosos na população, o favorecimento, pela ordem pública, do mercado de trabalho urbano em detrimento das áreas rurais, teve sérias conseqüências: aumentou o custo da mão-de-obra qualificada, e o êxodo rural esvazia áreas agrícolas agora improdutivas, ameaçando com o surgimento de um outro fantasma: uma legião de 250 milhões de pequenos agricultores após a adesão à OMC.

O *boom* chinês parece seguir as lições aprendidas com a realidade do liberalismo da economia americana, ao invés de ouvir os conselhos dos economistas liberais. Portanto, é inútil qualquer comparação entre a China e seus precursores históricos, o Japão e os chamados tigres asiáticos. A única analogia possível é a vinculação do yen ao dólar, praticada pelo Japão entre 1950 e 1971, e o câmbio flutuante da Ásia, vinculado àquela moeda. Isto trouxe sérias conseqüências para a região do euro, que ainda não é capaz de fazer uma política monetária e de interesses soberana, e não dispõe dos mesmos recursos que o Tesouro americano. Além destas semelhanças acima, a China é bastante peculiar nas conseqüências que sua prosperidade gera no panorama internacional. O enorme potencial de mão-de-obra, um rápido desenvolvimento da tecnologia, grandes superávits financeiros, que contradizem os ensinamentos clássicos da teoria econômica, um Estado fortemente centralizador e a formulação de estratégias internacionais fazem da China um caso singular. Até mesmo nos EUA, os que vêem na China uma ameaça referem-se mais ao seu potencial econômico do que ao militar. Há 20 anos atrás, Clyde Prestowitz, do *Economic Strategy Institute*, conclamava o governo americano a “segurar” os cartéis japoneses.² Hoje ele é favorável a uma união mo-

2. Clyde V. Prestowitz. *Trading places, how we are giving our future to Japan and how to reclaim it*. Primeira publicação em 1988.

netária entre os EUA e Japão, a fim de colocar alguma resistência à China.³ Isso pode ser sinal de uma reação exagerada, mas mostra o temor frente ao crescimento chinês.

2. O DRAGÃO SEGUE IMPERTURBÁVEL O SEU CAMINHO

O crescimento da China reflete-se de diversas maneiras em seu status internacional e nas decisões políticas de seu governo. Inicialmente percebe-se um deslocamento no equilíbrio do poder geo-econômico e geopolítico na Ásia. Não importa se os países vizinhos estiverem passando por dificuldades (como foi o caso do Japão na década de 1990 e do sudeste asiático a partir de 1998), ou se estão em franca recuperação (o sudeste asiático nos últimos cinco anos e recentemente o Japão): a China segue imperturbável o seu caminho. Em épocas difíceis consegue eficiência controlando custos e tira proveito de melhorias na conjuntura econômica de outros países asiáticos. Mas estaríamos cometendo um erro se descrevêssemos a China como a locomotiva da Ásia, fazendo uma analogia com o Japão dos anos setenta e oitenta, ou com a Alemanha dos tempos do “Deutsche Mark”: as conseqüências deletérias de seu crescimento são vultosas, os salários sob a forma de investimentos chineses são baixos, tal qual os subsídios e até mesmo a atratividade de seu mercado doméstico. Diferente da opinião mais corrente, a maior parte das exportações de países asiáticos para a China é reexportada por ela, e isto irá durar pelo menos o tempo necessário para que passe a dominar sozinha todo o ciclo de produção. Somente aqueles produtores que estão constantemente atualizando o nível de sua produção não precisam se preocupar. Todos os outros provavelmente serão em breve ultrapassados pelos fabricantes chineses. Foi esta a questão debatida recentemente durante as negociações em torno das importações de têxteis pela Europa. O *boom* de exportações destes produtos pela China prejudica, em primeira instância, os países produtores que exportam seus têxteis para a Europa. Os fabricantes de mercadorias de primeira categoria, por exemplo empresas de moda e *griffes*, não precisam se preocupar com esta situação, bem como aqueles países nos quais a indústria têxtil já deixou de ser importante (como a Grã-Bretanha). Até os EUA, o maior produtor de têxteis até hoje, têm dado menos importância a esta questão no que se refere à China, desde o início das negociações na

3. Clyde V. Prestowitz. *Three billion new capitalists. The great shift of wealth and power to the east*. New York, 2005.

OMC. Muito embora um *boom* semelhante aos dos têxteis ainda não seja realidade no mercado automobilístico, embora já se faça anunciar, em 2006⁴ a China será o terceiro maior produtor mundial de automóveis, irá ultrapassar a Alemanha e certamente estabelecerá uma larga base de produção, que hoje ainda não existe.

Conseqüentemente, a China tem melhorado sensivelmente sua posição na negociação de questões econômicas e comerciais. Devido à importância de seu mercado doméstico, o país exerce influência dominante sobre seus vizinhos, o que foi evidenciado no Acordo de Livre Comércio entre ASEAN⁵ e China (ACFTA) em 2002, quando a China impiedosamente tirou o Japão de seu caminho. Até mesmo com um superávit comercial de 2/3 em relação aos EUA e à Europa, o terço restante ainda é suficientemente atraente para as empresas multinacionais. Este fato e os intermediários, que querem tirar proveito dos preços baratos dos artigos chineses, fizeram com que surgisse nos países importadores destas mercadorias um *lobby* a favor das exportações chinesas. A crescente solvência da China para investir em mercados de capital e aproveitar oportunidades de compra de empresas cria situações como esta: todo o universo financeiro queixou-se da proibição, pelo governo americano, da venda da petrolífera americana Unocal ao gigante chinês de energia CNOOC. A oferta da CNOOC era muito superior que a da Chevron e teria gerado lucros maiores para a indústria financeira.

Esta tendência estimula o desenvolvimento da China no setor de tecnologia de ponta, o que hoje é muito mais relevante do que a simbólica questão da suspensão do embargo militar imposto à China pela União Européia. A Europa decidiu – mediante algumas reservas – desenvolver o sistema de navegação por satélite Galileo em cooperação com a China. O Japão e a China conseguiram se entender em torno da adoção de um padrão comum de telefonia celular de quarta geração. Desde a década de oitenta há esforços conjuntos entre EUA e China na área da física de alta energia. Negócios recentemente fechados, tais como a venda da fabricação de PCs da IBM para a Lenovo, mostram que a China é levada a sério por seus parceiros internacionais. Atualmente a China já tem melhores possibilidades de obter recursos naturais. O petróleo é o fator que motiva o avanço da China em direção à África, e não apenas no Sudão. Travou uma pequena luta de poder com o

4. Segundo previsão da National Development and Reform Commission, Bloomberg.com, 12 de novembro, 2005.

5. Association of South-East Asian Nations (nota de revisão).

Japão em torno da exploração de gás natural no Mar da China Oriental, e pela produção de petróleo russo na Sibéria. Com o Irã cultiva relações especiais devido às reservas de gás deste país, o que inviabiliza uma atitude solidária esperada pelo Ocidente na questão nuclear. Isto já aponta para uma tendência do futuro: os países produtores de petróleo terão que fazer concessões às empresas de energia da China, pouco eficientes em diversas áreas, no que diz respeito a prospecção e produção de novas fontes de energia. As consideráveis reservas financeiras da China poderão ser úteis neste sentido. Na verdade não se trata de possuir ou controlar as reservas de energia, mas sim de usufruir e dividir os lucros que podem ser auferidos por ocasião de aumentos de preço de energia e das matérias-primas. A China deverá reinvestir parte de seu excedente financeiro nos negócios de energia e matéria-prima.

Este é um ponto que devemos acolher com satisfação, pois a outra opção seria uma disputa geopolítica pelo acesso a fontes de energia, impedido pelos cartéis existentes. Ou ainda uma infundável prática de *dumping* pela indústria exportadora da China, para reagir aos crescentes custos de energia e materiais. Todos dependem de que o desenvolvimento da China seja mais orientado financeira e internamente, e que isto ocorra o mais brevemente possível. A alternativa seria a volta ao protecionismo em escala mundial ou uma confrontação estratégica com a China, o que teria conseqüências escabrosas. Há indícios de que o governo Bush agora pretenda privilegiar uma cooperação estratégica com a China ao invés das demonstrações recíprocas de desdém. Isto nos leva a outras conseqüências do rápido crescimento chinês:

- A questão de Taiwan: de importância central para a legitimidade do Estado chinês; não há outro ponto em que a questão da forma de governo seja mais urgente e a distância da China para uma democracia seja maior. Apesar da promessa do governo Bush de defender Taiwan incondicionalmente, agora passou a se opor publicamente a todo e qualquer esforço de independência de Taiwan, deixando entender que as exportações de material militar para Taiwan sejam apenas para fins de “defesa”. A China não conseguiu intimidar Taiwan, mas consegue prolongar seu status quo. Todos os fatores de longo prazo favorecem a unificação de Taiwan com a China: o trânsito de mercadorias e pessoas vem aumentando, além do que o crescente poderio militar chinês tornaria a defesa de Taiwan um empreendimento bastante caro e arriscado para qualquer um.
- As relações com o Japão: apesar de o governo Bush não comentar as relações entre China e Japão, há indícios de que Washington esteja fican-

do um tanto aborrecido com as brincadeiras de seu maior aliado.⁶ A atitude do governo Koizumi, entre outras, em relação ao mausoléu de Yasukuni (ver artigo de Suisheng Zhao nesta edição) ajuda na campanha eleitoral e reforça o espírito guerreiro frente a políticos chineses arrogantes. Mas não promove a integração asiática.

- Assim como o esforço de Taiwan pela independência, a atitude do Japão está se tornando mais um obstáculo à cooperação internacional no nordeste asiático. A solução da questão nuclear da Coreia e da questão de Taiwan requer a cooperação entre China e Japão. Estes problemas sem dúvida terão que ser resolvidos primeiro, uma vez que a nova ordem pós-Guerra Mundial, quando a influência da China não alcançava além de seu próprio litoral, já deixou de existir.
- O status quo e a ascensão da China: passou a ser um hábito advertir a China a manter o status quo. Mas a China não foi vencida na Segunda Guerra Mundial e não sente qualquer culpa histórica. Lá não existe a linha divisória demarcada pelos rios Oder e Neisse para ser reconhecida, apenas existe uma instável ordem pós-Guerra que se estabilizou devido à Guerra Fria. Para poder declarar a China “acionista” internacional, conforme sugerido pelo vice-secretário de Estado americano, Robert B. Zoellick, em fins de setembro,⁷ é necessário haver uma adaptação recíproca, um equilibrado dar e receber.
- Segurança em energia e recursos naturais: o pior cenário para a China seria a imposição de sanções internacionais, como consequência até mesmo do menor conflito militar nas ruas de Taiwan. A China consome mais do que consegue produzir e depende de suas importações. Seus interesses de longo prazo poderiam estar mais próximos da Europa e mesmo do Japão, do que dos EUA, que, como grande produtor de matéria-prima, também tira proveito da gestão dos mercados de energia e de matéria-prima como “bem público”. Até agora a China tem acompanhado a política americana no Oriente Médio com neutralidade. Pela primeira vez coopera na questão da Coreia do Norte. Seria um grande avanço para EUA e Europa se a China aderisse a uma cooperação em relação à questão do Irã, o que

6. Mindy Kotler. *The US-Japan alliance, unbalanced and unfulfilled*. Pacific Forum CSIS, PacNet 46A, 10 de Novembro 2005.

7. Discurso perante o National Committee on US-China Relations, New York, 21 de setembro, 2005.

seria impossível, na prática, sem a participação das companhias chinesas de energia.

- Modernização militar: na Europa esta questão foi analisada pela perspectiva dos direitos humanos e somente depois de ter sido promulgada a lei anti-secessão, que trata da questão de Taiwan. A política de Washington em relação à China cada vez mais segue o seguinte lema: cooperação em todas as áreas – exceto a militar. Esta separação das questões econômicas e geopolíticas das militares é compreensível devido à Taiwan, mas dificilmente poderá ser sustentável a longo prazo. Em primeiro lugar, porque a China estará mais motivada a participar da cooperação internacional visando à obtenção de tecnologia de ponta; se isto não ocorrer, forçaria o desenvolvimento tecnológico por conta própria. Em segundo lugar, porque a atitude do Ocidente em relação à China tem se caracterizado por assumir compromissos e pela crescente cooperação (apesar de ser moralmente questionável quando não vem acompanhada de pressões que vissem mudanças políticas ou melhorias na área dos direitos humanos). Em terceiro lugar, e o mais importante, a cooperação internacional e a transferência de tecnologia são realizadas em altíssimo nível. Daí ser a importância da tecnologia maior do que a das armas. A suspensão do embargo teria conseqüências simbólicas apenas, entretanto, um acordo entre os parceiros ocidentais da China teria notáveis conseqüências sobre seu crescimento econômico e suas futuras capacidades militares.⁸

Por fim, a ascensão da China traz mais uma conseqüência: a nova doutrina oficial foi recentemente declarada “ascensão pacífica”, o que ocorreu após um longo debate que tratava não apenas da demarcação de terreno, mas também de questões substanciais: o Ministério das Relações Exteriores da China persistiu na formulação tradicional de Deng Xiaoping, de que a China deva aguardar tranqüilamente o momento de sua liderança. Com isso pretendia defender a soberania de suas decisões em política externa, contrapondo-se às ambições do influente ex-presidente da Escola do Comitê Central do Partido, Zheng Bijian.⁹ O novo lema da “ascensão pacífica” sugere

8. David C. Gompert, François Godement, Evin S. Medeiros, James C. Mulvenon. *China on the move. A Franco-American analysis of emerging Chinese strategic policies and their consequences for transatlantic relations*. Rand National Defence Research Institute, 2005.

9. Ver Zheng Bijian. China's “Peaceful Rise” to Great-Power Status, *Foreign Affairs*, Setembro/Outubro 2005.

re, segundo diplomatas chineses, uma mudança no equilíbrio de poder. Além disso, alguns adeptos da linha-dura temiam que a China ficasse desacreditada caso algum dia anunciasse medidas rigorosas contra Taiwan. Os partidários do novo lema, por outro lado, destacam que o aumento de poder e prosperidade devem vir acompanhados de mais responsabilidade no plano internacional. No primeiro semestre de 2004 o lema da “ascensão pacífica” desapareceu dos pronunciamentos oficiais, dando lugar ao novo conceito de “desenvolvimento pacífico”, com menos implicações políticas. Mas o primeiro ministro e o presidente recentemente voltaram a usar a antiga formulação com mais frequência, que, não obstante, continua sendo ambígua: parece querer negar qualquer pretensão hegemônica, mas ao mesmo tempo Hu Jintao estabelece a ligação com um outro conceito, o de “democratização das relações internacionais”. Isto quer dizer que a China vai se empenhar pelos direitos de países soberanos face aos poderes ocidentais. Atualmente os líderes do partido chinês parecem reconhecer a necessidade de repensar o papel da China, devido a sua maior importância no panorama internacional.

3. INSTRUÇÕES PARA A EUROPA

Desde a tragédia da Praça da Paz Celestial, ou ainda antes, os europeus têm suas alterações com os chineses. Naquela época, houve uma manifestação conjunta de repúdio ao acontecido, o que, entretanto, fez com que a UE não tomasse qualquer outra medida. Ao final de 2004 e após três declarações da UE, estabeleceu-se uma parceria estratégica com a China e o fim do embargo parecia estar próximo. Ironicamente, ao mesmo tempo a China declarou que, em virtude das restrições impostas pelo embargo, as relações com a Europa não poderiam ser qualificadas como “parceria estratégica”.

A formulação de uma política entre a Europa como bloco e a China esbarra em muitas divergências; isoladamente, alguns países rivalizam disputando a atenção da China. Os britânicos criticam que, durante sua visita oficial à França em janeiro de 2004, o presidente chinês Hu Jintao tenha feito um pronunciamento na Assembléia Nacional e a Torre Eiffel tenha sido iluminada de vermelho. Entretanto, por ocasião da visita de Hu Jintao à Grã-Bretanha em novembro de 2005, vários monumentos foram iluminados com a cor vermelha. E a missão de dar a má notícia sobre o embargo a Hu Jintao ficou para Angela Merkel.

Esta farsa deveria nos servir de lição. Não há razão para a Europa se vangloriar dos elogios dos críticos de Bush que exaltam o sucesso da “aproxima-

ção branda” da Europa com a China. A China atual não é inócua, mas sim um próspero poderio econômico com enormes ambições internacionais, um país governado por uma elite leninista modernizada, cuja sociedade crê que a atração da democracia para o indivíduo é compensada pela consciência coletiva das violações cometidas no Ocidente e no Japão. E não é apenas a China que floresce, mas também as outras economias da Ásia, o que requer um engajamento maior dos governos europeus do que em meados da década de 1990. A fim de lidar de forma adequada com o crescimento chinês são necessários ajustes e decisões bastante abrangentes por parte da UE e seus países membros.

Os europeus fariam por bem avaliar a China separadamente dos EUA e não confiar cegamente nas análises e nas preocupações manifestas por estes.

- Uma política europeia comum para assuntos externos e de segurança deveria declarar a China como prioridade, um pré-requisito para qualquer forma de parceria “estratégica” com a China; isto não significa que Europa e China deverão sempre concordar em questões estratégicas. É curioso que tal “parceria estratégica” tenha sido bastante mencionada ultimamente pelo Comissário de Comércio da UE, não importa quão benévolas suas intenções tenham sido. Se uma coordenação europeia da política em relação à China não for possível, ao menos a França, Alemanha e Grã-Bretanha deveriam coordenar suas intenções. E fariam muito bem por incluir neste círculo um país dos “novos europeus” que conhecesse bem a China, como é o caso da Polônia ou da República Tcheca, além de países que estejam intensamente envolvidos no comércio com a China e Ásia, como por exemplo, os Países Baixos, o porto de entrada para a maioria das mercadorias chinesas.
- A discussão de 2005 em torno do embargo deveria servir de lição política para a Europa. Não ceder às exigências americanas é um êxito para a Europa, que deve dedicar-se à cuidadosa elaboração de condições conjuntamente acordadas que possam substituir o embargo. Se deixar de realizar esta tarefa, a influência da Europa em assuntos internacionais estaria prejudicada.
- A política de comércio e de investimentos praticada com a China deveria ser objeto de constante revisão e coordenação. O debate sobre os têxteis mostrou que esforços protecionistas e a concorrência por liberalização com a China distorcem a política europeia; é bem típico o fato de os EUA terem dado prosseguimento às suas negociações comer-

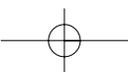
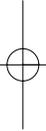
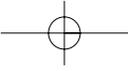
ciais com a China até novembro de 2005 sem grande alarde, enquanto os europeus lançavam suas acusações uns contra os outros. Sem dúvida, o livre comércio é a única opção realista para as relações sino-europeias de longo prazo. Entretanto, existem múltiplas possibilidades de penetração nos mercados segmentados e regulamentados da China.

A ajuda europeia à China geralmente tem por objetivo deflagrar mudanças em áreas de importância central na sociedade chinesa em franca modernização. Sem dúvida isto é louvável, mas não deveria se transformar na política genérica em relação a esta potência mundial do século XXI. Os reais desafios da Europa são: uma melhor coordenação da política em relação à China, harmonizar os interesses econômicos fundamentais desde a segurança energética até o acesso aos mercados financeiros e a prática de um diálogo aberto, de igual para igual, sobre aspectos estratégicos e militares com a China.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOMPERT, David C., GODEMENT, François, MEDEIROS, Evin S., MULVENON, James C. *China on the move. A Franco-American analysis of emerging Chinese strategic policies and their consequences for transatlantic relations*. Rand National Defence Research Institute, 2005.
- KOTLER, Mindy. The US-Japan alliance, unbalanced and unfulfilled. In: PACIFIC FORUM CSIS, PacNet 46A, 10 de Novembro 2005.
- PRESTOWITZ, Clyde V. *Three billion new capitalists. The great shift of wealth and power to the east*. Nova York, 2005.
- _____. *Trading places, how we are giving our future to Japan and how to reclaim it*. Primeira publicação em 1988.
- ZHENG Bijian. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. *Foreign Affairs*, set./out. 2005.

FRANÇOIS GODEMENT foi fundador do *Centre Asie* do *Institute Français des Relations Internationales* (IFRI) em Paris, do qual foi diretor até 2005. É consultor permanente do Grupo de Planejamento do Ministério das Relações Exteriores da França, e membro-fundador do *Council for Asia-Europe Cooperation*.



Pragmatismo e palavras de ordem

*O nacionalismo: um perigo para a expansão pacífica da China?**

33

SUI SHENG ZHAO

Se há uma coisa na China que une a população e a direção do Partido trata-se do nacionalismo, que se alimenta do sentimento de o país ter sido humilhado no passado e no presente por nações estrangeiras. O Partido Comunista tenta equilibrar-se sobre o fio da navalha, buscando, por um lado, atrair a população para si através de uma retórica nacionalista e, por outro, mostrar-se como parceiro previsível nas relações internacionais.

No transcurso dos conflitos em torno do avião de espionagem norte-americano que se chocou em 2001 com um caça a jato chinês, aterrissando na ilha de Hainan diante da costa chinesa, o *Washington Post* escolheu como manchete “Novo nacionalismo impulsiona Pequim”.¹ Uma advertência desse tipo reflete o sentimento de apreensão que o crescente nacionalismo chinês desperta em alguns cidadãos dos Estados Unidos e de outros países. Eles se perguntam se o “século chinês da vergonha e da humilhação” teria gerado um nacionalismo maléfico que faria transcorrer a expansão da China de forma menos pacífica. Diferentemente de alguns estudiosos mais prudentes, que tentaram identificar os limites do nacionalismo chinês, essas pessoas vêem um nacionalismo temerário em ação, que teria sido gerado pelo tradicional sinocentrismo da China, assim como por tendências muito atuais a procura de prestígio e poder.

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 24-30, dez. 2005.

1. John Pomfret. New nationalism drives Beijing: hard line reflects popular mood, *Washington Post*, 04.04.2001, pág. A01.

Embora em seu livro mais recente Peter Gries manifeste compreensão pelas “reclamações justificadas” em relação às potências ocidentais, ele também mostra como um amplamente difundido nacionalismo de caráter emocional, que estaria sendo reforçado por “relatos de vitimização”, [...] “começa a influenciar a política externa chinesa”.² Essa percepção retoma a observação de Richard Bernstein e Ross Munro segundo a qual “a China, incentivada por ânimos nacionalistas, pelo anseio de redenção das humilhações do passado e pelo simples desejo de reconhecimento internacional, ambicionaria substituir os EUA como potência dominante na Ásia”.³

Com efeito, não é muito difícil encontrar indícios que tornam plausível essa advertência, começando pelos inúmeros jornais anti-americanos da imprensa marrom de grande vendagem, lançados nas últimas décadas, passando pelas pedras jogadas contra a embaixada norte-americana em 1999 – por vingança pelo bombardeio acidental da embaixada chinesa em Belgrado por parte dos EUA – até as mais de 20 milhões de assinaturas coletadas no início de 2005 pela internet para protestar contra a candidatura do Japão por um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Enquanto o governo chinês se esforça ao máximo para obter prestígio, reconhecimento, honra e respeito no cenário internacional, cientistas chineses argumentam publicamente em favor de uma política externa chinesa com maior capacidade de se impor e de fazer exigências. Muitos no Ocidente sentiram-se chocados quando na primavera deste ano milhares de manifestantes marcharam pelas grandes cidades chinesas, gritando palavras de ordem e jogando pedras, garrafas e ovos contra os consulados do Japão, para protestar contra a autorização de manuais de história japoneses, que na sua opinião reduziam a importância das atrocidades cometidas pelos japoneses durante a guerra, e também contra as polêmicas visitas ao santuário de Yasukuni (onde são homenageados soldados japoneses caídos na guerra) por parte do primeiro ministro japonês Junichiro Koizumi.

I. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO NACIONALISMO

O nacionalismo chinês, entretanto, é um fenômeno muito mais complexo do que aparentam as palavras de ordem e protesto carregadas de

2. Peter Gries: *China's new nationalism*, Berkeley 2004, págs. 12, 134.

3. Richard Bernstein e Ross H. Munro. The coming conflict with America, *Foreign Affairs*, março/abril de 1997, pág. 19.

emoção. Como instrumento do Estado comunista destinado a garantir o apoio da população em uma era de rápida e turbulenta transformação de uma sociedade comunista para uma sociedade pós-comunista, ainda assim o crescente nacionalismo não fez o governo chinês renunciar a uma atuação sensata no âmbito de sua política externa. Uma vez que os dirigentes chineses declararam a paz e o desenvolvimento como seus objetivos principais, e dado que eles considerem o bem-estar econômico tanto um caminho para a manutenção do poder do Partido Comunista como igualmente um fundamento para os crescentes anseios nacionais da China, eles não podem permitir que surtos de emoção nacionalista ponham em perigo o objetivo maior da modernização econômica, sobre a qual se assenta, em última instância, sua legitimidade. Assim, eles tentam evitar confrontos com os Estados Unidos e outras potências ocidentais que detêm em suas mãos a chave para a modernização da China, ou seja, certamente não é de seu interesse permitir que a política externa da China lhes seja imposta pela retórica nacionalista das ruas.

Com efeito, o Estado comunista tem explorado o nacionalismo como compensação ou até quase como substituição para a ideologia comunista, que perdera importância na era pós-Mao. Depois da perda de credibilidade da ideologia comunista, diversos intelectuais chineses voltaram-se para as idéias liberais do Ocidente, reivindicando uma democracia nos moldes ocidentais, o que levou, na primavera de 1989, às gigantescas manifestações na praça de Tiananmen. Restituir a legitimidade do regime comunista e reconquistar o apoio de amplas parcelas da população, mostrou-se, após esses acontecimentos, uma das tarefas mais difíceis para os dirigentes do Partido. Para esses efeitos, instrumentalizou-se o nacionalismo. Deng Xiaoping e seus sucessores Jiang Zemin e Hu Jintao agitavam a bandeira do nacionalismo, que se lhes apresentava como o meio ainda mais confiável para ganhar a lealdade do povo chinês – e que além disso era o único valor compartilhado tanto pelo regime como por seus críticos. Os pragmáticos dirigentes do Partido esforçavam-se com ânsia para apresentar-se como os defensores do orgulho e dos interesses nacionais da China.

A luta contra as sanções do Ocidente e em favor da entrada da China na OMC, o sucesso em conseguir evitar a independência de Taiwan e a escolha de Pequim como sede dos Jogos Olímpicos de 2008 reforçaram a convicção dos nacionalistas de estarem com a razão. Para obter o máximo benefício do nacionalismo, o governo comunista iniciou, nos anos 90, uma ampla campanha propagandística em favor de uma educação patriótica. Nessa campanha,

não se fazia menção implícita ao nacionalismo. Pelo contrário, falava-se de “patriotismo” para ganhar a lealdade da população, que em termos gerais tinha todo tipo de motivos para estar insatisfeita. O núcleo da campanha para uma educação patriótica era constituído pela noção de *guoqing jiaoyu* (esclarecimento sobre as características nacionais), com o que se buscava expressar, de forma unívoca, que as particularidades nacionais da China eram únicas e não se adequavam a uma democracia liberal conforme o modelo ocidental. Ao invés disso, deveria manter-se o atual sistema de partido único para não comprometer a estabilidade política e assim os requisitos para o rápido crescimento econômico. Dessa forma, a campanha renovava a legitimidade do regime comunista sobre o fundamento da estabilidade política e a expansão econômica. Na medida em que fortalece a consciência nacional chinesa e transforma antigas humilhações e atuais debilidades em força motriz da modernização, o nacionalismo demonstra ser um instrumento eficaz para aumentar a legitimidade do Estado comunista; jogar a cartada nacionalista em caso de problemas com países que se mostram hostis é um lance especialmente bem-sucedido. Como dizia Liu Ji, um antigo alto funcionário, a solidariedade entre os chineses aumenta tão logo eles se sentem ameaçados por forças externas, e o nacionalismo vira então um instrumento útil para o regime no sentido de justificar seu papel hegemônico.⁴

Ameaças externas são uma fonte do nacionalismo chinês, uma vez que o sentimento de o país ter sido tratado com injustiça pelas potências estrangeiras no passado está profundamente enraizado, além de o *qiangguomeng* (o sonho de uma China forte) ser compartilhado por todos os setores da sociedade chinesa. A elite política da China começou a adaptar as doutrinas modernas do nacionalismo somente depois que a Guerra do Ópio contra as forças britânicas em 1840-1842 terminara em fragorosa derrota para a China, resultando finalmente no colapso do império chinês e na perda da soberania nacional para as potências imperialistas. Desde então, o anseio nacional de reconstituição da China com o objetivo de anular a humilhação imperialista é um tema recorrente da política chinesa. Quem quisesse governar a China precisava apresentar e implementar um programa de salvação nacional. Desde o início do século XX, o elo de ligação entre quase todos os poderosos dirigentes políticos da China, desde Sun Yatsen e Chiang Kai-shek, passando por Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping e Jiang Zemin até Hu Jintao, era o pro-

4. Liu Ji. Making the right choice in twenty-first century sino-american relations, *Journal of Contemporary China*, Vol. 7, n. 17, 1998, pág. 92.

fundo ressentimento em relação às humilhações da China e a determinação de reconquistar a legítima posição da China no mundo dos estados nacionais.

2. NACIONALISMO ÉTNICO, NACIONALISMO LIBERAL E NACIONALISMO DE ESTADO

Os dirigentes do partido chinês competiam entre si pelo melhor programa nacionalista para a construção de um Estado nacional conforme a opinião de cada um. No mínimo, três correntes diferentes do nacionalismo fizeram-se presentes na China moderna. Uma delas é o nacionalismo étnico, que vê a nação como forma política de um determinado grupo étnico, conduzindo freqüentemente à aspiração pela construção de um Estado nacional étnico. No caso da segunda corrente, trata-se do nacionalismo liberal, que define a nação como uma união de cidadãos, que não têm só a obrigação de defender seu Estado, mas que possuem igualmente direitos individuais (de co-determinação). A terceira corrente é a do nacionalismo de Estado, que define a nação como unidade política e territorial. Um Estado desse tipo fala em nome da nação e exige dos cidadãos a subordinação de seus interesses individuais aos do Estado. O nacionalismo chinês começou como um movimento de libertação sob liderança da maioria Han com o objetivo de derrocar a minoria Manchu. Desde 1911, após a queda da dinastia Qing, tanto o Kuomintang como também o posterior regime comunista definiam a nação chinesa como um ente político multiétnico, onde apenas se consentia o nacionalismo de Estado. O nacionalismo étnico perdurou somente entre as minorias étnicas nas fronteiras da China, como por exemplo os habitantes do Tibete e da Mongólia, aos quais é negado o direito a um Estado autônomo. Eles representam uma séria ameaça para a união do Estado multiétnico chinês. O nacionalismo liberal tinha sido assumido no início do século XX para renovar a China através de reformas políticas e sociais. Nacionalistas liberais identificavam-se com o Estado chinês como contraponto ao imperialismo e pressionavam por participação política para liberalizar o Estado autoritário. Após a criação da República Popular (1949), diversos nacionalistas liberais valeram-se da Campanha das Cem Flores de 1957 para criticar o monopólio de poder do Partido Comunista chinês. Muitos deles foram vítimas de cruéis “depurações”. Os nacionalistas liberais, que novamente vieram a público depois da morte de Mao, reivindicavam a adoção de ideais liberais e democráticos como a melhor opção para concretizar a renovação nacional da China. Ao mesmo tempo desconfiavam de que as potências ocidentais (sobretudo EUA e Japão)

estariam tramando contra a China para destituí-la de sua condição de grande potência. Foi igualmente o nacionalismo liberal que, em abril passado, motivou os jovens manifestantes antijaponeses a ir para as ruas. Os nacionalistas liberais exigiam do governo que cumprisse a promessa de defender os interesses de segurança nacional da China, ao mesmo tempo em que reivindicavam o direito de participação da população nas decisões do governo em geral e na definição da política externa em especial – uma área que até então tinha sido monopólio do Estado. Eles acusavam o regime de ter flertado demais com o Japão em anos passados e de ser excessivamente tolerante em relação aos EUA. Na opinião deles, faltavam ao regime auto-segurança e competência para representar os interesses nacionais essenciais para a sobrevivência da China.

3. NATIVISMO, ANTITRADICIONALISMO E PRAGMATISMO

A medida que cresce sua autoconfiança, o nacionalismo liberal desenvolve semelhanças com os modelos de política exterior do nativismo de outrora. No passado, o nacionalismo sempre provocou a xenofobia. Ao mesmo tempo, ele inspirou gerações de intelectuais chineses a resistirem ao imperialismo e a desenvolverem concepções de modernização que imitavam o Ocidente. Os nacionalistas chineses sempre estiveram divididos sobre qual seria o melhor caminho para conseguir reativar a China. Em consequência, eles desenvolveram pelo menos três vertentes nacionalistas diferentes: o nativismo, o antitradicionalismo e o pragmatismo. Essas três vertentes baseiam-se em hipóteses distintas sobre as razões para a fragilidade nacional da China, defendendo enfoques individuais para a reativação do país.

O nativismo considera a influência do imperialismo sobre a autoconfiança da China e a destruição das virtudes chinesas herdadas do passado como as raízes da fragilidade do país, reivindicando o retorno à tradição e à autonomia chinesa. Muitas vezes ele é acompanhado de uma agressiva xenofobia e reage com excessiva sensibilidade a supostas ofensas por parte de estrangeiros.

O antitradicionalismo, ao contrário, vê a tradição chinesa como fonte de fragilidade, rejeita totalmente essa tradição e é a favor da adoção irrestrita da cultura, do modelo econômico e do desenvolvimento político do exterior. Ele defende a adaptação a um sistema internacional “progressista” ou “moderno”.

O nacionalismo pragmático opta por um caminho intermediário. Ele reconhece na ausência de modernização da China o motivo pelo qual o país, de um modo geral, foi capaz de virar uma presa tão fácil do imperialismo ocidental e, por isso, é a favor de tudo o que possa promover a modernização da

China e a adaptação a um mundo em transformação. O nacionalismo pragmático é uma doutrina motivada pelo interesse nacional, uma ideologia agnóstica, que não tem nada, ou muito pouco, em comum tanto com o marxismo como com o liberalismo.

Desde o início das reformas orientadas para a economia de mercado nos anos 80, predomina na China o nacionalismo pragmático, embora o nativismo e o antitradicionalismo permaneçam à espreita no segundo plano. Nos assuntos internacionais, o nacionalismo pragmático tende a reagir, antes mesmo do que a agir, na medida em que os dirigentes pragmáticos do Partido invocam o nacionalismo sempre que a pressão percebida de fora ameaça colocar em perigo, solapar ou destruir os interesses da China. Naturalmente, os quadros pragmáticos do Partido sabem que o nacionalismo é uma faca de dois gumes, pois se, por um lado, ele é utilizado pelo Partido Comunista chinês para afirmar sua pretensão de liderança, por outro lado ele serve como critério para o povo chinês (particularmente a elite liberal-nacionalista) avaliar justamente esse mesmo governo. Assim, dirigentes que não cumprissem suas promessas nacionalistas ficariam muito expostos à crítica nacionalista. Dessa forma, o nacionalismo poder-se-ia revelar uma caixa de Pandora. Sem quaisquer restrições, ele poderia deflagrar forças indesejadas, provocando conseqüências pouco agradáveis.

Avaliando cuidadosamente os aspectos positivos e negativos, os dirigentes pragmáticos do Partido tentavam evitar que os ânimos nacionalistas dos chineses se transformassem em crítica da política externa do país. Embora nacionalistas populares tenham convocado o governo a assumir uma linha dura contra as pretensas provocações por parte de norte-americanos e japoneses, os dirigentes pragmáticos do Partido não esqueceram que o sucesso econômico da China depende fortemente de sua integração com o resto do mundo e, principalmente, da cooperação com os países ocidentais altamente desenvolvidos. Partindo da percepção de que o declínio da União Soviética no transcurso da Guerra Fria deveu-se sobretudo à sua política de enfrentamento com os Estados Unidos na luta pela posição de superpotência mundial (o que exauriu completamente os recursos econômicos e militares do país), os estrategistas da adaptação pragmática tentavam defender os interesses nacionais da China através da expansão das relações com as potências mundiais. Conseqüentemente, eles ressaltavam os princípios da coexistência pacífica, da orientação pacífica, da ascensão pacífica e do desenvolvimento pacífico enquanto a China ascendia rumo à superpotência.

Com base nesses princípios, os dirigentes pragmáticos do Partido denominavam o nacionalismo de uma força, que precisava ser “conduzida em trilhos”. Isso podia significar, por exemplo, restringir ou proibir por completo manifestações estudantis contra os EUA e o Japão. Pois os dirigentes do Partido em Pequim ficaram, de fato, extremamente preocupados com as manifestações antijaponesas de princípios de 2005, visto que tinham consciência de que esse tipo de paixões significava brincar com fogo, o que poderia não só levar a confrontos com o exterior, mas também a voltar-se contra o próprio governo. Pequim acabou dando fim a esse exercício de equilíbrio sobre a corda-bamba através da proibição de manifestações em fins de abril. Diversos organizadores de petições pela internet e de atos de protesto foram presos. Durante as delicadas celebrações com motivo do 4 de maio, a polícia permaneceu em situação de prontidão permanente em todas as grandes cidades do país, visando evitar uma retomada dos protestos antijaponeses. Isso traz à tona a colisão inicialmente mencionada do avião de espionagem norte-americano com o caça a jato chinês sobre o Mar do Sul da China em abril de 2001. Diante do acirramento dos ânimos nacionalistas, a conduta oficial de Pequim nesse momento foi mostrar-se particularmente inflexível, na medida em que anunciou que a tripulação do avião seria libertada somente após uma desculpa formal pelo incidente por parte do governo norte-americano. Quando o ministro das Relações Exteriores, Colin Powell, usou as palavras *very sorry* [lamentamos muito, em português] em relação ao falecido piloto chinês e à aeronave destruída, Pequim aceitou esse *very sorry* como equivalente a uma desculpa, libertando a tripulação no dia seguinte. A mídia chinesa foi instruída a traduzir a expressão *very sorry* de Powell por *baoguan* – uma palavra que apesar de diferir em uma letra do termo chinês para “desculpas”, possui quase o mesmo significado que a originalmente exigida *daoqian*. Os dirigentes chineses interpretaram esse *very sorry* como escusa válida e consideraram as manifestações norte-americanas de “pesar” e de “desculpas”, que visavam em primeiro lugar a perda do piloto e do avião, como uma confissão de culpa por todo o incidente. Embora o governo chinês mantivesse sua retórica inflexível para efeitos de política interna, ele fez obviamente tudo que lhe era possível para evitar, durante essa crise, o confronto com os EUA, assim como colocar em risco a boa cooperação.

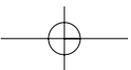
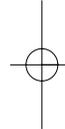
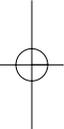
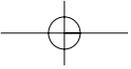
Essa estratégia aparentemente contraditória, de lançar mão de um discurso inflexível e ao mesmo tempo agir de forma previsível, mostra que o crescente nacionalismo não fez a política externa chinesa tornar-se nem excepcionalmente avessa à cooperação nem irracional; naturalmente, isso não

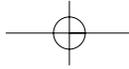
significa que a disposição da China para a cooperação seja ilimitada. Embora a China tenha permanecido um Estado comunista autoritário, ela não é mais governada por líderes carismáticos como Mao Tsé-Tung ou Deng Xiaoping, que possuíam a autoridade para dirimir controvérsias no âmbito do grupo dirigente ou então para definir pessoalmente os rumos do país. Hoje os dirigentes chineses precisam levar em consideração os mais diversos grupos de eleitores enquanto sua capacidade de ação se vê cada vez mais restringida pelo crescente sentimento nacionalista na sociedade chinesa. Como resultado das reformas e das medidas liberalizantes, os políticos tornaram-se dependentes da opinião pública. Hoje, através do telefone e da internet, o chinês médio dispõe de inúmeras fontes de informação e encontra formas e meios de expressar sua opinião, mesmo que ela seja nacionalista. Resta perguntar, portanto, se a democratização tornará a ascensão da China realmente mais pacífica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- POMFRET, John. New nationalism drives Beijing: hard line reflects popular mood. *Washington Post*, 04/04/2001, pág. A01.
- GRIES, Peter. *China's new nationalism*. Berkeley, 2004.
- BERNSTEIN, Richard, MUNRO, Ross H. The coming conflict with America. *Foreign Affairs*, mar./abr. 1997.
- LIU Ji. Making the right choice in twenty-first century sino-american relations. *Journal of Contemporary China*, v. 7, n. 17, 1998.

SUIHENG ZHAO, Ph.D. e catedrático, é diretor executivo do Centro de Cooperação China-EUA no Instituto de Estudos Internacionais da Universidade de Denver, e redator-chefe da revista *Journal of Contemporary China*. Em 2003, publicou: "Chinese foreign policy: pragmatism and strategic behavior" (A política externa da China: pragmatismo e comportamento estratégico).





Os temores dos EUA

*O poder da China aumenta rapidamente**

43

BONNIE S. GLASER

Nas relações entre EUA e China cresce a desconfiança mútua. Os EUA duvidam que a China vá perseguir suas ambições em relação a Taiwan por meios não-militares apenas, quando sua influência na política mundial estiver maior. Já Pequim teme que os EUA possam querer tentar bloquear a ascensão da China. Numa situação deste tipo, é mais do que preciso adotar medidas que possam estimular a confiança mútua. Uma nova “guerra fria” não seria vantajosa para ninguém.

No primeiro governo do presidente George W. Bush nos EUA, seu secretário de Estado da época, Collin Powell, referiu-se às relações sino-americanas como sendo as melhores em mais de 30 anos. Mas menos de um ano após o início do segundo mandato de Bush, as relações entre EUA e China estão na mira do fogo cruzado dos críticos nos EUA. O Congresso e os grupos lobistas americanos acusam a China de ameaçar os empregos de seu país e de estar manipulando sua moeda a fim de favorecer o aumento das exportações, o que gera um enorme superávit na balança comercial em relação aos EUA. O Pentágono, em seu relatório anual acusa a China de estar desenvolvendo um potencial militar que poderá se tornar uma ameaça para Taiwan, e também de estar reequipando seu arsenal de foguetes, mísseis, submarinos e aviões-caça sofisticados, o que representa um grande perigo potencial para os vizinhos da China e das tropas americanas estacionadas na região. A cooperação entre Washington e Pequim no combate ao terrorismo parece estar ficando mais frágil devido ao apoio da China a uma declaração da *Shan-*

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 31-35, dez. 2005.

gai Cooperation Organization (SCO), que reivindica o estabelecimento de um cronograma para a retirada das tropas estrangeiras de suas bases de apoio na Ásia Central. Terão as relações entre EUA e China mudado tanto em tão curto espaço de tempo?

A resposta curta e breve deveria ser não. Mas ainda assim, as dificuldades do relacionamento entre a China e os EUA estão aumentando, e a desconfiança também. Além disso, o estado de ânimo em Washington mudou. A renovada preocupação americana com a China – que começou a se manifestar ligeiramente em 2001, antes de ser substituída, após o 11 de setembro, pelas exigências do combate ao terrorismo – não deveria surpreender ninguém. Ainda que a luta anti-terrorista continue sendo a prioridade, não mais concentra todas as forças, de maneira que outros temas voltam a ser discutidos. Parlamentares republicanos que preferiam evitar um confronto com o presidente em seu primeiro mandato, agora criticam não somente sua demora na prestação de ajuda às vítimas do furacão Katrina, sua opção pela permanência por prazo ilimitado das tropas americanas no Iraque e os excessivos gastos do governo, como também sua atitude em relação à China.

Evidentemente a China foi transformada em bode expiatório das dificuldades econômicas dos EUA. Mas mesmo uma significativa valorização da moeda chinesa, reivindicação de alguns parlamentares e do governo Bush, não acarretaria uma drástica redução do déficit comercial dos EUA em relação à China. Tampouco teria maiores efeitos sobre os empregos americanos, conforme declaração do presidente do Banco Central americano, Alan Greenspan. Ainda assim, o déficit da balança comercial bilateral que já alcançou os 200 bilhões de dólares, não pode ser facilmente explicado aos círculos políticos. Muitos americanos temem que a China alcance um desenvolvimento tecnológico tão significativo que a coloque no topo da cadeia de agregação de valor da concorrência comercial. A falta de avanço na questão dos direitos de propriedade intelectual acrescenta lenha à fogueira. Também é preocupante a pressão exercida pela China no âmbito internacional, na tentativa de garantir para si exclusividade no acesso a novas fontes de energia, sobretudo porque muitos de seus parceiros comerciais são países contra os quais vigoram sanções por parte de Washington, motivadas por práticas duvidosas.

I. DESEQUILÍBRIO DE PODER

A modernização do aparato militar chinês processou-se muito rapidamente depois da segunda metade dos anos noventa, quando foram registrados

grandes avanços. Até então, o Exército de Libertação do Povo concentrara-se em prevenir a independência de Taiwan, sem, contudo, ameaçar os países vizinhos ou demonstrar quaisquer ambições de poder em relação a outros países mais distantes. Entretanto, o equilíbrio de poder militar entre China e Taiwan está se deslocando a favor da China, fazendo com que do lado americano aumente o temor de fazer uma avaliação errônea da situação, o que poderia levar a um recrudescimento da situação e um conflito maior entre os EUA e a China. A situação ainda é mais agravada pelo fato de Taiwan ter reduzido seus gastos militares nos últimos dez anos, diminuindo assim sua capacidade de se defender temporariamente de uma agressão chinesa, até o momento em que os EUA possam intervir.

Além destas preocupações, existe nos EUA certo grau de incerteza sobre as intenções chinesas a longo prazo. Apesar das garantias de Pequim, de estarem empenhados em uma ascensão pacífica, os EUA continuam desconfiados. O relatório do Pentágono sobre a força militar da China publicado em 2005 vê o país numa “encruzilhada estratégica” e acrescenta que ainda está em aberto “quais seriam as decisões fundamentais a serem tomadas pelo governo chinês em face de seu crescente poder e influência, sobretudo na área militar”. Em um discurso proferido em setembro, o vice-secretário de Estado americano, Robert Zoellick, referiu-se à atitude americana em relação à China com as seguintes palavras: “A incerteza de como a China usará o seu poder faz com que os EUA e outros países tenham extremo cuidado em suas relações com esse país. Muitos países nutrem a esperança de uma ‘ascensão pacífica’ da China, mas ninguém quer apostar seu futuro nesta questão.” Entre os motivos das preocupações de Washington, estão a atitude de Pequim em relação à presença militar americana em países vizinhos da China e o papel desempenhado pelos EUA nas questões regionais do Leste Asiático. O governo chinês reitera ver com bons olhos a participação ativa dos EUA nas relações multilaterais da região e afirma condenar apenas por princípio, mas não na prática, o envio de tropas americanas para além-mar. A política de fato da China nos mostra que isto não é verdade. A China não apenas concorda com o estabelecimento de um prazo para a retirada das tropas americanas estacionadas na Ásia Central – daquelas bases de apoio consideradas indispensáveis para a reconstrução do Afeganistão na visão de Washington – como também apóia a realização de uma reunião de cúpula entre 13 países do Leste asiático prevista para ser realizada na Malásia em dezembro, da qual os EUA não participariam.

Além disso, em Washington existe a suspeita de que a China, depois de fechar o acordo de energia com países que o governo Bush classifica como ini-

migos ou não simpatizantes, esteja pretendendo, a curto prazo, deslocar o equilíbrio com os EUA a seu favor, criando a base para uma potencial aliança anti-americana. Pequim está bem menos insatisfeita do que Washington com o relacionamento sino-americano. O governo chinês concentra-se em tocar o desenvolvimento econômico do país e amortecer as tensões sociais que surgem com o rápido e desigual crescimento. A 5ª Plenária do 16º Comitê Central do Partido Comunista da China realizada em outubro reforçou a conclamação do presidente chinês Hu Jintao de se criar uma “sociedade harmônica”. De forma geral a China considera as relações com os EUA construtivas, estáveis e de cooperação. Mas, naturalmente, também há razões para reclamar: por exemplo, os EUA mantêm as restrições no fornecimento de alta tecnologia à China e não estão dispostos a reconhecer a China como economia de mercado. Além disso, o governo Bush protestou veementemente contra o afrouxamento do embargo militar da UE contra a China. Em questões decisivas de segurança, por outro lado, os chineses, pelo menos até o momento, estão razoavelmente de acordo com a política americana. O governo de Bush pai se opusera publicamente à pretensão de Taiwan de tornar-se um Estado soberano e independente, advertindo o presidente taiwanês a se abster de tentar mudar a situação por conta própria. Cedendo a pressões de Pequim, Washington ateve-se a meios diplomáticos em seu esforço de eliminar as armas atômicas da Coreia do Sul. Os entendimentos entre EUA e China acontecem em diversos níveis e envolvem uma grande variedade de temas; é comum funcionários de alto escalão e ministros de Estado se falarem por telefone.

2. DIÁLOGO ESTRATÉGICO

Por iniciativa de Pequim, funcionários graduados dos governos chinês e americano deram início a uma série de conversações em torno de assuntos estratégicos que deverão durar um semestre. O vice-secretário de Estado dos EUA, Robert Zoellick, e seu colega chinês, Dai Bingguo, aproveitam este diálogo para uma troca aberta sobre os interesses de seus respectivos países. As conversações deverão desfazer mal-entendidos, afastar divergências, encontrar interesses comuns e definir áreas de cooperação. Outros detalhes da política americana e chinesa, tais como as perspectivas para outras regiões, como a América Latina e África, e outros temas, tais como medidas de combate ao terrorismo e a não-proliferação de armas atômicas serão discutidos em nível mais baixo. O intercâmbio no setor militar ficou atrás das relações políticas, mas será aos poucos incrementado após a visita do ministro de Defesa ameri-

cano, Donald Rumsfeld, sua primeira visita oficial após a posse. O tema das conversas é uma conexão telefônica constante entre os Ministérios da Defesa, que possibilitará um intercâmbio permanente entre as autoridades militares em momentos de crise.

Em meados de novembro o presidente Bush visitou a China, após ter participado do Fórum da APEC (*Asia Pacific Economic Cooperation*) na cidade de Pusan, Coréia do Sul. Está prevista uma visita do presidente Hu Jintao aos EUA para o primeiro semestre de 2006, a qual já deveria ter ocorrido, mas fora adiada devido ao furacão Katrina.

As maiores preocupações da China quanto à política americana em relação a seu país referem-se ao futuro depois de Bush. Funcionários e cientistas da China questionam se, daqui a algumas décadas, os EUA apoiarão a elevação da China à categoria de superpotência, sobretudo se este avanço continuar sendo realizado na base de um sistema unipartidário, que, na verdade, não precisa prestar contas aos cidadãos. Temem, mais do que atualmente, que os EUA pressionarão por uma mudança do sistema e tentarão bloquear ou deter o desenvolvimento chinês, a fim de garantir a hegemonia americana. Caso os EUA tenham êxito na sua tentativa de exportar democracia ao Oriente Médio, teme-se na China que a consequência seria o aumento da pressão dos EUA para que a China permita maiores liberdades políticas e que até consiga minar a legitimidade do Partido Comunista.

Outro motivo de preocupação é a posição dos EUA em relação a Taiwan. A maioria dos chineses acredita que a falta de apoio de Washington às pretensões de independência de Taiwan seja apenas uma questão de falta de prioridade no momento, uma vez que o combate ao terrorismo e a estabilização do Iraque têm maior importância. Há convicção de que os EUA jamais permitiriam a reintegração de Taiwan, e o temor de que, em uma nova conjuntura internacional, Washington veria com mais simpatia os anseios de Taipei por uma independência oficial e com garantias legais.

A curto prazo, provavelmente, as relações sino-americanas conseguirão se sustentar em um nível mais equilibrado. A China precisa, antes de mais nada, de um panorama internacional de paz para dar continuidade a seu crescimento econômico. Evitar qualquer confronto sério com a única superpotência existente é essencial à própria sobrevivência. Divergências abertas entre os EUA e a China teriam um alto preço para a população de ambos os países. O bem-estar global estaria ameaçado e, com uma nova guerra fria, os países da Europa e Ásia estariam na desconfortável situação de precisar tomar partido de um ou outro lado.

3. A BUSCA POR INTERESSES COMUNS

Muito embora ainda seja cedo para considerar inevitável uma confrontação estratégica, os riscos reais devem ser claramente identificados a fim de adotar as medidas necessárias que possam prevenir uma ameaça à segurança mundial. Para evitar uma catástrofe estratégica, Washington e Pequim deveriam empenhar-se agora em expandir sua confiança mútua. A possibilidade de exercer influência também existe quando as pretensões estratégicas do outro lado ainda não podem ser avaliadas com exatidão e a tática ainda não estiver clara. Entendimentos pessoais entre políticos destacados são oportunidades únicas de expressar suas preocupações e expectativas no tocante às relações bilaterais. Reuniões de cúpula oferecem a ambas as partes a oportunidade de garantir uns aos outros as posições estratégicas em questões decisivas. Os políticos americanos e chineses poderiam dedicar-se a um comércio estratégico: o presidente Hu Jintao poderia prometer que a China não expulsará as tropas americanas ou tentará reprimir a influência americana na Ásia, desde que os EUA não ameacem os interesses essenciais da China. O presidente Bush, por outro lado, poderia prometer apoio a uma China mais influente e poderosa, desde que a política chinesa não tente minar os interesses americanos fundamentais.

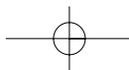
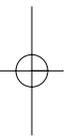
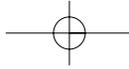
O diálogo semestral em alto escalão envolvendo questões estratégicas cria um fórum não apenas para a discussão aberta e sincera das divergências, mas também daqueles temas de interesse comum aos dois países. Muita atenção deve ser dedicada àquelas áreas que possibilitem a cooperação ou onde uma cooperação já existente possa ser ampliada. O êxito da cooperação em questões decisivas de segurança faz lembrar a políticos, governos e sociedade o valor das relações bilaterais, equilibrando o efeito negativo de outras áreas problemáticas. Entre as áreas de convergência de interesses de chineses e americanos que ainda não foram objeto de maiores entendimentos podemos citar: medidas de combate ao terrorismo no mar, estabilidade no Oriente Médio, segurança em suprimento de energia e questões globais de saúde.

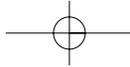
A ascensão da China, tida por muito tempo como possibilidade futura apenas, é uma realidade aqui e agora, ainda que o país enfrente diversos problemas internos. Apesar de alguns aspectos da ascensão chinesa sem dúvida serem preocupantes, os EUA e o resto do mundo estão interessados em saber se a China irá conseguir tirar da pobreza boa parte dos seus 1,3 bilhões de habitantes. Caso o país fracasse com suas reformas preparatórias da economia de mercado e a globalização de sua economia, as conseqüências se fariam sen-

tir em escala mundial. É, portanto, do interesse dos EUA apoiar ativamente a ascensão chinesa e fazer valer sua influência de forma que as normas internacionais existentes e os acordos de segurança sejam fortalecidos e os interesses americanos aproveitados ou pelo menos não prejudicados.

Se a China julgar conveniente manter o ambiente internacional, por considerá-lo adequado à expansão de seu poder nacional, deve evitar prejudicar os interesses centrais dos outros países. Além disso, Pequim deverá estruturar sua política externa e seus planos militares de forma mais transparente, e lidar mais abertamente com suas expectativas referentes ao futuro cenário estratégico e ao papel desempenhado na Ásia pelos EUA e por ela própria. Apenas a pura retórica de uma “ascensão pacífica” sem pretensões de hegemonia não mais é suficiente para acalmar as outras nações. Palavras devem ser seguidas por ações, conforme diz um ditado chinês.

BONNIE S. GLASER é associada-sênior do *Center for Strategic and International Studies* (CSIS) em Washington (D.C.). Publicou diversos trabalhos sobre as relações sino-americanas, entre outros, no *China Quarterly*, *New York Times* e *International Herald Tribune*.





Regime de concubinato *O que a ascensão da China significa para um país como a Alemanha**



FRANK SIEREN

Hoje a China está utilizando os imperativos do capitalismo global dominado pelo Ocidente para seus próprios objetivos. Assim, o país está atravessando um processo ímpar de ascensão social que o coloca cada vez mais em posição de participar de forma decisiva na definição das regras do jogo no plano internacional, não só no campo econômico como também político e social – regras essas às quais a Alemanha, ainda o país industrial líder na Europa, pode-se furtar cada vez em menor medida.

Transformações que fazem época possuem uma característica desagradável: elas não são percebidas imediatamente como tais. As gigantescas mudanças são como uma tempestade que vem rugindo e nos surpreende em meio a um piquenique. Enquanto os alemães ainda esperneiam, como mostrou o resultado das eleições, a China assume o desafio da globalização. Neste sentido, pelo menos, ela é mais avançada que a Alemanha. Já há alguns anos o Império do Meio não é mais ‘apenas’ a fábrica do mundo onde compramos os nossos sapatos, camisas, telefones celulares, laptops e até navios-contêiner. Mesmo a caracterização como ‘maior mercado em crescimento da economia mundial’ não é suficiente para descrever o novo papel da China em toda sua amplitude. Ele vai muito além das fronteiras do país. Isso porque o governo chinês está usando a concorrência econômica internacional, o coração das sociedades ocidentais, em seu próprio benefício. Nesse processo, ela está até conseguindo distribuir a riqueza mundial de forma mais justa – infelizmente às nossas custas. Essa é a maior surpresa do século XXI que se

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 36-45, dez. 2005.

inicia – e é um grande dilema, antes para nós do que para os asiáticos. Pois o deslocamento do foco da economia mundial em direção à Ásia, com a China como seu epicentro, faz com que a China esteja cada vez mais em condições de estabelecer as regras que definem o jogo no plano internacional. Isso vale tanto para a economia mundial como também, de forma crescente, para a política. Desde que os europeus partiram com Colombo há cerca de 500 anos para o Novo Mundo e os americanos mais tarde se tornaram, por sua vez, uma potência mundial, esse espaço de poder estava reservado ao Ocidente. Qualquer que fosse o lugar para o qual iam as nações ocidentais, elas dominavam os países conquistados, senão por inteiro então ao menos conseguindo ditar os termos das trocas comerciais, como no caso da China: foram sobretudo os ingleses que obrigaram os chineses a trocar o ópio pela prata. A droga era cultivada na Índia e seu comércio fortalecia a potência colonial britânica na Índia e na China. No transcurso do século XX, entretanto, um número cada vez maior de países reivindicava, com sucesso, o direito à autodeterminação. No dia 1º de janeiro de 1999, os portugueses retiraram-se de seu enclave Macau às portas de Hong Kong, uma colônia da coroa britânica que os ingleses tinham devolvido a Pequim dois anos antes. Com isso, a era colonial chegou a seu fim (salvo algumas poucas exceções de menor relevância).

Como primeiro país entre as antigas colônias, a China começou a decidir seu próprio futuro: como mercado, como local para a produção industrial, como importante ator no sistema monetário internacional, como comprador de minérios e como fator político em organizações internacionais a exemplo das Nações Unidas, OMC ou FMI, o país é hoje um ator global de peso considerável. No tocante a preço, qualidade, rapidez e escala dos bens produzidos na China, o país é atualmente quase invencível como produtor industrial. Nenhum mercado do mundo gera mais consumidores com poder de compra com maior velocidade do que o mercado chinês. A Índia, por exemplo, que possui uma população equivalente e um número dez vezes menor de pessoas com telefone celular, segue a China a dez anos de distância. Com suas reservas em divisas acima de 710 bilhões de dólares, um dos dois maiores credores dos Estados Unidos, já hoje a China decide sobre o destino do dólar e do euro, dependendo para onde ela transferir essas reservas. E uma vez que todo ano a China aufer grandes lucros com seus excedentes de exportação, ela pode se dar ao luxo de levar os preços dos minérios para alturas até agora inimagináveis. Sem alarde, a China tem nos envolvido em uma teia de dependências da qual é cada vez mais difícil fugir. Uma geração não será o suficiente para que possamos nos adaptar às conseqüências dessa surpreendente

ascensão. A magnitude das conseqüências dessa ascensão será maior para o mundo do que o envelhecimento da população nos países industrializados. Assim também o deslocamento da força econômica para a Ásia produzirá mais transformações que o terror islâmico, produto de sociedades tradicionais ou grupos religiosos que não se renovam, nem mesmo sequer têm vontade de mudar. Apesar da violência que exercem, os terroristas não conseguirão dobrar o Ocidente. No final, restará mesmo às suas sociedades de origem apenas a escolha entre adaptar-se aos imperativos da globalização, ou então sucumbir. “Nos últimos quatrocentos anos, os árabes não produziram qualquer invenção digna de menção”, escreve Hans Magnus Enzensberger. “Tudo o que é essencial para o dia-a-dia no Maghreb e no Oriente Próximo, qualquer geladeira, telefone, tomada, chave de fenda, para não falar dos produtos de alta tecnologia, representa para todo árabe com capacidade de raciocinar uma humilhação silenciosa.”¹

E mesmo para a ameaça de uma catástrofe ambiental em escala mundial é possível vislumbrar soluções no horizonte. Por isso ela teria menos impacto sobre as nossas vidas do que a ascensão de centenas de milhões de consumidores na Ásia.

Tecnologias alternativas ambientalmente corretas encontram-se em fase avançada de desenvolvimento. As tecnologias solar e eólica para a geração de energia – não por último graças às atividades de pesquisa e desenvolvimento na Alemanha – tiveram uma grande evolução. Falta a essas inovações apenas dar o passo para a produção em massa. O tempo, aliás, joga a seu favor. Os preços cada vez mais elevados da energia aumentarão a pressão para o uso dessas tecnologias, mesmo que os produtores das tecnologias tradicionais oponham forte resistência a isso. Por sua vez, serão provavelmente os chineses, por razões de necessidade, os que levarão até o fim a política dos ambientalistas ocidentais, impondo rígidas normas para o meio ambiente. Ao mesmo tempo, não hesitarão em converter a China no país com o maior número de usinas nucleares. Não haverá tempo para debates em torno da ideologia ambiental, assim como, de qualquer forma, nem haverá tempo para eles próprios desenvolverem a tecnologia. Os chineses assumirão a tecnologia de nós, e nós a transferiremos para eles de boa vontade, pois eles nos prometem uma participação no seu mercado em expansão. Esse negócio já funciona há tanto tempo que hoje é possível constatar: nunca antes tanto dinheiro foi in-

1. Hans-Magnus Enzensberger. Der radikale Verlierer (O perdedor radical), *Der Spiegel*, 07.11.2005.

jetado tão rapidamente do Primeiro para o Terceiro Mundo como no caso dos investimentos na China. Desde a abertura do país no fim dos anos 70 já foram mais de 530 bilhões de dólares.

Em resumidas contas, portanto, não será o terrorismo global, nem o envelhecimento das sociedades ocidentais, ou então a ameaça de uma catástrofe ambiental que deverão ocupar o foco de nossas atenções, mas a ascensão da China. Claro que a economia mundial não é nenhum jogo de soma zero; mesmo assim, a ascensão da China significará irrevogavelmente o declínio do Ocidente. A questão não é mais se, mas apenas a velocidade com que acontecerá o nosso declínio. O rumo dos acontecimentos é previsível. Na medida em que as empresas, por razões de economia de custos, transferem sua produção cada vez mais também para a Ásia, diminuem crescentemente nos países ocidentais a receita tributária e os postos de trabalho, enquanto aumenta cada vez mais o número de desempregados que oneram o Estado de Bem-estar Social. Já hoje é óbvio que a China está colocando o mundo de cabeça para baixo.

O Bem e o Mal não estão mais em campos opostos claramente definidos como era o caso na época da Guerra Fria. Ao invés disso, reinam os imperativos econômicos: apenas no ano passado foram investidos 60 bilhões de dólares na China, embora o extenso país não possua um sistema judicial operante e cada vez mais produtos estejam sendo copiados ilegalmente por empresas chinesas. Conforme dados das Nações Unidas, no ano passado a Ásia registrou um aumento de 46% dos investimentos externos. Em 2004, as exportações da China atingiram cerca de 600 bilhões de dólares, um crescimento de 35% em relação ao ano anterior. No corrente ano, serão provavelmente outros 20%: 722 bilhões de dólares será o montante da receita da China, o que significa que pela primeira vez o superávit da balança comercial apenas com os EUA irá superar os 200 bilhões de dólares. No total, o excedente aumentou em surpreendentes 280% para 88 bilhões de dólares. Embora o crescimento econômico na China não esteja distribuído por igual, “mesmo a renda dos mais pobres tem quadruplicado nos últimos 20 anos”, conforme afirma François Bourguignon, economista chefe do Banco Mundial.² No ínterim, o país tem uma renda per capita anual de mais de 1.000 dólares. Ainda 25 anos atrás, catástrofes de fome não eram incomuns; hoje elas são quase inexistentes. Bourguignon parte da premissa de que a situação continuará melhorando: “O futuro da China é cor de rosa.” A China está

2. Citação segundo Frankfurter Allgemeine Zeitung, 20.01.2004.

tornando o mundo mais justo. Mas o que está em jogo em todo esse contexto não é propriamente apenas a China: pela primeira vez na história recente, um país poderá ter condições de reverter a tendência a longo prazo da evolução da renda no âmbito global.

Em 1820, a relação do país mais pobre para o país mais rico do mundo em termos da renda per capita era de um para três. Em 1922, essa relação já era de um para 72. Que a ascensão da China possibilitará uma distribuição mais justa da riqueza no mundo nos próximos 50 anos é uma das poucas avaliações compartilhadas pela maioria dos vencedores do Prêmio Nobel de economia.

“A renda per capita em países como a China crescerá mais rapidamente do que nos países mais progressistas”, opina George Akerlof. Seu colega Milton Friedman concorda com ele: “A razão principal para o atual desequilíbrio está na diferença entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa diferença vai diminuir no âmbito da globalização.” Lawrence Klein compartilha igualmente essa avaliação: “O crescimento na China e na Índia avança de forma tão promissora que já tem possibilitado uma redução da pobreza em escala considerável.” Mesmo Joseph Stiglitz, o ícone dos críticos da globalização, tem certeza em afirmar: “Os chineses terão uma renda maior. Mesmo que o crescimento da China não seja mais tão forte como nos últimos 25 anos, o desequilíbrio entre a China, a UE e os EUA experimentará uma diminuição substancial.”³

Paradoxalmente, então, é por causa da ascensão da China que há muito está acontecendo o que os críticos da globalização reivindicam em suas passeatas. A constatação de que está havendo uma redistribuição da riqueza em nível mundial sem os seus protestos será para eles, certamente, um desencanto. Assim, as transformações no mundo devem-se menos à pressão dos críticos do que justamente à dinâmica própria do entrelaçamento econômico global que eles criticam: não são eles, mas os mecanismos da concorrência que estão tornando o mundo mais justo. Dessa forma, a globalização está engolindo seus críticos.

Que tudo isso esteja acontecendo é algo que não entra em nossas cabeças: nossa visão tradicional de Primeiro e Terceiro Mundo é um obstáculo para isso. Conforme essa perspectiva, a combinação chinesa de bilhões de pessoas, corrupção, ditadura e capitalismo deveria ser um barril de pólvora prestes a explodir com uma única faísca. Há 25 anos, pois, o mundo está esperando pe-

3. Handelsblatt, 03.09.2004.

lo colapso do gigante vermelho. Mas o contrário está acontecendo: a China cresce a passos largos, fica cada dia mais forte e, no ínterim, tem-se convertido no fator de estabilidade mais importante na Ásia. Vastas regiões do Terceiro Mundo, principalmente na Ásia, crescerão em breve impulsionadas pela própria força e não precisarão mais de nossa ajuda. Um dos objetivos de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas é reduzir para a metade, até 2015, o número de pessoas no mundo que precisam sobreviver com menos de um dólar por dia. Conforme o secretário geral da ONU, Kofi Annan, atingir essa meta é possível “com base no pressuposto de que a China consiga retirar quase toda a sua população dessa categoria – mesmo que na maioria dos países da África a proporção dos pobres continue inalterada.”⁴ Esse é o maior desafio para medir a força da China. E a cada dia que passa, os chineses estão mais convencidos de que conseguirão o objetivo. Essa esperança e a sua gradual concretização alimentam uma auto-estima quase sem limites. Qual é a razão do sucesso da China? A lei do grande número não é suficiente para explicar o fenômeno. Também os indianos são numerosos, mesmo assim o país se desenvolve muito mais lentamente. Nem os chineses estão simplesmente seguindo nossos passos no sentido de ir atrás da modernização por trilhas já desbravadas. Os governantes da China, pelo contrário, têm conseguido conduzir o país no transcurso de três gerações para um caminho próprio e estável de desenvolvimento. Assim, o Império do Meio usa o capitalismo maduro de forma inteligente para seus próprios fins.

De forma muito menos descompromissada do que parece, a China está nos envolvendo em uma teia de dependências. Os chineses estão em condições de fazer isso, porque – ao contrário da Alemanha – têm encontrado nas águas tempestuosas da globalização um modelo de negócios que funciona: a China vende participação no mercado em troca de tecnologia e transferência de know-how. O seu quase monopólio como gigantesco mercado em crescimento permite a Pequim ditar as condições de acesso das empresas estrangeiras ao país.

Na China, os responsáveis pelo planejamento econômico inventaram um sistema que poderia ser denominado ‘regime de concubinato’ – uma novidade sem precedentes no mundo: grupos empresariais estrangeiros que concorrem entre si, principalmente ocidentais e japoneses, são obrigados a formar um empreendimento conjunto com um grupo-mãe chinês. Em seguida, eles precisam competir pelas atenções do grupo-mãe – tal qual no passado as

4. Discurso de Kofi Annan na Universidade Tsinghua em Pequim, 11.10.2004.

inúmeras concubinas competiam pela atenção do Imperador. Em muitos setores economicamente relevantes como a indústria automobilística, siderúrgica ou a indústria química este sistema é muito comum. Os chineses só têm a ganhar neste jogo. Eles podem escolher o melhor negócio, visto que todos querem entrar no novo mercado. Para as empresas ocidentais, a questão não é mais se os chineses terão acesso à tecnologia, mas apenas quando. Nessas condições favoráveis de partida, a China dispõe até de espaço de manobra suficiente para não ter de apostar tudo em uma única cartada. Os líderes políticos aprenderam com a crise asiática: quem aproveitar as oportunidades da globalização, não deverá esquecer de se proteger contra os riscos. Por esse motivo, os governantes chineses construíram, nos anos 90, uma espécie de moderna muralha de proteção contra os fluxos financeiros globais: a moeda chinesa, o renminbi, não é negociável e está fixamente atrelada a uma cesta de moedas, cuja composição os guardiões da moeda chinesa têm a impertinência de não nos revelar.

Eles podem até dar-se ao luxo de zombar de nós, como fizeram por exemplo no verão passado com a valorização de apenas 2% de sua moeda, o que não teve nenhum impacto econômico, mas mesmo assim resultou em uma redução da pressão americana para a desvalorização do renminbi. Ou será que isso foi por causa do pedido de 49 aviões da Boeing, que se seguiu pouco depois?

I. A IMPOTÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

As bolsas de valores, o sistema bancário e financeiro, assim como também o mercado imobiliário encontram-se ainda fechados em relação aos investidores estrangeiros. O setor bancário é hoje ainda mais fechado do que antes da entrada da China na Organização Mundial de Comércio.

E nenhuma instituição tem mais o poder suficiente para acabar com a teimosia da China.

Além disso, o nível de endividamento do Estado chinês mas também dos consumidores privados é baixo, ao contrário dos Estados Unidos. É como se a China tivesse procurado a assessoria da Attac, a organização que critica a globalização, e agora resistisse ao livre comércio, ao menos na medida em que possa afetar a estabilidade da China. Os lobos da globalização há muito têm rastreado o faro, porém a China permanece inatingível para eles. A Alemanha, pelo contrário, está entregue a essas forças quase sem proteção. Tudo indica que a Grande Coalizão não poderá alterar muito quanto a esse aspecto.

Nem é bom confiar na esperança de que a China tropece sobre seus próprios pés. Não é que a China não tenha problemas. Justamente seu maior potencial também é sua maior perdição – a enorme população. A construção de um sistema social capaz de proporcionar pelo menos padrões mínimos em termos de alimentação, saúde e educação para 1,3 bilhão de pessoas significa um enorme desafio para a capacidade da China.

Diante da magnitude das tarefas, porém, não devemos esquecer que do ponto de vista político e financeiro é sempre mais fácil construir um sistema de bem-estar social em um país onde antes não existia nenhum, mais ainda em um país com um alto índice de rentabilidade e um crescimento de mais de 8% ao ano. As expectativas da população são mais baixas, de antemão, e o espaço de manobra financeiro é maior do que em um país como a Alemanha, onde as expectativas em relação ao sistema de bem-estar social são altas, diante de uma receita cada vez menor.

Mesmo assim, a luta pela distribuição dos recursos escassos na China é travada com uma dureza tal que no seu transcurso os direitos humanos são regularmente pisoteados. Quem mais sofre com isso é a população rural que representa dois terços dos habitantes do país. Raramente passa-se um mês sem que se registre a morte de trabalhadores nas minas de carvão por falta de segurança no escoramento dos túneis subterrâneos. Apenas no ano passado foram seiscentos. Mesmo nas cidades, é grande a probabilidade de as pessoas verem desrespeitados seus direitos de cidadania quando entram em conflito com a lei. A perseguição aos dissidentes políticos continua inalterada. É bem possível que na China ambos os elementos irão coexistir de forma permanente – estabilidade macroeconômica e caos social, crescimento econômico e corrupção, ditadura e liberdade. Muitos argumentam com ceticismo que o avanço da China é visto de forma extremamente exagerada. A evolução na China, segundo eles, mostrará um comportamento semelhante ao da bolha da internet, onde ao crescimento acelerado seguiu-se o colapso total. Claro que ninguém pode excluir isso totalmente, mas tomando como base os fatores conhecidos, essa comparação não é aplicável. Pois – diferentemente da maioria das empresas da internet – a China dispõe (como já descrito acima) de um modelo de negócios bem-sucedido: ela vende participações no mercado contra transferência de tecnologia e know-how. Sempre que executivos ocidentais negociam com empresários chineses, a questão em última instância é essa. E, por via de regra, são os chineses que mais lucram com isso.

Eles têm condições de jogar os grupos internacionais uns contra os outros, por disporem eles próprios do maior potencial de crescimento. Além

disso, a China – diferentemente das empresas da internet – não acumula dívidas com a promessa de reduzi-las em troca de lucros futuros. Observadores céticos, por sua vez, poderão argumentar que também o Japão – um país muito mais rico – acabou decepcionando todas as expectativas. Nos anos 70 e 80 parecia que o Japão poderia ofuscar os Estados Unidos. Em 1989, porém, eles perderam o fôlego e o país caiu na estagnação. Mas esta comparação tampouco se aplica à China. O Japão tentou vencer sozinho contra o resto do mundo; durante muito tempo o mercado japonês permaneceu fechado para os investidores estrangeiros. Sempre que possível, o Japão desenvolvia e fabricava seus produtos por conta própria, conseguindo eficiência e qualidade surpreendentes – até que o sistema começou a exceder os recursos do país.

A China, porém, persegue uma estratégia que lembra as artes marciais asiáticas: ela aproveita as energias dos grupos multinacionais para seus próprios fins, acessando o know-how que eles detêm. Como fator adicional, a China provavelmente terá uma fase de expansão econômica mais longa que o Japão. Demorou cerca de 30 anos até que o país com 126 milhões de habitantes atingisse um dos padrões de vida mais altos do mundo. A população da China é aproximadamente dez vezes maior. Se tomarmos como premissa que o desenvolvimento acontecerá duas vezes mais rápido, visto que os chineses utilizam o know-how dos estrangeiros, mesmo assim estaríamos falando de uma fase de crescimento elevado de 5 vezes 30 anos. O resultado, se não houver nenhum imprevisto, é de 150 anos de crescimento.

Esse deslocamento quase irrefreável do peso econômico e político para a Ásia demonstra claramente que a Alemanha não se encontra, por assim dizer, em uma crise conjuntural capaz de ser superada com um pouco de ânimo e bom humor. Não, para não ficar para trás nesse desenrolar dos acontecimentos é preciso recuperar um bocado. Entre outras coisas, não deveríamos refletir apenas sobre como integrar os estrangeiros na Alemanha, embora nesse âmbito ainda exista muito por fazer. Ao mesmo tempo e com não menos intensidade, deveríamos pensar sobre como nós, como alemães, e melhor ainda como europeus, poderíamos nos integrar com maior força no mundo. Isso significa primeiramente aceitar que o mundo se transformou e não pensar que podemos nos dar ao luxo de atuar fora das regras mundiais do jogo. Isso significa também que precisamos começar a avaliar a nossa importância de forma mais realista. Ao difundir com grande cerimônia os princípios da democracia ao redor do mundo, não deveríamos esquecer que o objetivo dessa evolução pode ser apenas um: *One man, one vote* – o voto universal no mun-

do todo. Com seu 1,3 bilhão de habitantes, a China teria a maioria simples no parlamento mundial; a Ásia com seus cerca de 3,8 bilhões de habitantes, a maioria absoluta, seguida da América do Norte e do Sul com 870 milhões e a Europa com 780 milhões de habitantes.

2. O QUE A ALTA ARISTOCRACIA EUROPÉIA JÁ TEVE DE APRENDER

As comparações sempre têm seus defeitos. Assim também a seguinte. Mesmo assim, ela é bem apropriada para descrever a nossa posição no mundo, pelo simples fato de guardar alguma similaridade com a situação da aristocracia européia na virada para o século XX. Os aristocratas simplesmente não conseguiam imaginar que cidadãos comuns pudessem chegar a ocupar cargos políticos de peso ou outras posições de liderança importantes na sociedade. Alguns aristocratas precisaram do século todo para habituar-se ao fato de apenas revistas de celebridades como a *Gala* ainda interessar-se por eles. No final de seu declínio, eles viram-se obrigados a admitir que a luta contra esse tipo de evoluções é inútil. Hoje nós, os habitantes dos países industrializados, somos a aristocracia do mundo. E quanto mais rápido nos adaptarmos ao fato de que a nossa posição está se relativizando, tanto melhor. Nessas circunstâncias, precisaremos encontrar um nicho de mercado. Tomara que a esse respeito sejamos mais criativos que a alta aristocracia européia.

Existem muitos exemplos para a perda de poder da Alemanha. Gostaria de descrever mais detalhadamente um caso em que a China fez jogo duro e ganhou em todas as instâncias. Trata-se da queda do fabricante de aviões Fairchild Dornier, de Oberpfaffenhofen, que não conseguiu resistir ao novo poder chinês.

O que tinha acontecido? A China precisará de cerca de 9.000 aviões nos próximos 20 anos. Eles têm um valor aproximado de cerca de 180 bilhões de dólares. Claro que o governo chinês não quer apenas comprar esses aviões (apoiando assim a economia de outros países), mas que eles gerem empregos no próprio país. A China tem 200 milhões de desempregados. Seus dirigentes não podem se dar ao luxo de mostrar consideração pelos cerca de 5 milhões de desempregados alemães. A Fairchild já tinha entregado à China 19 aviões regionais com capacidade para 32 passageiros, que deixaram os chineses tão satisfeitos que eles fizeram um pedido firme de outros 21 aparelhos. Mas os aviões prontos não receberam licença de importação. Zeng Peiyan, então presidente da poderosa comissão estatal de planejamento e desenvolvimento e atualmente vice-primeiro ministro, comunicou aos alemães que a

Fairchild Dornier teria permissão de fornecer outros aviões à China unicamente se estivesse disposta, em contrapartida, a compartilhar suas tecnologias com a China e a desenvolver um avião regional próprio juntamente com a indústria aeronáutica estatal chinesa.

A Fairchild Dornier precisava do mercado chinês e deu o braço a torcer. Então começaram as negociações sobre um empreendimento conjunto. Enquanto isso, o tempo passava e as aeronaves prontas permaneciam, sem pagamento, no pátio. Como resultado dos altos custos de desenvolvimento para o novo avião, a Fairchild Dornier encontrava-se em situação financeira difícil, dependendo urgentemente da receita de uma série de aeronaves já construídas para a Hainan Airlines. Quando os chineses perceberam que a cada mês que se passava a situação financeira dos alemães piorava, eles cancelaram as negociações totalmente de surpresa – uma semana antes da visita do chanceler alemão, que pretendia viajar para a China em novembro de 2001, entre outras coisas, para assinar o contrato. Os chineses esperavam com razão que seriam capazes de conseguir a tecnologia alemã a um preço muito mais barato se os alemães se vissem obrigados a anunciar a insolvência. Essa jogada friamente calculada inicialmente deu certo, uma vez que os banqueiros ocidentais do fabricante de aviões retiraram-lhe o apoio. Nenhum banco está mais disposto a bancar alguém que tenha se dado mal com os donos do mercado do futuro. Uns cinco meses depois, no primeiro semestre de 2002, a Fairchild Dornier viu-se obrigada a declarar a insolvência.

Os responsáveis pela indústria aeronáutica chinesa inicialmente ficaram satisfeitos. Sua estratégia tinha funcionado. Pouco tempo depois, entretanto, tiveram que constatar que, mesmo com a compra a custo quase zero da tecnologia Fairchild-Dornier, resultaria excessivamente caro e possivelmente também complicado demais construir o avião sozinhos. Eles então desistiram do projeto.

Foi aí que um abutre chinês lançou-se sobre a empresa. O grupo misto D'long – uma empresa de Shanghai sem qualquer experiência na construção de aeronaves – assumiu a baixo custo as partes mais interessantes da empresa, visando uma nova tentativa no âmbito da engenharia aeronáutica sino-alemã. A esperança perdurou um ano na China. Mas em breve ficou evidente que seria preciso uma empresa financeiramente forte e sobretudo com conhecimento do ramo para continuar o desenvolvimento dos novos aviões altamente complexos até seu amadurecimento industrial.

Isso ia além da capacidade da D'long. Os dirigentes da empresa perceberam a situação a tempo e deixaram de pagar a soma estabelecida. A Fairchild

Dornier entrou em processo de fechamento. A última indústria alemã do setor de construção de aviões comerciais com um avião regional supermoderno com seu desenvolvimento quase pronto, com amplo domínio tecnológico e grande experiência, além de uma equipe altamente qualificada de pessoal deixava de existir. Uma grande perda para a Alemanha, nenhum dano para a China. Ela agora constrói aviões com o fabricante brasileiro Embraer. Isso não é lá muito bonito. Mas também não é propriamente proibido no mundo dos negócios.

O que temos nós, essa é a pergunta crucial, para enfrentar essa poderosa evolução? Ou então, pensando em categorias da estratégia das artes marciais asiáticas: como podemos usar as forças de nosso concorrente em benefício próprio? Os estrategistas do banco de investimentos americano Morgan Stanley apontam um caminho: “O foco do Japão e da Europa não deveria ser mais o crescimento”, opina Andy Xie, analista-chefe para a Ásia. “Eles deveriam concentrar-se na qualidade de vida.”⁵ Como é que a Alemanha poderia implementar isso? O que a Alemanha ainda tem para oferecer, se todos os produtos que podem ser fabricados na China, de fato são lá fabricados? Olhemos então para o futuro e imaginemos a geração dos jovens alemães com 50 anos: ela vive em um misto de museu ao ar livre, parque de entretenimento, área de conservação ambiental e resort do tipo Clube Mediterrané. Os chineses e seus vizinhos da Ásia são os melhores clientes da Alemanha, em busca de descanso, nestas idílicas paragens, da agitação de um crescimento que dura mais de três gerações. Eles vêm em tão grande número que a Alemanha pode viver bem disso. Eles anseiam por lugares que não mudam permanentemente, por edifícios antigos, rios limpos e bosques intactos. E isso nós vendemos para eles por um bom preço. Em retrospecto haveremos de nos perguntar: como é que chegamos a isso? O processo de reformas na Alemanha, que tinha começado na virada do milênio, durante muito tempo permaneceu preso em um debate acirrado. Apenas depois de a Alemanha Ocidental ter passado por uma desindustrialização tão radical quanto antes o lado oriental, de o Estado de Bem-estar Social ter entrado em concordata e de ter ficado claro, de uma vez por todas, que automóveis e outras máquinas poderiam ser produzidos tão somente na Ásia, as coisas começaram a melhorar. Os alemães tinham se convencido de que pesquisa e desenvolvimento valiam a pena somente em nichos altamente especializados, o que por um lado dava muito dinheiro mas pelo

5. Morgan Stanley Newsletter, 10.07.2004.

outro pouco emprego, e que também as enxutas matrizes alemãs dos grandes grupos empresariais não tinham condições de acabar com o desemprego. Somente então as mentes ficaram livres para a inovação. A ascensão da nova Alemanha começou. Os alemães se concentraram em seus pontos fortes, onde eles são imbatíveis: suas cidades medievais, sua cultura diversificada e sua bela natureza. A *VW-Autostadt*, o parque temático da Volkswagen em Wolfsburg, virou o protótipo de um moderno parque de consumo. Os antigos operários ganham seu sustento em cenários reconstruídos de paisagens urbanas do século passado, que podem ser percorridos com os automóveis correspondentes a cada época. A Nova York dos anos 20, a Alemanha dos 70, o Japão dos 80. E o faz-de-conta de tiroteios com bandidos de Cadillac em Nova York imita tão bem a realidade quanto os 'rachas' com os antigos carros Manta da Opel na Alemanha. Os alemães dedicam-se a essas tarefas com a meticulosidade carregada de auto-apreensão que lhes é própria, colocando-se novamente entre os melhores do mundo.

Seus parques históricos de aventuras vivem com as reservas lotadas durante meses a fio, da mesma maneira que seus aprazíveis bosques e suas cidades históricas. Em 2050, ninguém mais poderia imaginar que alguma vez existiram pessoas que eram a favor da construção de arranha-céus em Munique. De arranha-céus os alemães não precisam mais, pois a Alemanha não tem mais habitantes suficientes para isso. Apenas a pitoresca silhueta de Frankfurt foi preservada. Ela é contemplada por turistas da China, Malásia e Tailândia com o mesmo prazer infantil com que hoje passeamos pelas aldeias antigas da região do Eifel. Comparada com Shanghai, a metrópole de 40 milhões de pessoas, Frankfurt já hoje parece pequenina. A Alemanha então será sinônimo de: museus industriais na região do Ruhr com máquinas alemãs que nunca quebram, mas que ninguém mais precisa; e naturalmente a cerveja, a couve com chouriço do *Grünkohl und Pinkel*, a Quinta de Beethoven, a Catedral de Colônia, salsicha e chucrute, os biscoitos de mel e especiarias de Aachen e o bolo natalino de Dresden; e a Alemanha significa também viajar em círculo na região do Emsland com o velho Transrapid. Vivências e aventuras desenhadas à medida, com precisão alemã, para a estressada classe média de Shanghai.

Nos centros urbanos, com a severidade requerida para a conservação do patrimônio histórico e um enorme aparato burocrático, funcionários públicos alemães mantêm vigilância sobre o sítio histórico de Lübeck, o vinho de maçã de Hesse, a Feira Natalina de Nuremberg e sobre qualquer tentativa de mudar o estado original do Rio Reno. À luz dos recentes acontecimentos violentos na França, a alternativa de desenvolvimento descrita acima, com o

monopólio da violência nas mãos firmes do Estado, poderia até parecer comparavelmente inofensiva. “Mesmo que custe um pouco até as pessoas se habituarem a ganhar seu sustento como nativos de uma cultura passada”, dizia o jornal FAZ já um ano atrás, “talvez até mesmo essa seja a nossa última chance.”⁶ O futuro já está a caminho. Depois de visitar a Alemanha, jovens chineses costumam falar, não sem entusiasmo, da estreita relação dos alemães com a própria tradição e de seu amor pela precisão. Para os chineses, os alemães já hoje são pitorescos personagens exóticos, zelosos guardiões de seu tradicional estilo de vida, observadores atentos para o detalhe, conservacionistas do patrimônio herdado e das estruturas sociais às quais se apegaram. “Muito bonito”, diz por exemplo Alexander Helsing-Hu, um chinês que viveu 16 anos na Alemanha, com grande acerto, “mas infelizmente um país que não tem pique”.

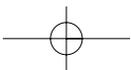
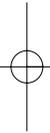
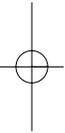
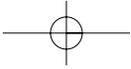
É bom não esquecer que as avaliações dos chineses estão se impondo com força cada vez maior. Quanto mais tempo esperarmos, quanto mais tempo nos entregarmos à ilusão de que bastam uma mudança de governo, um pouco mais de bom humor para termos a velha Alemanha de volta, tanto menos poderemos decidir qual será a nova Alemanha. Até lá, outras partes do mundo já terão feito sua escolha. E a nós restará apenas seguir atrás. Nesse caso, nós que pertencemos às gerações mais velhas teremos que aceitar que algum dia os nossos netos nos perguntem: Por que vocês não prestaram atenção à ascensão da China? Por que vocês jogaram nosso futuro pelo ralo, ressaltando as fraquezas da China ao invés de desvendar suas fortalezas e decifrar o “Código Chinês”? Precisamos nos preparar para o fato de que, no futuro, só poderemos ter sucesso se aprendermos a jogar conforme as regras do jogo definidas pelos outros. Para realizar essa monumental adaptação, não bastará apenas uma geração.

6. Frankfurter Allgemeine Zeitung, 09.07.2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENZENSBERGER, Hans-Magnus. Der radikale Verlierer (O perdedor radical). *Der Spiegel*, 07.11.2005.
- Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 20.01.2004 e 09.07.2004.
- Handelsblatt*, 03.09.2004.
- Morgan Stanley Newsletter*, 10.07.2004.

FRANK SIEREN vive há onze anos em Pequim, onde dirige o escritório chinês do semanário econômico alemão *WirtschaftsWoche*. Ele é autor do bestseller *Der China Code. Wie das boomende Reich der Mitte Deutschland verändert* (O Código Chinês. Como a expansão econômica no Império do Meio está mudando a Alemanha), publicado em fevereiro de 2005 pela editora Econ-Verlag.



A ditadura reguladora da economia de mercado

*O setor financeiro da China entre a liberalização e o controle estatal**

67

JÖRN-CARSTEN GOTTWALD
SVENJA SCHLICHTING

As recentes reformas do mercado financeiro chinês lançam uma nova luz sobre as mudanças no Estado chinês e os objetivos da liderança partidária. As reformas têm como meta, entre outras coisas, levar os bancos estatais chineses à bolsa de valores. Entretanto, a privatização do mercado de ações no sentido mais estrito não ocorreu. Será a República Popular da China em breve uma forma especial de ditadura reguladora?

Há três décadas a República Popular da China protagoniza uma surpreendente ascensão econômica, política e social. O Partido Comunista chinês (PCC), baseado em princípios leninistas de organização, transformou a China em um dos maiores motores da economia global, concorrendo com a superpotência dos EUA. À parte a repressão violenta na curta primavera democrática de 1989, as lideranças chinesas conseguiram conduzir notavelmente bem esta admirável transformação. As peculiaridades e os problemas desta surpreendente modernização econômica e social ficam bastante evidentes nas recentes mudanças introduzidas no setor financeiro na China, suscitando consideráveis dúvidas sobre a estabilidade e sustentabilidade desta história asiática de sucesso.

Os mercados financeiros funcionam como se fossem um “sistema nervoso central” (Sebastian Heilmann) das economias modernas. Por muito tempo o governo chinês preferiu manter-se afastado de intervenções profundas nesta área sensível e de grande atualidade ideológica. Após o início da política re-

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 46-50, dez. 2005.

formista de 1978, o setor financeiro foi usado principalmente para indenizar os perdedores sociais da nova política. O governo chinês pagou o preço desta estratégia tendo que lidar com diversas crises geradas em bancos e seguradoras. A elaboração de uma política para o mercado financeiro seguindo moldes internacionais foi lançada somente após a crise asiática de 1997-1998; o governo chinês reconheceu a importância da estabilidade destes mercados e a importância de um setor financeiro eficiente para a manutenção das taxas de crescimento econômico. Desde então, uma série de medidas reformistas têm transformado o aspecto do sistema financeiro, acentuando a curto e médio prazos a instabilidade latente das transformações do país: se a modernização do setor bancário e do mercado de capitais fracassar, a economia mundial e a política internacional estarão ameaçadas por sérias conseqüências.

I. O SETOR BANCÁRIO CHINÊS: BANCOS ESTATAIS CHINESES ARRUINADOS A CAMINHO DAS BOLSAS DE VALORES INTERNACIONAIS

Mesmo 25 anos depois de iniciadas as reformas da economia chinesa, os quatro grandes bancos comerciais do Estado continuam no centro do sistema financeiro do país.¹ Compreensivelmente, a reforma dos mesmos é acompanhada com grande atenção pelos especialistas das capitais do poder econômico e político. Desde 1998 o governo chinês fez várias tentativas de transformar estas casas financeiras – que outrora funcionavam principalmente como concessionárias de crédito do Ministério da Fazenda chinês – em parceiros de mercado independentes, fortes e competitivos, pelo menos num plano operacional. O evento simbólico e divisor de águas é o *Credible Commitment* do governo chinês em 2001, um compromisso de abrir aos poucos o setor bancário aos investidores estrangeiros. Apesar de não ter causado um vasto ingresso dos bancos estrangeiros no mercado, este compromisso oficial acarretou mudança significativa na mentalidade favorecendo novos modelos de comportamento característicos de uma economia de mercado. O passivo dos balanços, originados na época em que os créditos eram concedidos por critérios políticos – os chamados *non-performing loans* –, foi transferido a empresas administradoras de bens especialmente criadas para este fim. O aporte de capital próprio dos bancos foi gradualmente elevado e financiado com

1. São eles: Bank of China (BoC), China Construction Bank (CCB), Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) e o Agricultural Bank of China (ABC).

subsídios provenientes das consideráveis reservas de divisas do Banco Central chinês.² Segundo estimativas da revista *Economist*, o governo chinês injetou cerca de 260 bilhões de dólares nas obsoletas casas financeiras do país.³

A meta declarada deste programa de condicionamento tão abrangente é levar os grandes bancos estatais às bolsas de valores do resto do mundo.⁴ Em consequência, nos últimos meses um número considerável de empresas globais prestadoras de serviços financeiros – entre elas também a *Deutsche Bank AG* – pôde adquirir cotas de bancos chineses.⁵

O primeiro banco estatal chinês a debutar na Bolsa de Hong-Kong foi o *China Construction Bank*, em outubro de 2005. Esta não foi apenas a maior emissão primária em nível internacional do ano de 2005, mas contabilmente o CCB agora passa a ter valor superior ao *Deutsche Bank* ou ao *Barclay's*.

O engajamento do governo chinês na reforma bancária parece ser sincero e consistente. Além disso, tem grande efeito mediático, uma vez que visa o reconhecimento pelo resto do mundo das realizações da reforma, além de aparentemente basear-se nos moldes internacionais. Entretanto, vale lembrar que a participação de investidores estrangeiros continua sujeita a uma rigorosa regulamentação: cada investidor estrangeiro não pode deter mais do que 20% do capital próprio de um banco chinês, e todos os estrangeiros reunidos não podem ultrapassar os 25%. Isto resulta na limitação do controle dos institutos estrangeiros: geralmente podem ocupar apenas uma vaga no Conselho de Administração de um banco chinês. Sob o manto protetor desta política, as financeiras aproveitam a transferência de know-how e tecnologia e podem se apresentar como bancos de orientação internacional, sem com isto ter que mudar radicalmente sua estrutura de poder e controle. Também o ingresso nas bolsas de valores internacionais parece ser preponderantemente um instrumento de aporte de capital e de Relações Públicas, uma vez que as cotas de

2. Estas transações eram realizadas por intermédio da criação de uma nova organização estatal, a *Central Huijin Investments Ltd*, que passa a ser acionista destes bancos. Sobre a importante função desempenhada pelo capital próprio, veja Stephen Harner: Banking Reform: Earthquake!, *China Economic Quarterly*, Q3, 2004, p. 42-28.
3. A great big banking gamble. *The Economist*, 29.10.2005, p. 77-79
4. Por enquanto isto não se aplica ao *Agricultural Bank of China*, cuja situação comercial ainda é bastante difícil.
5. O *Deutsche Bank* comprou cotas da *Huaxia Bank*, um pequeno banco comercial chinês. Os investidores estrangeiros dos três grandes bancos estatais são: o *Bank of America* no CCB; o *Tamasek* de Singapura, que é o Banco de Desenvolvimento da Ásia junto com o *Royal Bank of Scotland* no BOC; o *American Express* e a *Allianz* no ICBC. Cf. *Caijing Magazine* 31.10.2005, p. 60-79.

fato acessíveis ao mercado são bastante pequenas. No caso do CCB mal chegam a um quinto do capital.

2. O SETOR DE TÍTULOS E VALORES: DE FINANCIADOR DAS EMPRESAS ESTATAIS A MOTOR DA REFORMA DE EMPRESAS?

A abertura da Bolsa de Valores em Shenzhen e Xangai em 1991 acelerou a ocidentalização da economia chinesa. As instituições mais representativas do capitalismo protagonizaram uma entrada triunfal na economia nominalmente socialista. Aqui também se tratava, principalmente, de garantir o acesso das empresas estatais ao capital, sem considerar sua sustentabilidade econômica. A rigorosa segmentação do mercado de ações em áreas abertas exclusivamente para estrangeiros, separadas das áreas para grupos nacionais, e a forte politização do comércio de ações⁶ fizeram com que os pregões rapidamente se transformassem em um paraíso para apostadores e quadros corruptos. Surpreendentemente, o princípio fundamental da participação do Estado na propriedade das empresas nunca foi questionado. A aquisição de empresas por meio da compra de ações não era possível.⁷

Entretanto, o tratamento político da crise financeira de 1997-1998 no sudeste asiático trouxe importantes melhorias. Se, por um lado, o governo de Zhu Rongji após 1998 conseguiu superar a resistência ideológica oferecida às lideranças partidárias contra a expansão do mercado de ações, por outro lado forçou a formulação de uma política de vigilância do mercado financeiro, destinada a acabar com a natureza especulativa do mercado.⁸ De não menor importância foi a reforma das ações estatais não negociáveis. Em maio de 2005, o governo chinês, agora sob a chefia de Wen Jiabao, lançou novo ataque, que, não obstante, veio acompanhado de queda nas cotações e dos respectivos protestos de investidores e intermediários, mas foi cumprida à risca pelos reguladores do mercado acionário. Visivelmente tem o propósito de libertar o mercado de ações chinês de uma das principais “características chinesas”, a elevada parcela de ações não negociáveis em poder do Estado.⁹

-
6. Observadores chineses falam de um *zhengqee shichang*, um mercado politizado.
 7. Stephen Green. *China's stock market. A guide to its progress, players and prospects*. Londres, 2003.
 8. Sebastian Heilmann. *Der Aktienmarkt der VR China* (I).
 9. Sobre o papel do mercado de ações na reforma das empresas, ver Carl E. Walter e Fraser J.T. Howie. *Privatizing China: the stock markets and their role in corporate China*, Singapura, 2003.

Também aqui as aparências enganam: nas conversas, os participantes deste mercado sempre voltam a chamar a atenção para a ausência de uma definição sobre o que deverá acontecer com as ações que, apesar de agora já serem negociáveis, ainda continuam nas mãos do governo. O governo ainda não anunciou qualquer intenção de promover uma privatização integral destas ações, ou seja, de que esteja pensando em vendê-las.¹⁰ Com isto questionam-se o papel do mercado de capitais na reforma das empresas e, principalmente, um maior acesso das empresas privadas ao mercado de títulos e valores. Estas incertezas e deficiências em áreas essenciais de reforma também lançam sombras sobre o papel das novas agências reguladoras, recebidas com tanto entusiasmo na esfera internacional.

3. AS AGÊNCIAS REGULADORAS DE UMA ECONOMIA DE MERCADO NUM ESTADO PÓS-LENINISTA

As transformações do mercado de capitais e dos bancos estão intimamente ligadas à reestruturação da regulamentação do mercado financeiro chinês. Aqui fica muito evidente o quanto as reformas econômicas transformam a estrutura do Estado. Impressiona não apenas a rapidez com que a política chinesa cedeu, desde o governo de Zhu Rongji (1998-2003) ao modelo ocidental de estruturação do mercado por meio de agências (oficialmente) independentes, mas também o alcance de tais mudanças. Do Banco Central chinês (*People's Bank of China*) foram extraídas passo a passo três entidades reguladoras do setor financeiro, formalmente independentes, e preparadas para atender à demanda dos novos segmentos em formação: bancos, mercado de capitais e seguros.¹¹ Mesmo se assemelhando ao modelo americano em nome e formato, as novas agências, a saber, a *China Securities Regulatory Commission*, a *China Banking Regulatory Commission* e a *China Insurance Regulatory Commission*, estão nitidamente subordinadas à política e às metas do governo chinês. Nada faz lembrar a independência institucional nos moldes ocidentais.¹² Também o Banco Central continua a desempenhar um pa-

10. Muito pelo contrário: na imprensa chinesa o presidente da CRSC, Shang Fulin, reiterou diversas vezes que a reforma não significaria explicitamente a venda de cotas do Estado: cf. *People's Daily Online*, 27.6.2005.

11. Este processo foi acompanhado de sérios problemas de institucionalização. Cf. Margaret Pearson. The business of governing business in China: institutions and norms of the emerging regulatory State, *World Politics*, Vol. 57,2, 2005. Págs 296-322

12. Cf. Chen Zhenzhen. China's watchdog agencies need watchdogs, *Asia Times Online*, 13.8.2004.

pel decisivo nas reformas do mercado financeiro, apesar de estar formalmente restrito a questões de política monetária. Seu presidente, Zhou Xiaochuan, é considerado a pessoa de maior poder no mercado financeiro chinês. Isto também indica que os arranjos informais continuam sendo significantes. O fato de a existência e a independência das novas agências reguladoras estarem condicionadas à direção de um partido leninista evidencia a natureza ambígua destas organizações. Por esta razão, a parcial adesão e adequação a dispositivos regulatórios globais tais como as Regras de Capital Próprio de Basileia e os Princípios da IOSCO (*International Organization of Securities Regulators*) não podem ser entendidas como um voto manifesto a favor das normas de funcionamento de uma economia de mercado.

Entretanto, o mercado financeiro da China tem se transformado consideravelmente nos últimos anos. A organização da regulamentação chinesa segue fortemente o modelo ocidental. Atores do cenário financeiro global estão fortalecendo sua presença neste mercado tão importante para o futuro. Aparentemente, este desenvolvimento do setor financeiro, uma área crucial da modernização política, econômica e social, sinaliza uma adaptação aos moldes ocidentais. Mas numa análise mais detalhada, aparece uma série de características menos edificantes, principalmente no que diz respeito à tão importante redução do controle estatal e à independência das empresas e agências reguladoras. Por esta razão, as reformas mais recentes não afastam todas as dúvidas em relação à estabilidade futura do setor financeiro chinês e da gestão das reformas pela chefia do Estado. Muito pelo contrário: persistem graves conflitos de interesses dentro e entre os reguladores e ministérios, entre empresas nacionais e estrangeiras, empresas pequenas e grandes e outros grupos de interesse (por exemplo, pequenos investidores e consumidores). O conceito de “regulador independente” na criação e manutenção de “mercados independentes”, enaltecido por muitos no Ocidente como evolução do Estado regulador e modelo oposto à desregulamentação neoliberal, ainda está muito fragilmente estabelecido no Império do Meio. Com a sinização dos instrumentos modernos de desenvolvimento político de mercado, começam a surgir na República Popular os traços de uma “ditadura reguladora”, onde todos os protagonistas reguladores e do mercado continuam sujeitos à intervenção direta do PCC.

Por isso recomenda-se aos observadores no Ocidente que não se deixem enganar por consonantes chavões e nomes. Os desenvolvimentos reais no setor financeiro são demasiado complexos para receberem um denominador comum. Até então o setor financeiro apenas comprova a extraordinária

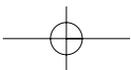
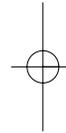
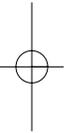
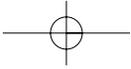
capacidade do governo de equilibrar a ditadura do partido com as reformas em direção a uma economia de mercado. Mas a substância das mudanças introduzidas até então não é suficiente para comemorar uma nova fase que inaugure um regime regulador independente e duradouro, orientado ao mercado, com atores comerciais fortes e independentes – ambos da maior importância para a estabilidade do mercado financeiro. Face a estas contradições, o mercado financeiro chinês por ora continuará sendo um tanto imprevisível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A GREAT big banking gamble. *The Economist*, 29.10.2005, p. 77-79.
Caijing Magazine 31.10.2005, p. 60-79.
- CHEN Zhenzhen. China's watchdog agencies need watchdogs, *Asia Times Online*, 13.8.2004.
- GREEN, Stephen. China's stock market. A guide to its progress, players and prospects. *The Economist*, Londres, 2003.
- HARNER, Stephen. Banking Reform: Earthquake!, *China Economic Quarterly*, Q3, p. 42-28, 2004.
- HEILMANN, Sebastian. Der Aktienmarkt der VR China (I). Center for East Asian and Pacific Studies. Trier University, Alemanha, maio 2001.
- PEARSON, Margaret. The business of governing business in China: institutions and norms of the emerging regulatory State, *World Politics*, v. 57, 2, p. 296-322, 2005.
- People's Daily Online*, 27.6.2005.
- WALTER, Carl E., HOWIE, Fraser J. T. *Privatizing China: the stock markets and their role in corporate China*. Singapura, 2003.

JÖRN-CARSTEN GOTTWALD é assistente científico da cátedra de Ciências Políticas da Universidade de Trier.

SVENJA SCHLICHTING atualmente é *Visiting Scholar* do *Institute for World Economics and Politics* em Pequim; trabalham juntos no *Trier Research Group on Equity Market Regulation* e em questões da estrutura política de mercados financeiros.



A situação do meio ambiente na China

*Oportunidades econômicas a partir da crise ambiental**

75

EVA STERNFELD
CHRISTOPH GRAF VON WALDERSEE

“**N**ão deixaremos de comer por medo de morrer asfixiados, nem de desenvolver nossa indústria por medo de poluir o meio ambiente”.¹ Essa posição, apresentada por um representante da China na primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente em Estocolmo, em 1972, reproduz o ponto de vista oficial mantido durante décadas em relação à preservação ambiental. O resultado: os danos ambientais no País do Meio são hoje dramáticos.

Os ventos estão começando a mudar em Pequim, e para a tecnologia ambiental do Ocidente começa a surgir um gigantesco novo mercado. Desde os anos 70, o país vem experimentando um surto de crescimento sem igual – a custos do meio ambiente. No primeiro semestre de 2005, o ministro do Meio Ambiente, Pan Yue, considerado favorável à linha de reformas, apresentou uma imagem assustadora do lado sombrio do desenvolvimento, insistindo na necessidade de mudar o enfoque: “Claro que estou feliz com o sucesso da economia chinesa, mas ao mesmo tempo isso me preocupa ... (o milagre econômico) em breve vai acabar, pois o meio ambiente não está conseguindo acompanhar: um terço do território chinês é atingido por chuva ácida ... um quarto da população não tem acesso à água limpa para o consumo. Um terço dos que residem em áreas urbanas é obrigado a respirar um ar fortemente

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 52-64, dez. 2005.

1. A posição da China sobre preservação ambiental, *Peking Rundschau* 24/1972, págs. 6-9.

poluído, menos de 20% dos resíduos sólidos urbanos são dispostos de forma ambientalmente correta.”²

Assim também, o Relatório do Índice de Sustentabilidade Ambiental publicado pela Universidade de Yale, nos EUA, no início de 2005, concede uma baixa pontuação aos esforços da China em termos de desenvolvimento sustentável. Nessa lista, que avalia não apenas a carga sobre os sistemas ambientais, mas também as medidas para a redução dessa carga e dos riscos à saúde, a capacidade social e institucional, assim como a participação em iniciativas globais, a China ocupa entre os 146 países analisados a distante posição de número 133.³

Embora a China tenha atingido um nível considerável em termos de investimentos ambientais em se tratando de um país em desenvolvimento, os custos da poluição e da destruição ambiental estão engolindo as taxas de crescimento de, em média, 9%. Conforme o antigo dirigente da comissão nacional de recursos e preservação ambiental, Qu Geping, foram gastos durante o 10º Plano Quinquenal (2001-2005) 1,4% do PIB para a preservação do meio ambiente. Muito mais altos, porém, são os custos diretos e indiretos causados pela poluição e destruição ambiental. Segundo informações divulgadas pela agência de notícias Xinhua, em junho de 2005, os custos da degradação ambiental nas dez províncias ocidentais ascendem a cerca de 13% do PIB, isto é, 15 bilhões de euros por ano.⁴ Para o país como um todo, a estimativa do Banco Mundial é de 8-12% do PIB.

A escassez de recursos em relação ao número da população e as disparidades regionais no desenvolvimento econômico geram impactos ambientais ao mesmo tempo totalmente diversos: em grandes partes do país, a China enfrenta problemas ambientais ‘tradicionais’, resultantes das condições geográficas e climáticas e da pressão sobre os recursos naturais de uma sociedade agrária superpovoada e subdesenvolvida, tais como o progressivo desmatamento, a falta de água e conseqüentemente a erosão e desertificação, a destruição do habitat devido a catástrofes de enchentes, secas e terremotos. A partir da segunda metade do século XX somaram-se a isso, em decorrência de uma industrialização orientada para o crescimento rápido e a intensificação da agricultura, componentes “modernos” da carga ambiental como poluição do ar e dos recursos hídricos, contaminação dos solos e do lençol freático por po-

2. Entrevista, *Der Spiegel*, 10/2005, pág. 149.

3. O relatório completo está disponível em yale.edu/esi

4. *South China Morning Post*, 6.6.2005.

luentes, além de contaminação de produtos agrícolas por substâncias nocivas, assim como poluição sonora.

A distribuição desfavorável das terras aptas para uso agrícola e o difícil acesso aos recursos hídricos têm representado, desde sempre, um problema para os chineses. Quase dois terços do território consistem em desertos e montanhas acima de mil metros, que permitem – na melhor das hipóteses – uma agricultura apenas marginal. No terço restante, localizado principalmente na região leste do país e onde vivem quase 90% da população de mais de um bilhão de pessoas, o uso intensivo dos solos e a alta densidade demográfica geram forte pressão sobre os recursos naturais. Assim também, há uma distribuição regionalmente desigual dos recursos hídricos: mais de 80% dos recursos encontram-se na região de Yangzi e no sul, enquanto o norte e noroeste da China, com 550 milhões de habitantes, sofrem de extrema escassez de água. Essa relação em todos os aspectos desfavorável entre densidade demográfica e recursos disponíveis tem piorado ultimamente de forma ainda mais dramática no transcurso do rápido crescimento econômico. Em consequência do sobrepastoreio, salinização do solo, erosão, danos por roedores e expansão das terras agricultáveis, 90% das áreas de pasto sofrem graus variáveis de degradação. A cada ano, os desertos na China aumentam em mais de 2.500 quilômetros quadrados. Nas regiões já economicamente desfavorecidas continua, assim, a diminuição das terras agricultáveis, acompanhada do crescimento do número de refugiados ambientais. Como decorrência da piora das condições do meio ambiente no noroeste da China, registra-se um aumento das tempestades de areia, que anualmente não só afetam a capital Pequim, mas cujas ramificações muitas vezes chegam a atingir também a vizinha Coreia e o Japão. Calcula-se que 30.000 toneladas de areia tenham caído sobre Pequim no dia 20 de março de 2002, na pior tempestade de areia deste século. Os danos ecológicos e econômicos causados por cada uma dessas tempestades são enormes.

O avanço da destruição dos recursos florestais e os problemas ambientais relacionados como a erosão, as enchentes e o aumento da desertificação vêm sendo documentados há muitos séculos. No anuário estatístico, a superfície florestal é indicada como representando atualmente 16,5% do território; conforme a análise de imagens de satélite, porém, ela não deve superar os 8%.

Não só a escassez de áreas para atividades de agricultura e construção como também a demanda cada vez maior por madeira, resultante do crescimento demográfico e econômico, contribuíram para a destruição dos recursos florestais do país. O desmatamento e as práticas tradicionais de culti-

vo nas encostas por falta de solos férteis favorecem a erosão e os fenômenos que a acompanham, como sedimentação dos rios e enchentes, deslizamentos de terra, rebaixamento do lençol freático e desertificação. O desmatamento das regiões montanhosas com solos aluviais do tipo 'loess' tem causado o carregamento dos solos férteis para o Huanghe, chamado 'Rio Amarelo' pela sua forte carga de sedimentos. Como resultado dessa sedimentação, o rio acabou mudando seu leito inúmeras vezes, provocando inundações devastadoras. Assim também, as enchentes do século que assolaram a região do Yangzi e o noroeste da China em 1998 são atribuídas à destruição da vegetação no curso superior do Yangzi e do Nen jiang no noroeste da China.

As enchentes, que na época cobraram vários milhares de vítimas fatais e causaram danos materiais bilionários provocaram uma virada radical na política florestal. O governo proibiu terminantemente o desmatamento nas bacias fluviais atingidas e determinou um amplo programa de reflorestamento. O forte aumento das importações de madeira por parte da China a partir de 1998 é um indício de que a proibição está sendo cumprida com eficácia. As importações, por outro lado, levam a supor que a China esteja, dessa forma, deslocando seus problemas ambientais para outros países.

I. A SITUAÇÃO AMBIENTAL NAS ÁREAS URBANAS

A forte poluição ambiental causada pela combustão de carvão com alto teor de enxofre e cinzas, assim como também por emissões automotivas é o problema ambiental que mais se faz sentir fisicamente nas regiões densamente povoadas. Conforme levantamentos do Banco Mundial, das 20 cidades com os piores índices mundiais de qualidade do ar, 16 encontram-se na China. Em termos das grandes cidades chinesas, cerca de 200 não atingem os padrões da OMS para a qualidade do ar. As principais fontes de poluição são as obsoletas plantas industriais e termoelétricas a carvão, que em sua maioria não possuem sistemas elétricos de filtros. Uma outra fonte de emissões são, no norte da China, as usinas de cogeração de energia térmica e elétrica, além de sistemas individuais de aquecimento que usam o carvão como combustível. Com o crescimento do trânsito automotivo nas cidades chinesas, por último, houve também um forte aumento da carga por gases de exaustão. Em Pequim, a cidade com a maior densidade de tráfego da China, foi registrada, em 2004, uma média de 1.300 novos carros por dia. A poluição atmosférica nas cidades chinesas representa um risco para a saúde. Enfermidades das vias respiratórias estão entre as causas de morte mais frequentes. A chuva ácida é

uma outra conseqüência que gera altos custos. Principalmente no sul e sudoeste da China, a chuva ácida causa fortes danos tanto para a vegetação como para as edificações. Apenas 26% do esgoto urbano são tratados em estações de tratamento. Enquanto nos últimos anos a modernização dos processos de produção reduziu o volume de efluentes industriais despejados, a geração de esgotos domésticos sofreu um rápido aumento. Em 2003 existiam em todo o país 511 estações municipais de tratamento de esgoto.⁵

Conforme estimativas de especialistas, porém, seriam necessárias 10.000 estações de tratamento de esgoto (com investimentos de no mínimo 48 bilhões de dólares) para tratar 50% dos esgotos gerados no país de forma ambientalmente correta. Embora a 'lei contra a poluição dos recursos hídricos' obrigue, desde 1996, todos os municípios acima de 500.000 habitantes a construir uma estação de tratamento de esgotos, essa meta está longe de ser atingida. Assim, a província de Sichuan (86 milhões de habitantes) dispõe somente de 12 estações municipais com uma capacidade total de 780.000 metros cúbicos por dia. Na província de Jiangxi existe, para 42 milhões de pessoas, apenas uma estação de tratamento de esgotos.

Por causa das deficiências no tratamento de esgoto, 70% dos corpos d'água da China são considerados altamente poluídos. Muitas regiões não estão em condições de garantir um abastecimento de água potável que atenda aos parâmetros de higiene requeridos. Um grande número de cidades, por sua vez, apresenta sérios problemas relacionados com o rebaixamento do lençol freático e a conseqüente mineralização da água. Esses municípios precisam trazer a água potável de áreas mais afastadas; isso não só encarece o abastecimento como também gera conflitos com os usuários rurais dos recursos hídricos.

Cerca de 300 milhões de pessoas na China não têm acesso à água limpa potável. A contaminação dos recursos hídricos é uma ameaça para a saúde pública. Nas áreas rurais, são comuns as doenças gástricas e intestinais transmitidas pela água poluída. Assim também, a incidência notavelmente freqüente de câncer hepático (20,4 casos por 100.000 habitantes na média nacional) em determinadas regiões guarda obviamente uma relação direta com a contaminação da água. Em muitas áreas são observadas enfermidades crônicas, atribuídas à presença excessiva de arsênio, flúor e outros elementos na água. Nos anos 70, a China era famosa no Ocidente por sua atividade de reciclagem, cujo fomento como sabemos hoje se devia antes às deficiências

5. *China Environment Yearbook* 2004, p. 532.

econômicas do que a uma consciência ambiental. Em termos de uma disposição dos resíduos voltada para poupar o meio ambiente e economizar recursos, entretanto, o país encontra-se hoje, 30 anos depois, em um patamar extremamente baixo na comparação internacional. Um grande problema é o rápido aumento do lixo domiciliar urbano e dos resíduos de embalagens que superam a capacidade do sistema tradicional de coleta de materiais usados. Só 20% dos 168 milhões de toneladas de resíduos sólidos são levados a uma disposição adequada. Entre os municípios, são poucos os que dispõem de usinas de incineração de resíduos ou aterros ambientalmente corretos, construídos de tal forma a evitar a percolação de poluentes para as águas subterrâneas. Nas zonas rurais próximas às cidades, campos de cultivo são usados para outros fins, servindo como lixões.

2. DANOS AMBIENTAIS DEVIDO A PRÁTICAS DE AGRICULTURA INTENSIVA

Uma agricultura produtiva enfrenta o desafio de alimentar uma população em contínuo crescimento a partir de uma área agricultável limitada e decrescente. Isso se torna possível através do uso em escala gigantesca, também na comparação internacional, de irrigação, adubação, pesticidas e herbicidas. Para aumentar a produção, é testada a utilização de espécies geneticamente modificadas.

Assim, cerca de 30% do algodão plantado na China é o chamado algodão Bt, que contém inserido em seu código genes de *Bacillus thuringiensis* contra a praga da lagarta do algodão. Mas o uso de tecnologia na agricultura está atingindo seus limites. A agricultura irrigada intensiva tem causado, sobretudo na planície do norte da China, um rebaixamento dramático do nível do lençol freático. Em muitos casos, os solos encontram-se exauridos devido à adubação excessiva, ao mesmo tempo em que efluentes de adubos e pesticidas contribuem para a contaminação das águas superficiais e subterrâneas. É considerável a carga de poluentes em muitos dos alimentos oriundos da agricultura convencional. Isso teve como consequência a suspensão da importação por parte da UE de diversos alimentos provenientes da China, entre os quais camarão e mel. Dificuldades na exportação e a insegurança dos consumidores nacionais, devido ao grande número de escândalos envolvendo alimentos, têm levado a um crescente interesse pelos métodos orgânicos de cultivo. O selo orgânico introduzido pelo Ministério da Agricultura garante a conformidade dos alimentos com os métodos da produção integrada. O selo

concedido pelo Centro de Desenvolvimento de Alimentos Orgânicos (OFDC, pela sigla em inglês) subordinado à Agência Estatal de Preservação Ambiental da China (SEPA) é reconhecido pela Federação Internacional de Movimentos pela Agricultura Orgânica (IFOAM) e é outorgado a produtos de cultivo orgânico controlado.

3. ENERGIA E MEIO AMBIENTE

A maneira como a China abordará seus problemas energéticos será decisiva para a evolução de sua situação ambiental. A matriz energética da China tem como base principal o carvão, fonte de quase 70% do consumo total de energia. Pouco tem sido feito até agora para reduzir as emissões nocivas resultantes da combustão do carvão. Ao contrário do carvão europeu, o carvão chinês possui alto teor de enxofre e, dado que apenas uma parte passa pelo tratamento de lavagem, é alta a proporção de resíduos. Depois do carvão, a segunda fonte mais importante de energia é o petróleo, com 23%. Nesse caso, o país dispõe de recursos próprios em quantidade limitada, precisando por isso cobrir a crescente demanda decorrente do aumento do número de veículos também através de importações cada vez mais vultosas. A forte dependência de fontes de energia fóssil como o carvão e o petróleo é amplamente responsável pelos problemas de poluição do ar e emissão de CO₂. O gás natural, a alternativa ambientalmente mais correta, do qual a China dispõe apenas de poucos recursos, joga por enquanto um papel subalterno na matriz energética, com uma participação de 2,8%. Embora ultimamente tenham aumentado as importações de gás natural da Rússia e do Cazaquistão, isso será suficiente apenas para abastecer algumas cidades específicas.

Apesar da existência de um grande potencial de energias regenerativas utilizáveis, assim como de uma larga tradição no seu aproveitamento, o uso dessas energias alternativas com baixa capacidade de gerar emissões tem sido até agora bastante limitado – com exceção da energia hidrelétrica. Apenas 2% da energia têm como fonte a energia solar, eólica, de biomassa, geotérmica e das marés. O objetivo é impulsionar o desenvolvimento nessa área: até 2020, cerca de 12% da energia deverá provir desses recursos. Em 2003, aproximadamente 7% da energia (isto é, 26% da produção de energia elétrica) tinha sido de origem hidrelétrica.

Conforme estimativas do governo chinês, o potencial hidrelétrico aproveitável é de 395 gigawatt (o que corresponde à produção de energia da China em 2003). Devido aos consideráveis riscos ambientais e problemas sociais

envolvidos, grandes projetos como o da gigantesca barragem das Três Gargantas despertam polêmica. O potencial da energia eólica passível de desenvolvimento é estimado em 250 gigawatt (GW) no interior do país, e em 750 GW para parques de vento no litoral. Atualmente, existem no norte da China e nas regiões costeiras 40 parques eólicos com uma capacidade instalada de 567 MW (em comparação: em 2004, a capacidade instalada na Alemanha era de aproximadamente 14.000 MW). No caso da energia solar, calcula-se um potencial de desenvolvimento similar. Com 2.200 horas de sol por ano, cerca de dois terços do território são apropriados para a geração de energia solar. Já hoje a China é o maior mercado do mundo para aquecedores solares de água.

Pouco a pouco, amplia-se o uso de energia fotovoltaica para o abastecimento de energia em áreas rurais. Com 50 MW, entretanto, a capacidade total instalada era, em 2004, ainda muito reduzida. Além disso, existe igualmente um potencial para o desenvolvimento da geração de energia a partir de biomassa em áreas rurais. Como um dos poucos países do mundo, o governo chinês persegue um ambicioso programa de desenvolvimento da energia nuclear. Entre os responsáveis pela política energética chinesa, é visto como uma alternativa “limpa” ao carvão. Além dos atuais 8 reatores em Qinshan, Daya Bay, Ling’ao e Tianwan pretende-se instalar outros 32 reatores nos próximos dezesseis anos. Possíveis riscos para a segurança e o meio ambiente provocados por acidentes nucleares não estão na pauta, atualmente, nem do governo nem de ativistas ambientais.

4. OPORTUNIDADES PARA AS EMPRESAS ALEMÃS

Essa situação abre, em diversos setores, interessantes e lucrativas oportunidades de negócios para empresas da Alemanha e da Europa, mercados tecnologicamente muito avançados. Apenas no setor de mineração e extração de carvão e atividades correlatas voltadas para o tratamento e a otimização da combustão de carvão, o know-how e a tecnologia alemães com seus altos padrões de qualidade são cada vez mais requisitados. Começando pelos métodos reconhecidamente inseguros de extração subterrânea (somente neste ano, em média 18 mineiros por dia perderam a vida em acidentes em minas subterrâneas!) e graças a uma legislação mais rígida para a operação de minas de carvão, está surgindo uma demanda rapidamente crescente por exemplo para captação e aproveitamento do gás das minas, para modernos métodos de extração, assim como para a lavagem de carvão. Pelo fato de na China o carvão ser ainda a matéria-prima mais importante para a geração de energia, sua

extração ser realizada com métodos muito rudimentares e as reservas supostamente alcançarem mais alguns anos, o carvão é entre todas as fontes fósseis de energia a mais disseminada. É por isso que o aproveitamento do carvão possui prioridade absoluta. A tecnologia alemã poderá encontrar um campo fértil nesse setor. Também na área de aproveitamento do petróleo existem no âmbito das tecnologias limpas de refino e beneficiamento oportunidades para o know-how estrangeiro. Comparado ao aproveitamento do carvão, o petróleo é visto como relativamente limpo. No ínterim, porém, os especialistas e autoridades competentes na China perceberam que no tocante a sistemas de filtração existe ainda muito por fazer, uma vez que a combustão de petróleo representa uma carga poluente para a atmosfera que não é mais justificável. A partir daí, tem havido na China um aumento rápido da demanda por tecnologia moderna na área de filtros, fornos e combustão. Essa demanda é coberta, em parte, por empresas chinesas, que têm desenvolvido tecnologias e patentes próprias. Assim, existe uma grande demanda doméstica por fornos produzidos na China com baixa geração de gases de exaustão, especialmente apropriados para as áreas rurais e distritos residenciais de menor porte. Além disso, as perspectivas de exportação dos fornos para a Índia ou Rússia são consideradas promissoras. Frequentemente, essas médias empresas locais de propriedade de empreendedores chineses têm interesse em parceiros ou investidores estrangeiros, seja pela falta de experiência na exportação ou porque esperam um maior reconhecimento de seus produtos a partir da parceria com empresas estrangeiras. Além disso, falta a elas muitas vezes o acesso ao crédito.

Existem outras oportunidades de negócios no setor de captação, aproveitamento e transporte de gás natural. Acontecerá em breve uma ampla abertura dos mercados chineses no setor da construção de gasodutos, produção de gás líquido e distribuição de gás natural. Devido às elevadas exigências em termos da implementação técnica, existe neste âmbito uma grande demanda por produtos ou sistemas tecnológicos provenientes de mercados altamente desenvolvidos como a Alemanha. O papel prioritário do carvão – tanto carvão mineral quanto lignita – e do petróleo fez com que, na China, durante muito tempo as energias renováveis não jogassem nenhum papel significativo no abastecimento de energia ou na economia em geral. Isso não se justifica diante do histórico de desenvolvimento da China, uma vez que tradicionalmente era intenso o uso da força dos ventos e da água. Com a chegada da industrialização há aproximadamente cem anos, desapareceu também na China o interesse pelo aproveitamento de fontes regenerativas de energia. Demorou muito até que se chegasse novamente à conclusão

de que a China tinha excelentes condições para a geração de energia a partir de fontes renováveis. O setor de energia hidrelétrica conta com muitos fornecedores estrangeiros, porém continua a crescer. Na área de energia eólica existem algumas tentativas, dado que nas províncias do norte da China há um potencial de vento forte e permanente. A distribuição da energia assim gerada, porém, constitui um problema, uma vez que as regiões com mais vento muitas vezes possuem baixa densidade demográfica. A China dispõe de tecnologias e marcas próprias para o aproveitamento da energia solar, desenvolvidas no país. Mas quando o que está em jogo são tecnologias mais complexas (como a fotovoltaica), tanto as tecnologias como os produtos fabricados localmente poucas vezes se revestem de robustez suficiente para resistir à comparação com os produtos alemães. Para conquistar uma participação significativa no mercado chinês, entretanto, também os fabricantes estrangeiros precisam assegurar a qualidade. Isso vale tanto para a operação e utilização das instalações e produtos exportados para a China, visto que requerem muitas vezes de explicações e de intensa manutenção, como também para a produção no país mesmo. Assim, a existência de um clima muito árido em regiões que não são propriamente desérticas, provoca, no inverno e na primavera, uma carga maior de poeira do que na Europa. Isso faz com que as fotocélulas fiquem cobertas, reduzindo fortemente seu desempenho. Para um aproveitamento eficiente dessa cara tecnologia, portanto, as instalações precisam ser mantidas bem limpas.

Em geral, a empresa fornecedora é responsável – até no seu próprio interesse – pela organização do processo de capacitação relacionado à operação e manutenção.

A geração de energia a partir de biomassa conquistará uma parte importante do mercado. Contribuirão para isso a queima de lodo das estações de tratamento de esgotos, assim como o aproveitamento de resíduos orgânicos ou a queima e /ou fermentação de produtos primários ou secundários da agricultura, isto é, também o cultivo de plantas apropriadas para esse fim.

O crescente controle das indústrias por parte das autoridades ambientais tem por objetivo o tratamento de todos os efluentes em um futuro próximo. Empresas que ignorarem essa exigência estarão ameaçadas de fechamento, o que hoje já é cumprido na prática. Isso significa boas oportunidades de mercado para reatores de biomassa e tecnologias afins. Alguns países europeus e o Japão já estão começando a criar fama através de seus produtos.

O aproveitamento da energia geotérmica não é novo no mercado chinês, embora até agora não seja muito difundido. Não obstante existam diversos

fornecedores estrangeiros de bombas térmicas, eles ainda enfrentavam dificuldades nos últimos anos. Os produtos não conseguiram se impor nesse mercado, pois ele continua ainda fortemente dominado pelas fontes tradicionais de energia. Na comparação de preços entre o preço de compra de uma bomba térmica e o preço do aproveitamento de combustíveis fósseis tradicionais, os queimadores convencionais ainda possuem vantagem, dado que, apesar do moderado aumento nos preços do carvão e do óleo diesel, eles ainda continuam demasiadamente baixos. Isso poderá mudar rapidamente no norte e noroeste da China, onde no inverno tradicionalmente é permitido usar aquecimento (nas províncias localizadas ao sul do Yangtze, até hoje é proibido o uso de aquecimento).

Como também na China os preços do petróleo estão começando a subir consideravelmente, isso terá um impacto na região norte. Estima-se, portanto, que inicialmente a demanda por bombas térmicas surgirá sobretudo na região norte (noroeste). No futuro, entretanto, haverá certamente também no sul da China um mercado para o uso de bombas térmicas para fins de refrigeração.

As bombas podem ser instaladas tanto em condomínios residenciais como em casas individuais. São cada vez mais numerosos os programas de incentivo em nível nacional, estadual, regional e local voltados para a propagação e o fomento de tecnologias da construção que proporcionem eficiência energética. Isso significa, além disso, um grande potencial de demanda para materiais e vidros de isolamento, assim como de sistemas de janelas e esquadrias.

No litoral sul da China existem hoje igualmente estações para a produção de energia das marés. Embora no momento elas não joguem nenhum papel significativo, sua importância irá aumentar como parte da diversificação da geração de energia. No tocante à energia nuclear, seria de interesse público que fabricantes e fornecedores alemães de tecnologia e equipamentos para usinas nucleares se fizessem presentes a este respeito. Pois a relativa falta de experiência no uso da energia nuclear, além da freqüente falta de cuidado com a segurança, encerra alguns perigos; equipamentos para controle e segurança da operação, além do beneficiamento e armazenamento de material combustível poderiam ser fornecidos por empresas alemãs. Dado que questões relacionadas com o aproveitamento seguro da energia nuclear não estão sendo tematizadas, elas deveriam ser tratadas no âmbito supranacional.

O norte da China é, há séculos, uma região com escassez de água. Junto-se a isso, até os últimos anos do século XX, uma captação de água des-

preocupada e sem nenhum controle por parte da agricultura, dos municípios e de uma industrialização cada vez mais forte ao longo dos últimos 40 anos. Isso levou a uma redução bastante dramática da disponibilidade de água limpa. Às vezes, os reservatórios de água acumulam concentrações tão altas de poluentes que tornam a água completamente imprópria para o consumo humano ou para o uso agrícola. Em casos extremos, as autoridades vêm-se obrigadas a fechar esses reservatórios. Isso tem feito com que a água potável precise ser trazida de longe, seja por meio de adutoras ou usando caminhões e trens.

Além disso, existem planos para grandes projetos como a transposição de rios inteiros das regiões do sul para as regiões com escassez de água no norte. Esses projetos, porém, não encontram unanimidade entre os especialistas chineses.

Vislumbram-se, em resumo, boas oportunidades de negócios para todo o setor de tratamento de água e todas as áreas que envolvem sistemas de filtração, transporte e armazenamento. Perspectivas auspiciosas existem também no campo de coleta, transporte e tratamento de esgotos.

5. EFICIÊNCIA AMBIENTAL

Até agora, o aproveitamento dos escassos recursos tem se caracterizado frequentemente pelo desperdício e a ineficiência. Segundo as informações do vice-ministro da SEPA, Pan Yue, as indústrias chinesas precisam para a fabricação de produtos no valor de 10.000 dólares, seis vezes mais recursos que os fabricantes norte-americanos e quase três vezes mais que os indianos.⁶ Conforme estimativas, até 25% do consumo primário de energia e conseqüentemente também da emissão de CO₂ poderiam ser economizados através de uma melhoria da eficiência energética. Até o momento, porém, não existem na China incentivos suficientes para um uso mais consciente dos recursos. Apesar da orientação para a economia de mercado, as matérias-primas muitas vezes são comercializadas a preços mínimos subsidiados pelo Estado. Na hipótese mais favorável, os preços das matérias-primas têm como referência os custos de produção, porém sem cobrir os custos da carga sobre o meio ambiente. Embora no oeste da China os preços do carvão tenham atingido o nível internacional, os preços fixados pelo Estado valem indistintamente para carvão de qualidade muito variada em termos do teor de enxo-

6. Entrevista, *Der Spiegel* 10/2005, pág. 149.

fre e cinzas, embora o carvão não lavado e com alto conteúdo de enxofre e poeira provoque custos posteriores muito mais elevados para o meio ambiente. Devido à uniformidade dos preços, faltam incentivos para investir em tecnologias para a lavagem do carvão.

Assim também, as tarifas para a água ainda são fortemente subvencionadas e muitas vezes estão abaixo dos custos de produção. Recentemente, entretanto, uma série de municípios não só está começando a aumentar as tarifas de água como também a cobrar dos usuários o tratamento e a disposição dos esgotos. O nítido aumento das tarifas poderá ter um impacto sobre o volume do consumo de água e assim também sobre a geração de esgotos e, por sua vez, a correspondente carga sobre os recursos hídricos. No setor da construção civil, com efeito, não foi possível até agora impor tecnologias que proporcionem uma eficiência ambiental, dada a falta de incentivos econômicos e dispositivos legais.

Apenas neste âmbito existe um enorme potencial para economizar energia e recursos hídricos. Apesar das deficiências mencionadas é possível prever que, como mercado para tecnologias ambientalmente eficientes, a China jogará um papel preponderante como importador em nível mundial. Assim, já hoje o país é líder na fabricação de lâmpadas com baixo consumo de energia.

Na maioria dos casos, o processo completo de produção nas fábricas chinesas oferece inúmeras possibilidades de otimização para melhorar a ecoeficiência. Isso vai desde a fabricação, a manutenção das máquinas e equipamentos, até a comercialização dos produtos e a gestão e/ou administração das empresas. Há uma grande margem para melhoria nos setores de disciplina de custos, eficiência de cálculos ou simplesmente de manuseio responsável dos insumos. Assim, por exemplo, a falta de cuidado no armazenamento de produtos prontos pode fazer necessária a repetição do mesmo procedimento em forma de retrabalho – envolvendo consumo de energia –, o que seria prescindível no caso de um armazenamento adequado. O cálculo exato do lucro, de forma a incluir não só os custos de produção, mas também os custos adicionais decorrentes do consumo maior de energia nas contas da indústria em questão, é simplesmente inimaginável para uma típica empresa chinesa. Para iniciar esse processo (criando um mercado para os instrumentos necessários a esse fim), fabricantes de instrumentos ou equipamentos para a otimização do consumo, por exemplo, poderiam desenvolver sistematicamente o mercado apresentando seus produtos e realizando treinamentos. Dois fabricantes alemães de equipamentos de medição já fizeram isso com sucesso nos anos 80, conquistando dessa forma uma vantagem no mercado. O seu en-

gajamento – também na área de treinamento e capacitação para melhor aproveitamento de sua gama de produtos – contribuiu de forma decisiva para reavivar o sistema de calibração na China, que está sendo alinhado com os padrões internacionais.

Da mesma forma, é interessante a compra de insumos, produtos semi-prontos e prontos. Na China são cultivadas matérias-primas agrícolas para muitos ramos industriais, que podem ser usadas em setores tão diversos quanto a indústria automobilística ou da construção, como por exemplo fibras naturais como junco, cânhamo ou linho. Esses materiais não vêm sendo muito utilizados até o momento, visto que também outras fibras são produzidas a baixo custo na China.

Se ao calcular os custos, entretanto, se contemplasse a ecoeficiência e se comparasse o resultado a um cálculo convencional, muito provavelmente isso acabaria com a preferência pela fabricação de fibras artificiais, uma vez que a maioria das indústrias é até hoje extremamente deficiente quanto a seus padrões ambientais. No ínterim, é possível engajar-se na China também no setor de treinamento e capacitação. Nesse contexto, a eficiência ambiental poderia ser consideravelmente melhorada através de atividades de capacitação altamente bem-vindas. Institutos privados de treinamento e escolas surgem por toda parte. À medida que cresce a pressão sobre a capacidade de iniciativa própria de cada um dos ramos da economia, aumenta o valor de seus recursos humanos, contribuindo assim para melhorar seu posicionamento em um mercado altamente competitivo. Cursos de treinamento são oferecidos em todos os níveis e, no ínterim, existem diversos canais de acesso a essa atividade também para operadores estrangeiros. Por enquanto, eles ainda precisam se unir a instituições locais, mas isso não representa nenhum obstáculo para o funcionamento das entidades de treinamento.

6. CLIMA, DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA AMBIENTAL

A China já é hoje o segundo maior emissor de CO₂ do mundo e o maior emissor de SO₂. Se continuar o crescimento econômico e não mudar a forte dependência de fontes de energia fóssil, é de se prever que no futuro a China terá uma participação decisiva nas emissões globais de CO₂. O impacto sobre as mudanças climáticas já é evidente hoje em dia. Assim, constatou-se o degelo das geleiras nas províncias de Qinghai e Xinjiang ao longo dos últimos 30 anos. Caso essa tendência continue inalterada, teme-se que em um prazo de cerca de 50 anos as geleiras que abastecem os oásis fluviais às mar-

gens do rio Tarim e no corredor de Gansu venham a sofrer um degelo total. Os especialistas calculam que haverá um aumento do número de tufões e do nível do mar no litoral leste da China. Tal evolução poderia resultar em milhões de refugiados ambientais. Estima-se, no entanto, que o aquecimento global também terá efeitos positivos, como períodos de cultivo mais longos e um clima mais úmido nas planícies do norte chinês.

A China faz parte dos países signatários da convenção de Kyoto voltada para a proteção do clima. Ainda que a China – como outros países em desenvolvimento – tenha se recusado a assumir voluntariamente o compromisso de reduzir as emissões de CO₂, invocando o direito ao desenvolvimento, o país futuramente jogará um papel importante na implementação dos instrumentos da convenção para a proteção do clima (Implementação Conjunta, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Comércio de Emissões). Esses instrumentos possibilitam aos países industrializados creditar-se, em relação a seus compromissos com a proteção do clima em seus próprios países, com investimentos em projetos para a redução das emissões de CO₂ em países em desenvolvimento. No plano institucional, a China há tempos vem jogando um papel ativo na política ambiental. Em 1972, uma delegação chinesa participou da primeira conferência ambiental da ONU em Estocolmo. Desde 1984, a agência estatal para o meio ambiente, SEPA, é responsável pela implementação das políticas ambientais do governo em nível provincial, distrital e municipal. Em 1988, a SEPA foi alçada à categoria de ministério. Desde 1972, o país participa ativamente dos esforços internacionais da ONU pela preservação ambiental, sendo signatário de quase todos os tratados relacionados com a proteção do meio ambiente (Convenção para a Proteção do Clima, Convenção para a Proteção das Espécies, Convenção para o Combate à Desertificação). Depois da conferência ambiental da ONU no Rio em 1992, a China foi um dos primeiros países a apresentar sua Agenda 21. A estratégia de sustentabilidade do governo chinês encontra-se embasada nos esforços de desenvolvimento do país rumo a uma sociedade moderna e harmônica, objetivo que só poderá ser alcançado se for possível superar as enormes diferenças quanto ao desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais, e entre as partes oeste e leste do país. A retomada do apoio a modelos de gestão integrada e a definição de um “PIB verde”, que inclua os custos do uso dos recursos e dos danos ambientais, devem ser consideradas como iniciativas concretas em direção ao desenvolvimento sustentável. O quadro de pessoal da SEPA é muito reduzido, o que limita sua capacidade de ação. Apenas 220 funcionários atuam no âmbito nacional, e alguns milhares na esfera subnacional

em seus diferentes níveis. Muitos desses quadros não estão adequadamente capacitados para suas atividades, que exigem um elevado conhecimento técnico.

Os órgãos ambientais regionais são obrigados a concorrer com outras instâncias no tocante a orçamentos e atribuições. Assim, por exemplo, a atividade industrial nas áreas rurais como também o uso de fertilizantes e pesticidas pertencem à jurisdição das autoridades responsáveis pela agricultura.

Um parceiro estratégico da SEPA na articulação dos interesses ambientais são as organizações ambientais não-governamentais, cujo trabalho vem sendo tolerado desde o início dos anos 90, mas cuja existência, ainda assim, não foi legalizada até o momento. Entre as ONGs famosas e genuinamente chinesas estão a Amigos da Natureza, fundada em 1993 e a Aldeia Global de Pequim, além de, no ínterim, centenas de outras. Assim também, muitas organizações ambientais internacionais mantêm representações na China (entre elas WWF, IFAW e Greenpeace). As ONGs nacionais e internacionais na China estão voltadas prioritariamente para temas de preservação da natureza e das espécies, assim como para atividades educacionais no âmbito do meio ambiente. Raramente elas agem de maneira a entrar em confronto com a política ambiental oficial.

7. DIREITO AMBIENTAL

Em 1979, foi promulgada a primeira lei ambiental nacional, que no decorrer dos anos foi seguida de muitas outras (contra a poluição dos recursos hídricos, do mar e do ar, para a preservação dos solos, para o combate à desertificação), além de leis para a preservação dos recursos naturais (entre elas a lei para a preservação da natureza, dos recursos minerais e florestais). Disposições recentemente aprovadas como a lei para a promoção de uma “Produção mais limpa” (2002), assim como a lei sobre estudos de impacto ambiental (2003), estão relacionadas com aspectos da gestão ambiental. A legislação para a promoção de energias renováveis, que entrou em vigor em 2005, incidirá sobre o fomento a fontes de energia relevantes para a proteção do clima. Além disso, a SEPA tem decretado centenas de normas ambientais. Somam-se a isso milhares de disposições e regulamentos ambientais estabelecidos pelas autoridades ambientais provinciais e municipais. Em 1997, os crimes ambientais foram incluídos no direito penal chinês. Ofensas definidas como danos graves ao meio ambiente podem ser castigadas com penas de reclusão e multas pecuniárias. A política ambiental chinesa dispõe de um amplo sistema de instrumentos de coordenação no âmbito jurídico-legal e

econômico. É cada vez maior a importância do estudo de impacto ambiental (EIA), definido na legislação ambiental chinesa como obrigatório para todos os projetos de construção de maior envergadura, e cuja aplicação é regulamentada pela lei sobre o estudo de impacto ambiental de 2003.

Quanto à implementação do EIA, observaram-se até agora critérios variados de rigidez, porém ações de grande ressonância por parte da SEPA como a suspensão de mais de 30 grandes projetos, determinada a curto prazo em janeiro de 2005 são indicativas de que no futuro a agência ambiental utilizará esse instrumento com maior vigor. Além disso, a legislação ambiental chinesa dispõe de um catálogo muito detalhado de normas ambientais e padrões para emissões, que seguem a orientação da legislação ambiental internacional. Alguns milhares de indústrias têm se submetido ao processo de certificação conforme o padrão internacional de gestão ambiental ISO 14000. Quanto à certificação, a expectativa é de melhores oportunidades para competir no âmbito internacional e, quanto ao selo ambiental, um efeito gerador de confiança no mercado interno.

A falta de livre acesso às informações, ainda imperante, não dificulta apenas a participação do público nos processos ambientais, mas também o trabalho das autoridades envolvidas, tornando-se não raramente um gargalo no tocante aos projetos planejados. Se por um lado são publicadas, no ínterim, informações selecionadas sobre qualidade ambiental (por exemplo sobre a qualidade do ar nas cidades), por outro lado, determinadas informações (dados hidrológicos, mapeamentos exatos etc.) são ainda tratadas como segredo de Estado.

Apesar das deficiências na implementação da política ambiental, investidores estrangeiros deveriam familiarizar-se com a legislação chinesa e procurar o contato com as autoridades competentes. Somente assim será possível evitar surpresas desagradáveis – como custos inesperados decorrentes de exigências adicionais ou até mesmo o bloqueio do projeto. A experiência mostra que as autoridades chinesas usam dois pesos e duas medidas quando se trata da implementação das disposições ambientais. A esse respeito, investidores estrangeiros não poderão contar com a tolerância às vezes dispensada a empresas estatais degradadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A GREAT Wall of Waste. *The Economist*, 19 de agosto de 2004, http://www.economist.com/business/displayStory.cfm?story_id=3104453
- BETKE, Dirk. Umweltschutz. In: STAIGER, Brundhild, FRIEDRICH, Stefan, SCHÜTTE, Hans-Wilm (Eds.). *Das große China-Lexikon*. Hamburgo: Institut für Asienkunde, 2003. p. 774-776.
- BROWN, Lester. *Outgrowing the Earth. The food security challenge in an age of falling water tables and rising temperatures*. Nova York: W.W. Norton & Co., 2004.
- ECONOMY, Elisabeth. *The rivers run black*. Ithaca & Londres: Cornell University Press, 2004.
- EDMONDS, Richard Louis. *Patterns of China's lost harmony. A survey of the country's environmental degradation and protection*. Londres, 1994.
- ENVIRONMENTAL Sustainability Index Report, 2005 www.yale.edu/esi
- HEUSER, Robert, GRAF, Jan de. *Das Umweltschutzrecht der VR China. Gesetze und Analysen*. Mitteilungen des Instituts für Asienkunde 336. Hamburgo, 2001.
- OBERHEITMANN, Andreas. *Approaches of sustainable development in China*. Relatório de pesquisa inédito para a GTZ 2005.
- SMIL, Vaclav. *China's environmental crisis*. Londres, 1993.
- STERNFELD, Eva. Wirtschaftsentwicklung und Umweltprobleme in der Volksrepublik China. In: *So kommen Sie nach China*, Munique (em preparação).
- STOCKHOLM ENVIRONMENT INSTITUTE, UNDP. *China Human Development Report 2002. Making Green Development a Choice*.
- WORLD BANK. *China to 2020. Development challenges in the new century*. Washington, 1997.

EVA STERNFELD, Ph.D., especialista em Sinologia com ênfase em temas ambientais, atua no Centro Chinês de Referência e Pesquisa sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Pequim.

CHRISTOPH GRAF VON WALDERSEE é sócio do *Sustainomics Group*, Munique/Hong Kong. O foco de seu trabalho são projetos de tecnologia sustentável na China. Até 2003 ele era responsável pela gestão financeira de um grande projeto ambiental da UE na China.

Uma longa partida de xadrez *Realidade e perspectivas na política militar chinesa**

93

LOTHAR RÜHL

Será que a China também vem crescendo no sentido de tornar-se uma nova superpotência militar, potencialmente ameaçadora? A atual situação armamentista do país não fundamentaria os receios americanos, japoneses ou australianos diante da potência militar chinesa. Pelo contrário: estrategicamente, a China está na defensiva. Como, porém, a situação se desenvolverá a longo prazo? A discussão sobre o suposto crescimento do poderio militar chinês e do seu desenvolvimento subsequente tornou-se um tema estratégico de referência das relações internacionais. É verdade que não se conhecem os efetivos investimentos da República Popular da China em rearmamento e na reconfiguração das estruturas das suas forças armadas, herdadas dos tempos pós-Guerra da Coreia e do Vietnã, e também é difícil avaliá-los. No entanto, principalmente as suposições americanas se baseiam em uma concentração da política de Estado de Pequim nos militares e num objetivo de renovação tecnológica do armamento, principalmente das forças armadas, visando sua utilização estratégica e maior alcance.¹ Nisso extrapolam-se incrementos precedentes em capacidades operacionais e a aplicação de orçamentos em investimentos produtivos na área de armamentos para fundamentar os prognósticos: desta forma, as análises americanas chegam à estimativa de que a China despenderia em armamento aproximadamente o

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 65-71, dez. 2005.

1. Sobre a discussão da situação de segurança e da política da China vide Christensen 2002; Pollack, 2002; Buzan, 2003; Lankowski, 2003; Umbach, 2004; Wang, 2004.

triplo daquilo que o orçamento público informa atualmente e que o ministro da Defesa chinês informou em outubro de 2005.

Presume-se uma contínua expansão das capacidades estratégicas e em geral um fortalecimento operacional das forças militares chinesas, com base em um crescimento real contínuo de capacidades e a otimização da aplicação de recursos. Se isto de fato corresponde à realidade chinesa, é o grande enigma. É incontestável, no entanto, que a expansão econômica da China e sua renovação tecnológica também fortalecerão as forças armadas e criarão novas capacidades militares. Neste sentido também se compreende a preocupação com uma expansão da influência chinesa por meio de cobertura militar e de uma futura penetração no sudeste asiático.

Da mesma forma são compreensíveis as preocupações japonesas e possíveis reações de Tóquio em favor de um rearmamento do Japão. Quanto à expansão dos objetivos de Pequim para além do Mar do Sul da China em direção aos Oceanos Pacífico e Índico, a questão ainda permanece em aberto. Mas é inevitável que os Estados Unidos considerem essa questão com vistas ao esperado crescimento do poderio da China emergente e das conflituosas reivindicações chinesas em relação a Taiwan.²

No verão de 2005, a ministra das Relações Exteriores americana, Condoleezza Rice, focalizou a política e a estratégia dos EUA em relação à China em uma breve frase: seria tarefa dos EUA “defender o Pacífico”. Embora na ocasião ela não mencionasse a China, ficou claro que não se referia nem à Rússia nem à Índia como possíveis agressores ou perigosos perturbadores, mas à potência continental chinesa nos mares costeiros, ou seja, na área costeira do leste da Ásia, com acesso direto ao Pacífico, na imediata vizinhança da Coreia, do Japão e de Taiwan – posições estratégicas do poderio americano no Pacífico. Por ocasião de sua visita a Pequim em meados de outubro de 2005, o ministro da Defesa americano, Donald Rumsfeld, criticou abertamente a política armamentista chinesa e apontou para os riscos de confronto principalmente em torno de Taiwan. Na ocasião, questionou as informações oficiais do governo chinês sobre seu orçamento militar e bélico. Rumsfeld discutiu em Pequim essas questões litigiosas com o ministro da Defesa chinês, General Cao Gangchuan, que afirmou ser exata e completa a informação oficial de 30,2 bilhões de dólares.³

2. Ibidem

3. Cf. Rumsfeld urges Chinese openness, *International Herald Tribune (IHT)*, 20.10.2005; David Shambaugh. Rumsfeld ventures into the Middle Kingdom, *IHT*, 18.10.2005; Thom Shanker. Rumsfeld talks security with Chinese officers, *IHT*, 21.10.2005.

I. A ATUAL SITUAÇÃO ARMAMENTISTA DA CHINA

O fato é que, para poder constituir um desafio estratégico, a China precisaria hoje mobilizar primeiro um poderio naval, com uma frota de alto mar com capacidade agressiva, amplamente móvel, operacionalmente flexível, ou seja, prontamente adaptável a situações em rápida mudança e estável sob pressão inimiga, inclusive com apoio terrestre. Disto, porém, a China ainda está muito distante.

Poderio naval também significa poderio aéreo sobre o mar, independente da terra. Também esta terceira dimensão a China ainda não implementou para além do litoral: sem vários porta-aviões com seus navios de escolta e uma potente logística no litoral em bases protegidas, sem forças armadas submarinas capazes de operações agressivas com submarinos de porte médio e grande com capacidade de lançar com precisão mísseis de posições submersas, a China como potência terrestre não poderá ameaçar o domínio da frota americana e japonesa sequer sobre os mares costeiros, quanto menos o Pacífico Ocidental ou os acessos ao sudeste asiático, visando à penetração no Oceano Índico.

Mesmo que aumentasse consideravelmente o número dos 69 submarinos, dos cerca de 20 destróieres e das aproximadamente 40 fragatas com as mais modernas embarcações e sistemas de armamento, a nova potência naval chinesa de longe ainda não seria páreo para a americana, porque não disporia de escudo aéreo nem de bases para além da costa chinesa.

O primeiro sinal efetivo de ambições navais chinesas mais extensas seria por isso a construção de grandes porta-aviões e de aviões de combate naval adequados. A característica necessária de uma capacidade ofensiva estratégica em todas as direções, que também pode ser a característica da capacidade dissuasória como respaldo da sua própria defesa estratégica, seria a criação de um poderio bélico à base de mísseis intercontinentais em conexão com reconhecimento global por satélite e defesa antiaérea.

Até o momento, a China possui cerca de 30 mísseis intercontinentais para ogivas nucleares, 110 mísseis de médio alcance para ogivas nucleares e convencionais e cerca de 450 a 500 mísseis de curto alcance que, a partir de sua localização próxima ao litoral defronte à ilha, têm alcance até Taiwan. Ali as posições dos mísseis são particularmente vulneráveis a partir do mar e do ar. A força aérea chinesa possui cerca de 1.000 caças e 700 caças-bombardeiros de diversos tipos, mas a marinha só tem aproximadamente 20 aviões de combate baseados em terra. Para um controle tático do espaço aéreo limitado

ao litoral, isto pode ser suficiente, mas não para repelir operações navais ofensivas e desembarques para além da área litorânea.⁴

Por isso, nem a situação armamentista chinesa atual, nem a perspectiva dos próximos cinco a dez anos podem justificar os temores americanos, japoneses ou australianos em relação à China como potência bélica. Trata-se antes de uma previsão a prazo mais longo, para além da próxima década de 2010 a 2020.

2. PODE-SE EXIGIR QUE A CHINA LIMITE SEU ARMAMENTO?

Por que a China, um grande país com um extenso litoral, concentração populacional próxima ao litoral e uma infra-estrutura industrial em crescentes regiões metropolitanas, bem como de comércio exterior via portos marítimos e crescente dependência econômica de importações de energia e exportação de mercadorias, não haveria de se expandir militarmente para o mar aberto, montando uma capacidade nuclear dissuasória plausível com mísseis modernos, reconhecimento por satélites e uma defesa aérea eficiente na área litorânea? Por que, portanto, a China deveria ser obrigada a reduzir seu armamento?

Esta questão já foi levantada nas discussões americanas. “Por que não seria natural para uma nação continental como a China possuir o pleno espectro de capacidade militar, por que a marinha chinesa não deveria ter a capacidade de patrulhar a periferia (da China) numa faixa de pelo menos algumas centenas de milhas marítimas e de proteger as ligações marítimas fora da Ásia a fim de assegurar o comércio marítimo e o suprimento de energia?” perguntou no outono de 2005 o diretor do programa de política chinesa da Universidade George Washington, David Shambaugh.⁵

Para responder corretamente a essa questão geopolítica, devem-se levar em conta quatro fatores, que também podem ser formulados como perguntas:

4. Todas as cifras foram extraídas de: *The Military Balance 2003–2004*, London IISS, p. 152-155.
5. Artigo assinado na IHT, 18.10.2005; cf. também David Shambaugh. China's military views the world ambivalent security, *International Security*, n. 3, inverno 1999/2000, p. 52-79.

1. Que legítimos interesses de segurança teria a China para além dos mares costeiros diante do seu litoral defronte ao Japão, à Coreia, a Taiwan e ao Vietnã?
2. De que meios militares navais necessita a China para assegurar um acesso desimpedido em tempos de crise ao Golfo Pérsico para o transporte de petróleo através das ilhas e penínsulas do sudeste asiático, a fim de, se necessário, forçá-lo pelo poder das armas?
3. Que interesses de segurança reais e legítimos o Japão precisará preservar em relação à China, com que recursos militares nos mares costeiros e como será possível defender a Coreia?
4. Que legítimos interesses de segurança nacionais e internacionais têm os Estados Unidos a defender no Pacífico Ocidental, no sudeste da Ásia e nos mares costeiros fronteiros ao litoral chinês?

3. OS LEGÍTIMOS INTERESSES DE SEGURANÇA DA CHINA PARA ALÉM DOS MARES COSTEIROS

Mesmo sendo uma potência continental, a China, como qualquer outro país, precisa poder exercer o controle militar estratégico e operacional sobre sua periferia, mesmo aquela adjacente aos seus mares costeiros. A história da China desde o século XVII ensina que, sem tal controle, interesses e influências estrangeiros se instalarão na própria China, disseminando-se e podendo finalmente destruir a soberania, a integridade territorial e a unidade desse grande país. Independentemente das atuais condições e circunstâncias, a longo prazo a China precisa contar com o retorno de ambições políticas comerciais por parte de potências estrangeiras com o fim de dominar o grande mercado chinês, tal como se deu há cem anos com o imperialismo comercial das potências européias, do qual também os Estados Unidos e o Japão participaram. Mesmo intervenções militares para apoiar tais objetivos econômicos não podem ser excluídas no futuro diante de um novo enfraquecimento ou paralisia da China. Por isso, o domínio das áreas adjacentes é uma necessidade estratégica imperiosa, na verdade uma condição básica para a independência política e a influência internacional da China. Certamente continuaria a ser assim mesmo se Taiwan voltasse ao controle de Pequim ou se, pelo contrário, a China reconhecesse a independência de Taiwan. Na perspectiva geopolítica-estratégica, o conflito taiwanês, visto em Pequim como questão-chave central da soberania e integridade territorial chinesa, mas também a longo prazo da

própria segurança da China,⁶ não pode ser reduzido a tendências agressivas de Pequim. Esse conflito tem uma dimensão estratégica no Pacífico Ocidental e na periferia do sudeste asiático. Esta é também a visão da perspectiva em Hanói, Cingapura, Jacarta e Bancoc e, evidentemente, também em Washington. Nessa dimensão de espaço e tempo trata-se da expansão ou limitação dos interesses marítimos chineses e americanos, mas também do Japão e da Austrália como aliados dos Estados Unidos, com necessidades próprias de segurança diante da expansão do poderio chinês. Isto se refere ao comércio marítimo e também à navegação de alto mar, bem como à presença da frota no mar.

Para além da periferia, a importância mundial da China, assim como de qualquer outro grande país, repousará sobre a base da sua própria capacidade naval e de outras capacidades estratégicas de imposição de poderio. Esta não precisaria dirigir-se nem contra o Japão nem contra a Rússia no Extremo Oriente, e muito menos contra a longínqua América. Mas ela também não franqueará o Pacífico Ocidental e o acesso ao Oceano Índico aos Estados Unidos como potência externa hegemônica, mesmo se não amadurecerem ambições próprias de hegemonia naval naquela região que desemboquem em confrontos militares. As tendências estratégicas naturais não podem ser suprimidas; somente limitadas, controladas e dirigidas politicamente.

As preocupações expressas em Pequim desde 2002 diante da estratégia nacional de segurança americana a respeito de possíveis intenções intervencionistas e atividades militares dos EUA ao longo da periferia da China têm como consequência política a suposição de uma nascente rivalidade prolongada entre as duas potências não só defronte ao litoral dos mares costeiros do leste da Ásia, mas também no Pacífico Ocidental.⁷ Sob essas premissas, a China deveria armar-se para confrontações limitadas com os EUA nessa região. Nesse contexto, Taiwan aparece não apenas como possível causa política, mas também como pivô e âncora políticos. Tais preparativos requereriam um esforço nacional: para se armar, porém, a China necessita de tecnologia pós-moderna especialmente nas áreas citadas acima – para os meios de reconhecimento, informação e comunicação estratégi-

6. Cf. Yunxia Cao e Dingli Shen: Die militärische Entwicklung Chinas und seine Position zur Abrüstung, *WeltTrends*, n. 26, primavera de 2000, p. 59 ss; cf. também Maximilian Mayer. Conflicts, cooperation and decision making in China's Foreign Policy, *Trends East Asia (TEA)*, Estudo n.º 2, janeiro de 2004.

7. Pollack (Obs. 1).

cos e operacionais, nas tecnologias de determinação de alvos e de comando de armas de precisão para alvos móveis, com alto efeito da munição sobre o alvo. Resulta disso o premente interesse chinês em tecnologia avançada da Europa e da Rússia. Manobras de forças armadas sino-russas servirão a esse objetivo da mesma forma que para impressionar os Estados Unidos e o Japão, mas também têm o objetivo de garantir a retaguarda chinesa em terra e de representar um contrapeso para a ampla supremacia da potência mundial EUA, mesmo que tal peso não possa ser efetivamente posto na balança. No entanto, isso de modo algum precisa ser classificado como preparativo bélico ou estratégia ofensiva de confrontação: a China está estrategicamente na defensiva.

4. DE QUE MEIOS MILITARES NAVAIS A CHINA PRECISA?

A mobilização de até 500 lança-mísseis em posição defronte a Taiwan e os aviões de combate em terra firme, com alcance operacional até a ilha, constituem um potencial operacional de agressão que, porém, não poderia ser utilizado de forma independente de armas estratégicas ou para fins políticos: a predominância de escalação regional com armas convencionais e nucleares está nas mãos dos EUA como potência naval com bases avançadas. Nessa estrutura de conflito assimétrica e posição geográfica, a China não dispõe até agora de recursos bélicos compensatórios, especialmente não de forças convencionais anfíbias e de tropas de desembarque pelo ar, para talvez realizar com sucesso uma invasão de Taiwan por mar e pelo ar. Os mísseis podem ameaçar e destruir, mas não conquistar e ocupar.

Uma blindagem de Taiwan pela 7ª frota dos EUA e a força aérea baseada em Okinawa e Guam não poderá ser nem dissuadida nem rompida. Por isso, os 450 a 500 lança-mísseis de curto alcance defronte a Taiwan constituem principalmente um potencial ameaçador demonstrativo. Não se trata de verdadeiras armas estratégicas, ainda que tivessem ogivas nucleares, porque não poderiam atingir os EUA, seu adversário estratégico numa guerra, embora possam arrastar os EUA para uma guerra com a China por motivo de Taiwan, independentemente dos propósitos políticos de Pequim. Por isso, esses mísseis de curto alcance são para a China uma opção de agressão e ameaça militar contra Taiwan altamente arriscada.

Contra o Japão, a China não tem opções militares. Uma guerra substituída na Coreia não será considerada em Pequim, até porque esta não teria maiores chances contra os EUA que aquela em 1950/1952.

Será, porém, interessante observar se a China criará para si algum corpo naval com competência para o alto-mar e meios de desembarque anfíbios para além da capacidade atual correspondente aproximadamente a uma divisão de infantaria. Todas as capacidades navais ofensivas maiores do que essas presumem porta-aviões, porta-helicópteros, cruzadores antiaéreos e um número considerável de modernos destróieres de alto-mar e fragatas polivalentes, além de forças de combate anfíbias e submarinos.

5. INTERESSES DE SEGURANÇA EM RELAÇÃO À CHINA

Essas necessidades chinesas com vistas a uma estratégia militar de amplo alcance refletem os interesses japoneses por uma defesa estratégica avançada frente à China:

- defesa antiaérea e antimísseis em terra e nos mares costeiros;
- submarinos de ataque, porta-helicópteros, cruzadores e destróieres porta-mísseis;
- um reconhecimento estratégico-operacional de grande capacidade, com alcance para além dos mares costeiros limítrofes;
- uma firme aliança política com os EUA como potência protetora e capacidade nuclear limiar para a criação de armas nucleares em caso de necessidade.

Resumem-se assim as reais necessidades militares de segurança dos EUA em relação à China em caso de maior armamento chinês de orientação naval:

- predominância estratégico-operacional para o caso de escalção de crises e conflitos por meio de grupos de porta-aviões, cruzadores porta-mísseis e submarinos com mísseis de médio alcance (500 a 2000 milhas marítimas) dirigidos a alvos marítimos ou terrestres com armamento convencional e nuclear;
- sistemas estratégicos de armamento na retaguarda para complementação e dissuasão;
- disponibilidade das bases americanas no Pacífico Ocidental;
- reservas para a frota do Pacífico em confrontações demoradas em torno de Taiwan ou do Japão;
- uma política inequívoca e expressa de defesa de Taiwan, do Japão, da Coreia do Sul e dos acessos aos oceanos Pacífico e Índico em caso de conflito.

A advertência de Rumsfeld aos militares chineses contra um armamento arriscado com mísseis de longo alcance que possam ameaçar os Estados Unidos refere-se à predominância dos Estados Unidos em caso de escalação de qualquer conflito na área do Pacífico ou do Extremo Oriente, que representa para a América o respaldo de estabilidade estratégica em relação à China.

Assim, forma-se um mosaico das peças estratégicas militares e econômicas para apresentar uma imagem ambivalente de estabilidade regional de curto e médio prazos e, portanto, uma relativa segurança contra crises, diante da sombra de uma confrontação político-estratégica entre EUA/Japão e China pairando sobre o horizonte de 2015/2020. Esta perspectiva admite uma ampla margem de negociações para entendimentos sobre compensações de interesses – um controle cooperativo de armamentos e respeito mútuo pelas necessidades essenciais de segurança, incluindo os aliados e clientes de proteção dos Estados Unidos. No entanto, tal situação sempre será ambivalente. Os riscos estão presentes de forma latente e súbitas crises de tensão nunca podem ser excluídas por tempo prolongado. Com isso permanecerá de ambos os lados a política antagonista de controle dessa situação por trás do leque da diplomacia, na forma de uma longa partida de xadrez de espregueada mútua e fintas no campo avançado visando vantagens marginais, sem tocar no cerne desse confronto geopolítico-estratégico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUZAN, Barry. Security architecture in Asia, the interplay of regional and global levels. *The Pacific Review*, n. 2, p. 143-173, 2003.
- CHRISTENSEN, Thomas J. The contemporary security dilemma, deterring a Taiwan conflict. *The Washington Quarterly*, p. 7-21, outono de 2002.
- IISS. *The Military Balance 2003–2004*, London IISS, p. 152-155.
- LANKOWSKI, Michael. America's Asian alliances in a changing world. *Australian Journal of International Affairs*, n. 1, p. 113-124, 2003.
- MAYER, Maximilian. Conflicts, cooperation and decision making in China's Foreign Policy. *Trends East Asia (TEA)*, Estudo n. 2, jan. 2004.
- POLLACK, Jonathan D. Chinese security in the post-11 september world, implications for Asia and the Pacific. *Asia Pacific Review*, n. 2, p. 12-19, 2002.
- RUMSFELD urges Chinese openness. *International Herald Tribune (IHT)*. 20.10.2005.
- SHAMBAUGH, David. China's military views the world ambivalent security. *International Security*, n. 3, p. 52-79, inverno de 1999/2000.

- SHAMBAUGH, David. Rumsfeld ventures into the Middle Kingdom. *IHT*, 18.10.2005.
- SHANKER, Thom. Rumsfeld talks security with Chinese officers. *IHT*, 21.10.2005.
- UMBACH, Frank. Aufrüstung und neue Sicherheitskooperationen in Asien-Pazifik. *Internationale Politik (IP)*, p. 65-72, set. 2004.
- WANG Jisi. Machtfaktor China. Die strategischen Ziele der Volksrepublik. *Asien, IP*, p. 59-66, jan. 2004.
- YUNXIA Cao, DINGLI Shen. Die militärische Entwicklung Chinas und seine Position zur Abrüstung. *WeltTrends*, n. 26, p. 59ss, primavera de 2000.

LOTHAR RÜHL é professor de Ciência Política na Universidade de Colônia. De 1982 a 1989 foi secretário de estado de carreira no Ministério da Defesa alemão. Sua publicação mais recente é *Das Reich des Guten: Machtpolitik und globale Strategie Amerikas (O império do bem: política de poderio e estratégia global dos Estados Unidos)*, Klett-Cotta Verlag Stuttgart, 2005.

Integração em uma nova Ásia *Como a ascensão da China modifica a arquitetura internacional**

103

LEE HSIEN LOONG

A ascensão da China é o acontecimento mais importante dos nossos tempos. Sua participação na economia global aumenta a concorrência, pressiona a indústria e os Estados e dita mundialmente o ritmo de mudanças e reestruturações. Na Ásia, principalmente, a influência da China é gigantesca. Será um grande desafio para todo o mundo saber absorver esse deslocamento tectônico.

No mundo inteiro a ascensão da China se faz perceber. Os preços nos mercados de mercadorias dependem da demanda da indústria chinesa. Nas universidades européias e americanas os chineses constituem o maior contingente de estudantes estrangeiros. Na indústria aeronáutica, por exemplo, a Airbus vendeu mais de 200 aeronaves à China e recebe constantemente novos pedidos de lá.

Na Ásia, a influência da China é ainda maior. A China já é o principal parceiro comercial da maioria dos países asiáticos, como Japão, Coréia do Sul, Índia e vários países da ASEAN.¹ As exportações desses países para a China cresceram na mesma medida que suas importações da China. A China é um importante destino de investimentos de empresas de Hongkong, Taiwan e do sudeste asiático dirigidas por chineses. Inversamente, cada vez mais empresas da República Popular da China operam no exterior e milhões de turistas chineses viajam por toda aquela região.

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 72-80, dez. 2005.

1. Association of South-East Asian Nations (nota de revisão).

No entanto, a influência da China transcende em muito a área econômica. Muitas questões internacionais importantes já não podem ser resolvidas sem uma participação construtiva da China. Sejam os diálogos das seis partes sobre a Coreia ou a reforma das Nações Unidas, a China desempenha um papel-chave, pode contribuir para soluções e seus interesses precisam ser levados em conta. Também o *soft-power* chinês está crescendo – seus filmes cinematográficos conquistaram reconhecimento internacional; o idioma e a cultura chinesa são matérias bastante procuradas nas universidades ocidentais.

Graças à participação da China na economia global, o centro de gravidade da economia mundial vem se deslocando em direção à Ásia. O crescimento da China modifica o poder relativo das principais potências e, pouco a pouco, também o equilíbrio estratégico global. Todos os países ocupam-se da questão de como poderão tirar proveito da prosperidade da China e de como poderão reagir ao crescente poderio chinês. Será um grande desafio para o mundo dominar esse deslocamento tectônico. A própria China terá de promover importantes correções, ainda que sua ascensão signifique um tremendo desafio competitivo para os outros. A China precisa acelerar o desenvolvimento do seu interior a fim de que este possa acompanhar as regiões costeiras, precisa reestruturar suas empresas estatais ineficientes e deficitárias e manter uma alta taxa de crescimento para poder criar empregos suficientes e assim prevenir a ameaça de instabilidade social. Como integrante da comunidade global, a China terá de assumir regras e normas internacionais, sejam regulamentações comerciais ou diretrizes de controle do sistema bancário ou da administração empresarial. Terá de cooperar com outros países para poder manejar problemas globais (como a gripe aviária), o aquecimento global ou ameaças à segurança. A China também terá de desempenhar um papel ativo em organizações internacionais como a ONU, o FMI, o Banco Mundial ou a OMS. A China precisa apoiar o sistema global e observar as regras de jogo internacionais, uma vez que seu crescimento depende de conexões com o mundo externo e também de paz e estabilidade. Na verdade, a China cresceu mais depressa que qualquer país da sua ordem de grandeza em toda a história, porque se beneficiou de capital, de investimentos, de tecnologia e do acesso a mercados estrangeiros. Essa dependência perdurará nas próximas décadas. Com o desenvolvimento da China, o intercâmbio com outros países até aumentará. Segundo disse recentemente o presidente Hu Jintao: “O desenvolvimento da China é pacífico, aberto e cooperativo ... a China continuará a perseguir uma política nacional de abertura, introduzirá uma estratégia lucrativa para todos e manterá um amplo espectro de cooperação e

interação com o mundo inteiro. O desenvolvimento da China não bloqueará nem ameaçará ninguém, mas servirá à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento do mundo.²

Será decisivo para a China e para todo o mundo que o país continue a trilhar esse caminho. Para poder realizar isso com sucesso, a China precisará manter boas relações com as principais potências, especialmente com os EUA, o Japão, a Índia e a UE. A China também terá de cooperar com outros países na arquitetura adequada para uma cooperação regional e internacional. Como um dos principais atores no palco global, a UE desempenhará um papel importante nesse processo.

I. A AMÉRICA E A CHINA

O principal relacionamento bilateral para a China é aquele com os EUA, a nação mais poderosa do mundo. A América ainda continuará por muitas décadas a ser a potência econômica e militar predominante, mas a ascensão da China modificará o equilíbrio estratégico entre ambos os países. Não será fácil para os Estados Unidos adaptarem-se a esta nova realidade. Mas os interesses americanos repousam no desenvolvimento de relacionamentos construtivos com a China e não na criação de um novo foco de crises ou de um adversário duradouro na Ásia. Os Estados Unidos se beneficiarão de uma China florescente e estável que seja um importante parceiro comercial e econômico, bem como um parceiro construtivo em diálogos sobre problemas comuns como a Coreia do Norte ou a não-proliferação de armas nucleares. Uma estratégia de confrontação em relação à China despertará apenas uma inimizade permanente, sem em última análise impedir a ascensão da China, enquanto uma política restritiva fracassaria: nenhum país asiático deseja ter de escolher entre os EUA e a China. Uma guerra fria, ou, pior, um conflito com a hiperpotência EUA retardaria a modernização da China em muitos anos.

A China só poderá obter o ambiente externo estável de que necessita se conseguir criar um relacionamento construtivo com os EUA. Mas o crescente poderio chinês nos planos político e econômico, e também militar, é um tema recorrente nos EUA. Os empregados americanos receiam que as importações baratas da China venham ameaçar seus empregos, e no Congresso o clima em relação à China é extremamente negativo. Para alguns ameri-

2. Hu Jintao. Stepping up friendship and mutual trust, promoting common development, Discurso no Parlamento do Vietnã, Hanói, 1º de novembro de 2005.

canos, mesmo o lançamento bem-sucedido da nave espacial Shenzhou VI levantou receios de um possível desafio chinês ao domínio americano no espaço, tal como há 50 anos o lançamento do Sputnik soviético despertara a nação americana.

Segundo uma recente consulta do instituto de pesquisa de opinião Harris, dois terços (67%) dos americanos pensam que nos próximos dez anos a China se tornará uma grande potência econômica. Ao mesmo tempo, mais de um terço dos inquiridos indicou estar muito ou extremamente preocupado com a potência econômica da China. Mais da metade (53%) achava que a China exerceria uma influência negativa sobre o futuro da economia americana. Mais da metade (52%) estava muito ou extremamente inquieta com o crescimento do poderio militar da China durante os próximos dez anos.³ As diferenças sino-americanas aparecem em muitas áreas: no comércio, no câmbio, na proteção à propriedade intelectual, nos direitos humanos etc. Mesmo assim não convém superestimar os problemas nos relacionamentos. Como todos os seus antecessores, o atual governo americano entendeu que os EUA pouco teriam a ganhar se criassem inimizade com a China. Nas palavras do presidente Bush, “é importante para o governo manter bons relacionamentos em todas as áreas de trabalho. E é isso que fazemos, e não só no interesse das populações dos nossos dois países, mas no interesse do mundo inteiro.”⁴ Ambos os países continuam promovendo visitas mútuas de alto nível, como recentemente a visita do presidente Bush à China.

Um ponto potencialmente crítico nas relações sino-americanas é Taiwan. A China observa com muita atenção aqueles grupos em Taiwan que defendem a independência e deixou muito claro que não hesitará em intervir militarmente se Taiwan se encaminhar para a independência. A maneira como a situação se desenvolverá em ambos os lados do Estreito de Taiwan dependerá da atitude dos EUA. No ano passado pareceu haver um risco real de que Taiwan avançasse demais e fosse provocar um conflito que teria arrastado tanto os EUA como o Japão. Entrementes a tensão se aliviou. Tanto publicamente como em diálogos confidenciais com a liderança taiwanesa, os EUA deixaram clara sua persistência na política da China única. O Japão e os EUA declararam em conjunto que consideram o Estreito de Taiwan como matéria comum de segurança. A China promulgou a lei anti-secessão.

3. Harris – Consulta interativa pela internet, 11–17.10.2005, *Wall Street Journal*, 14.11.2005.

4. Diálogo com o presidente, Phoenix Television, White House, 8.11.2005.

Taiwan sabe, agora, que a independência não é opção. Prudentemente, neste ano a China convidou os líderes da oposição Taiwanesa, Lien Chan e James Soong, a visitar Pequim. Isto revelou flexibilidade e lembrou a população de Taiwan de que será vantajoso para ela cooperar com a China. Tudo isso estabilizou a situação.

É natural que uma potência continental como a China busque dominar todo o leque do potencial militar a fim de zelar pela sua própria segurança e proteger seus interesses fundamentais. Até os analistas americanos reconheceram isso.⁵ Contradizem assim a opinião do ministro da Defesa americano, Donald Rumsfeld, de que a China não precisaria melhorar seu potencial militar. Ainda que a esta altura um conflito com Taiwan se tenha tornado menos provável, os EUA continuam preocupados com as crescentes capacidades da China, razão por que mantêm irrestritamente em pé seu embargo de armamentos à China e são decididamente contra os planos europeus de cancelamento do embargo de armas da UE. Por isso é importante que a China assegure às outras potências seu papel construtivo na preservação da paz e da estabilidade na região, revelando máxima transparência em suas ações e participando de diálogos de segurança e de medidas que fomentem a confiança.

O verdadeiro desafio nas relações entre os EUA e a China é que ambos os lados se conscientizem dos seus interesses estratégicos num relacionamento cooperativo, sabendo ao mesmo tempo lidar com os atritos que inevitavelmente surgirão de tempos em tempos. O início do diálogo estratégico entre ambos os governos é um desenvolvimento positivo. Convirá que ambos os lados prossigam em busca de meios construtivos de intercâmbio de opiniões e que abordem seus problemas abertamente para evitar mal-entendidos.

2. O RELACIONAMENTO DA CHINA COM O JAPÃO

As relações intra-asiáticas da China com o Japão são as mais sensíveis. A ascensão da China exercerá uma influência ainda mais drástica sobre o Japão que sobre os EUA. Em 20 anos a economia chinesa terá crescido para o quádruplo do seu tamanho atual e provavelmente terá ultrapassado o Japão como maior economia da Ásia.

5. China's Military – Rumsfeld ventures into the Middle Kingdom, *International Herald Tribune*, 18.10.2005.

Uma das problemáticas não resolvidas mais importantes entre a China e o Japão refere-se à herança da Segunda Guerra Mundial. Uma nova geração de japoneses quer que o Japão seja um país “normal” e que desempenhe um papel maior no mundo. O primeiro ministro Koizumi e seu novo gabinete expressam esse clima. Todavia, diferentemente da Alemanha, o Japão ainda não resolveu o seu passado. Qualquer criança alemã é informada na escola sobre os crimes de guerra dos nazistas e o holocausto. Desta forma, a Alemanha se reconciliou com seus antigos inimigos e criou uma nova base para a cooperação na Europa. Mas entre o Japão e os países que este invadiu, tal processamento e reconciliação não ocorreram. Portanto, sempre que as repartições governamentais japonesas aprovam para uso escolar novos livros didáticos que excluam o passado bélico do Japão, ou quando políticos japoneses visitam o templo Yasukuni, que abriga os restos mortais dos principais criminosos de guerra, isto reabre antigas feridas, não somente para a China, mas também para a Coreia do Sul e todos os outros países que sofreram com a brutalidade da ocupação militar japonesa.

O problema da história não pode ser resolvido do dia para a noite, mas nenhum dos dois países deseja uma confrontação. Conforme disse um dos líderes japoneses, se os EUA combaterem a China, as relações entre os dois países serão restabelecidas depois de 20 ou 30 anos, mas se o Japão combater a China, ambos permanecerão inimigos por 100 anos. Grande parte do público japonês compreende isso. Mesmo no que diz respeito às visitas do primeiro ministro Koizumi ao templo Yasukuni, as pesquisas revelam equilíbrio entre concordância e crítica no Japão.

A atual situação, porém, é fundamentalmente diferente daquela das décadas de trinta e quarenta. Passaram-se 60 anos desde o fim da guerra. A China agora está unida e forte, e é uma potência nuclear. O Japão tem hoje como segurança adicional a aliança de segurança nipo-americana. É inimaginável que o Japão alguma vez repita a trágica história da guerra sino-japonesa ou da Guerra do Pacífico. Ambos os lados precisam encontrar um meio de encerrar esse capítulo e de andar para a frente. Isto é imprescindível para a estabilidade da Ásia e a futura cooperação e integração da região.

Apesar das tensões políticas nas relações bilaterais, a cooperação econômica vem crescendo. A China já ultrapassou os EUA e tornou-se o maior parceiro comercial do Japão. O Japão é uma das principais fontes de investimentos e tecnologia dirigidos à China. Também as relações humanas mútuas se fortaleceram. Assim, os estudantes chineses vêm privilegiando as universidades japonesas em relação às americanas. Um desses estudantes ob-

servou: “As relações entre Japão e China se estreitarão no futuro ... eu gostaria de agir como ponte entre ambos os países”.⁶ Com o tempo, tais intercâmbios podem cooperar para melhorar a compreensão mútua e ajudar ambos os lados a superar seu passado.

3. A CHINA E A ÍNDIA

A China não é a única grande economia emergente na Ásia. Também a Índia se encontra em ascensão. É verdade que só na década de noventa iniciou as reformas e a abertura da sua economia excessivamente regulamentada e isolada; portanto, mais de uma década depois da China. Inicialmente o avanço foi lento, mas nos últimos anos a Índia fez grandes progressos, em parte porque os indianos reconheceram o desafio da China e constataram que não têm opção.

Para a Índia será mais difícil que para a China desenvolver-se e reformar sua economia. A Índia forma uma sociedade muito heterogênea, com muitos idiomas e grupos étnicos, distribuídos por 35 estados e territórios federativos com os mais diferentes interesses. Seu sistema político de diversos partidos que juntos formam uma coalizão é desfavorável para nítidos direcionamentos e uma configuração política eficiente. A burocracia está fortemente estabelecida e profundamente enraizada, resistindo às mudanças.

Mas a Índia também pode apoiar-se numa série de vantagens. A população do país é jovem – a longo prazo, este é um importante fator de crescimento – e muitos indianos falam inglês. Além disso, a Índia dispõe de um sistema judiciário comprovado e eficaz. Existem ali muitos empresários talentosos e empresas dinâmicas no setor privado, que já estão na linha de largada, esperando apenas que as reformas sejam aplicadas. No nível estadual existem alguns governos orientados para o desenvolvimento. A Bengala Ocidental, por exemplo, tem um governo comunista-marxista, que, no entanto, atua de forma pragmática e favorável ao empresariado. O ministro chefe compreende que a Índia precisa manter-se emparelhada com a China num mundo em rápida mudança. Ele disse que “a lição, que (a Índia) aprendeu do colapso da União Soviética e da China, se chama ‘reforma’ – e desempenho ou ruína.”⁷

6. Economic ties binding Japan to rival China, *New York Times*, 31.10.2005.

7. Bengal Tiger: Calcutta is transformed from marxist redoubt into India's latest hotspot, *Financial Times*, 20.10.2005.

Em termos genéricos pode-se partir do pressuposto de que a Índia se abrirá cada vez mais e se revelará um importante parceiro, tanto regional como internacional. As relações sino-indianas estão sendo ampliadas. O comércio bilateral cresceu rapidamente – cresce a quantidade de bens importados da China, entre eles os Ganeshas (deuses-elefantes hindus) de alta qualidade. Ambas as partes já estão avaliando a possibilidade de um acordo de livre comércio. Assinou-se também um *Memorandum of Understanding* para dirimir antigos conflitos fronteiriços. Isto representou um alívio para todos os países asiáticos, porque ninguém quer ver duas potências nucleares se digladiando.

Também os EUA cultivam suas relações com a Índia para suplementar suas relações com a China. Quando o primeiro ministro indiano Manmohan Singh visitou os EUA em julho de 2005, foi saudado ali efusivamente e ambos os países assinaram um acordo sobre a utilização pacífica da energia nuclear. Alguns comentaristas acharam que a Índia e os EUA se aproximariam mais para cercar a China, mas a Índia certamente tem planos próprios. Segundo o primeiro ministro Singh, “o mundo é suficientemente grande e pode dar conta do crescimento e das ambições dos nossos dois países. Não vejo nosso relacionamento com os EUA como concorrência com a China. Estou numa feliz expectativa da ampliação das nossas relações com a China”.⁸

4. O PAPEL DA CHINA NO SUDESTE ASIÁTICO

Os dez países da ASEAN representam uma importante parte da Ásia. Como grupo de países, a ASEAN engloba 550 milhões de habitantes e perfaz cerca de 10% da população mundial. Em conjunto, tem o terceiro maior produto interno bruto da Ásia. Os países da ASEAN perceberam como a China e a Índia estão se transformando e estão em via de intensificarem suas ligações com ambos os países, a fim de tirarem proveito do crescimento de ambos. Ao mesmo tempo os países da ASEAN também reforçam a cooperação dentro do grupo, para que os membros individuais se tornem parceiros mais eficientes da China e da Índia em vez de serem empurrados para a margem com o impulso destes.

A política da China em relação à ASEAN revela a habilidade e a persistência desse país para cultivar relacionamentos mediante aplicação de

8. India's strategic ties, *Straits Times*, 1.6.2005.

soft power visando interesses de longo prazo. A China se arranja sistemática e ativamente com a ASEAN. No Mar do Sul da China, onde ela e vários países da ASEAN reivindicam direitos superpostos, a China tratou desses conflitos de forma retraída. A China concordou com uma declaração conjunta com a ASEAN que busca reduzir o risco de um confronto e celebrou individualmente acordos bilaterais sobre a utilização comum da área com outros reivindicantes. Quanto ao comércio, a China está prestes a celebrar um acordo de livre comércio com a ASEAN, não só para tirar proveito comercial disso, mas também para fundamentar relacionamentos bons e duradouros com uma região rica em recursos, que poderia revelar-se proveitosa. O “capítulo sobre bens” desse acordo de livre comércio já está engatado, enquanto acordos similares com a Índia e o Japão ainda estão na fase de negociações. Além disso, a China participa ativamente de diversos fóruns regionais, inclusive do processo “ASEAN-Plus” e do “Fórum Regional da ASEAN” (ARF).

Todos os países da ASEAN encaram de modo positivo um relacionamento mais estreito com a China. No entanto, não querem que isto seja uma parceria exclusiva. Desejam uma política externa independente que avance em várias direções, cultivando ao mesmo tempo os vínculos econômicos e políticos com outros países importantes. Esta é uma base mais robusta para a prosperidade que uma constelação em que todo referencial comece ou termine pela China. Por isso a ASEAN vem desenvolvendo seu relacionamento com a Índia, mas ao mesmo tempo também aprofunda seus tradicionais vínculos com os EUA, o Japão e a UE. Em termos gerais, a ASEAN favorece um quadro aberto para cooperação regional na Ásia.

5. UM QUADRO ABERTO PARA COOPERAÇÃO REGIONAL

Além de relações estáveis com a China e as grandes potências, a Ásia precisa da arquitetura certa para a cooperação regional e internacional. A ascensão da China fortalece a cooperação interna no sudeste asiático, mas a Ásia faz parte da região maior Ásia-Pacífico e da economia global. Não é desejável para a Ásia permanecer como bloco fechado na margem ocidental do Pacífico ao qual se oponha um contrabloco na margem oriental, com os EUA como centro. Isto levaria inevitavelmente a rivalidades e conflitos. Os EUA são um participante importante e construtivo na região asiático-pacífica, independentemente das suas relações bilaterais com a China. No sudeste asiático, os EUA são imprescindíveis na guerra contra o terror islâmico. Acrescenta-se a isso que empresas multinacionais americanas promovem investimentos e empre-

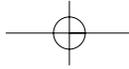
gos de um modo como as empresas chinesas e indianas não foram capazes de fazer até agora.

Pequim tem enfatizado seu apoio a uma arquitetura regional aberta e também que não tem intenção de formar um grupo fechado, dominado pela própria China. Recentemente, o conselheiro de estado chinês Tang Jiaxuan disse que “uma cooperação na Ásia Oriental não deveria excluir outros países ou regiões, e não o fará. Caso contrário, não seria do interesse da Ásia Oriental. Deveríamos abordar nossa cooperação de forma aberta e juntar-nos com outras formas de cooperação regional, sub-regional e internacional, de modo a nos complementarmos com nossas forças e podermos ajudar-nos e apoiarmos no desenvolvimento de cada um.”⁹ Os EUA e os países asiáticos observarão atentamente a maneira como a China aplicará essa política. Esta é a abordagem principal para assegurar a todos os países um ambiente estável e favorável, no qual haja crescimento e prosperidade. Ao longo deste ano, a ASEAN dará início a um reagrupamento da cooperação regional, a chamada Cúpula da Ásia Oriental (EAS). Na arquitetura regional, a posição da EAS se situa entre a ASEAN como subgrupo regional e a APEC,¹⁰ que abrange ambos os lados do Pacífico. Inicialmente, a EAS incluirá a ASEAN, seus três interlocutores do nordeste asiático (China, Japão e Coreia do Sul), mais a Índia, a Austrália e a Nova Zelândia. Esta ampla participação reflete o padrão da cooperação regional em formação na Ásia. Também reduz o perigo de que a EAS se transforme num agrupamento hostil aos EUA, uma vez que vários dos seus integrantes mantêm relações estreitas com os EUA.

Em conjunto, a ASEAN, a EAS e a APEC constituem os componentes de uma arquitetura regional aberta que atende a todas as potências importantes na Ásia. A ASEAN é a chave para todas essas estruturas. A ASEAN não ameaça ninguém e deseja relacionar-se bem com todas as potências importantes. De certo modo, a ASEAN oferece o núcleo em torno do qual os outros grupos multirregionais podem estabelecer-se.

9. Observações por ocasião da solenidade de abertura do Terceiro Fórum da Ásia Oriental, Pequim, 31.10.2005.

10. Asia Pacific Economic Cooperation (nota de revisão).



6. A UNIÃO EUROPÉIA: A PEÇA QUE FALTA NO QUEBRA-CABEÇA

113

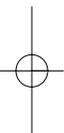
integração em uma nova ásia

Também é importante que a Europa possa participar do crescimento e da prosperidade da Ásia. À medida, então, que a nova arquitetura asiática começa a tomar forma, é necessário que a Europa passe a desempenhar um papel maior na região, que corresponda à sua grandeza e potência econômica. Isto proporcionará a ambos os continentes participações no sucesso do outro e levará a uma forma mais estável e integrada de cooperação mundial.

Quando em 1989 se criou a APEC e logo em seguida se instituiu o mercado interno europeu, surgiram preocupações de que a Europa pudesse introverter-se e de que o novo grupo APEC pudesse excluir a Europa da área Ásia-Pacífico. Felizmente nenhum dos dois receios se concretizou. Em lugar disso, a formação do grupo APEC promoveu a aceleração da liberação econômica e encorajou as grandes potências econômicas a encerrar com sucesso as negociações da rodada Uruguai.

O acelerado desenvolvimento da Ásia e as possibilidades daí resultantes, especialmente na China, já envolveram a Europa. O comércio vem crescendo rapidamente, a UE é o maior parceiro comercial da China e a China é o segundo maior parceiro comercial da UE. Em setembro a UE realizou reuniões de cúpula em Pequim com a China e em Nova Délhi com a Índia. As relações culturais também vêm ganhando importância – no ano passado a França celebrou um “ano da China na França” e neste ano a China respondeu com o “ano da França na China”.

No entanto, uma resposta abrangente da Europa às transformações na Ásia precisa ir além da promoção das exportações e do intercâmbio cultural. Para poder aproveitar plenamente as possibilidades na Ásia e levar avante o desenvolvimento da posição européia num mundo que se modificou, a Europa precisa assumir uma posição aberta em relação à globalização. Os países europeus precisam estar dispostos a se adaptar, a se reestruturar e a competir internacionalmente. Isto terá grandes efeitos sobre a estrutura social da Europa. Quando se observa o referendo francês com o qual se rejeitou a nova constituição da UE, o resultado dúbio das eleições parlamentares alemãs ou a forte resistência a uma ampla liberalização do mercado na rodada Doha das negociações da OMC, nota-se que os cidadãos europeus têm na melhor das hipóteses um comportamento ambíguo quando se trata de temas como a globalização ou reformas econômicas e sociais. Os cidadãos da UE precisam decidir que modelo social será introduzido e até que ponto assumirão a glo-



balização e as mudanças. Caso a Europa se decida a preservar o *staus quo* numa época em que a Ásia está em crescimento e os EUA vêm consolidando suas relações com essa região, ela terá de pagar um preço elevado e perderá não somente crescimento econômico e vitalidade, mas também influência internacional.

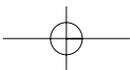
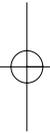
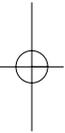
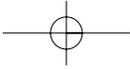
Além de centrar sua atenção na China, conviria que a Europa também ampliasse suas relações com outras partes importantes da Ásia, na região da ASEAN, na Índia e no Japão. Assim poderá participar plenamente das possibilidades de toda a região. A Europa têm muitos vínculos históricos com a ASEAN e já é agora um importante parceiro comercial e de investimentos do grupo. A ASEAN, por seu lado, já iniciou em 1978 um diálogo de parceria com a UE, que acabou sendo estabelecido com apoio decisivo da Alemanha. Com base nisso, a Europa pode continuar a desenvolver e aprofundar suas atividades com a ASEAN.

Um empecilho na cooperação entre a Europa e a ASEAN tem sido o tema Mianmar. Devido à Política Externa e de Segurança Comum (PESC), todas as reuniões importantes da UE com a ASEAN são dominadas por este único tema. Embora Mianmar sem dúvida seja importante, as relações ASEAN-UE não deveriam tornar-se reféns desse tema. A ASEAN constitui o cerne dos diversos componentes da cooperação econômica asiática. A Europa deveria definir e sinalizar um interesse estratégico mais amplo na ASEAN, tal como já fazem outras grandes potências, e incluir mais intensamente os países da ASEAN, tanto individualmente como também como grupo. Se neste momento decisivo a Europa não quiser engajar-se no grupo ASEAN, ela se arrisca a tornar-se politicamente irrelevante enquanto a nova arquitetura da região vai tomando forma. O desenvolvimento da China é um projeto importante – único e inédito na história. A adaptação mundial a essa nova paisagem asiática não será isenta de dificuldades, mas o que está em jogo é importante demais para se poder permitir seu fracasso. A China encontra-se hoje em uma fase histórica de transformação que melhorará a vida de mais de um bilhão de pessoas e que representará enormes vantagens para a região e o mundo. As dificuldades podem e devem ser superadas e uma China em ascensão poderá ser integrada pacificamente em uma nova Ásia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENGAL TIGER: Calcutta is transformed from marxist redoubt into India's latest hotspot, *Financial Times*, 20.10.2005.
- CHINA'S MILITARY – Rumsfeld ventures into the Middle Kingdom, *International Herald Tribune*, 18.10.2005.
- ECONOMIC TIES binding Japan to rival China, *New York Times*, 31.10.2005.
- HARRIS (Instituto de Pesquisa) – Consulta interativa pela internet, 11–17.10.2005, *Wall Street Journal*, 14.11.2005.
- HU Jintao. *Stepping up friendship and mutual trust, promoting common development*, Discurso no Parlamento do Vietnã, Hanói, 1º de novembro de 2005.
- INDIA'S STRATEGIC Ties, *Straits Times*, 1.6.2005.

LEE HSIEN LOONG é desde agosto de 2004 primeiro ministro e ministro da Fazenda de Cingapura. Filho do primeiro primeiro ministro Lee Kuan Yew, estudou Matemática e Ciência da Computação em Cambridge e Administração Pública em Harvard.



Brasil-China: *uma relação sul-sul*

117

HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

O atual processo de desenvolvimento econômico da China suscita, entre outras, três questões pertinentes:

- A China apresenta um modelo de desenvolvimento a ser copiado pelos países não desenvolvidos?;
- A China é uma economia de mercado?;
- A China é uma potência mundial?

Sem que se tenha a pretensão de, neste ensaio, aprofundar estes temas, parte-se do princípio de que todo o processo de inserção internacional e desenvolvimento chinês, desde o seu início em 1978, detém uma característica que o identifica e o torna específico e único: *a autonomia*.

Isto é, o *modelo* de desenvolvimento chinês não se iniciou como um projeto definido, nem seguindo orientações de instituições externas, sendo construído no dia-a-dia, com um conteúdo essencialmente pragmático e voltado a solucionar as questões do momento, a estagnação da agricultura e a reativação da economia com capitais e tecnologia externos.

Por isso mesmo, esquematicamente, pode ser classificado como um processo endógeno, gradual (espacial e temporal), com uma forte presença do

Estado, tanto na propriedade de empresas quanto no exercício de um papel regulador, e direcionado à produção para exportação. Além disso, a China foi significativamente beneficiada, de um lado, pelo papel desempenhado por sua diáspora no direcionamento de investimentos externos diretos e pelo fato de estar inserida numa região de forte dinamismo econômico e, de outro, pelo aval que obteve desde o início por parte dos Estados Unidos.

Compreende, portanto, um sistema que aceita que o mercado deve jogar um papel relevante na distribuição dos recursos, mas que deve dar-se em conjunto com a função orientadora e de controle do Estado para evitar efeitos desastrosos não desejados, como concentração, exclusão e marginalidade social.¹

Evidentemente que estas perspectivas de controle por parte do Estado e manutenção de autonomia chocam-se com a ampliação das dependências ou interdependências decorrentes da maior complexidade e diversidade de interesses em sua inserção internacional. Detectam-se assim, por exemplo, contínuos e significativos superávits comerciais em seu relacionamento com o Ocidente enquanto que no relacionamento com os países da Ásia a regra é a permanência de déficits. Neste sentido, pode-se considerar, e a China assim raciocina, que cada vez mais ela é dependente de setores e fatores externos, ficando sua economia vulnerável a estes agentes externos.

Ainda que as estatísticas do crescimento de sua economia sejam impressionantes, a China mantém a percepção de sua fragilidade e vulnerabilidade na consideração, em primeiro, das fortes assimetrias internas pela alta concentração de seu desenvolvimento nas regiões costeiras e, em segundo, pelo fato de apresentar competitividade internacional em bens de consumo intensivos em mão-de-obra,² enquanto que é totalmente dependente de tecnologias e de serviços.

No plano da percepção dos interesses políticos e da disputa entre as principais potências, a China considera que seu desenvolvimento está diretamente correlacionado com o confronto, no espaço asiático, entre Estados Unidos e Japão e, no espaço global, ao impasse observado entre estas duas potências mais a União Européia.

-
1. Corresponde ao que se convencionou chamar de *economia socialista de mercado*, ou seja, a articulação de uma economia de propriedade pública que interage com outros setores econômicos sob condições de mercado.
 2. Equipamentos elétricos e eletrônicos, utilidades domésticas, vestuário, têxteis e calçados.

Esta aparente contradição entre uma China forte e uma China frágil e vulnerável, mas principalmente a contradição entre uma China que busca manter sua autonomia e uma China dependente do sistema internacional, constitui a principal base para o raciocínio que estará sendo desenvolvido de que o relacionamento sino-brasileiro esteve e ainda está alicerçado na percepção mútua da importância que a estratégia de cooperação sul-sul apresenta para ambos os países e suas respectivas políticas externas.

I. TERCEIRO MUNDO E COOPERAÇÃO SUL-SUL

Até o final da Guerra Fria, não houve propriamente um relacionamento Brasil-Ásia. Ainda que presente em discursos, principalmente a partir da política externa independente no governo Jânio Quadros, constatou-se, na realidade, somente uma interação, no plano multilateral, de construção de uma agenda política comum a países em desenvolvimento no processo de defesa de instauração de uma nova ordem econômica internacional.

A intensificação das relações com o mundo afro-asiático seria consequência da necessidade de autodeterminação não só nacional, mas também do contexto afro-asiático com vistas à superação mútua do subdesenvolvimento.

Dentro desta perspectiva de cooperação sul-sul, a política externa brasileira nitidamente envolveu-se mais com o continente africano, desenvolvendo o que se chamou de *política africana*. Esta política claramente representou, enquanto emblema, o envolvimento brasileiro com as perspectivas de geração de uma nova ordem econômica internacional ou com sua política de Terceiro Mundo.

A China foi o único país da Ásia com o qual o Brasil conseguiu estabelecer laços significativos no contexto da cooperação sul-sul. Após o restabelecimento das relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974, a parceria sino-brasileira objetivou uma ação conjunta em tópicos de interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional. Apesar das diferenças em relação aos sistemas políticos, ambos, Brasil e China, demonstraram similaridades em alguns princípios de política externa, principalmente a determinação em assegurar a autonomia internacional, sua ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se assim a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos.

China e Brasil apresentaram também posicionamentos similares em relação a outras questões internacionais, tais como a oposição à diplomacia de direitos humanos dos Estados Unidos e a responsabilidade comum à coope-

ração multilateral sul-sul, em especial a oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos.³

Vale a pena lembrar que, no final dos anos 60, a política externa brasileira, após a interrupção no primeiro governo da Revolução, estava retomando as perspectivas da política externa independente. Assim, já no início do governo Costa e Silva, o Brasil recusava-se a assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear, voltava a enfatizar a importância da participação nos fóruns multilaterais, e, entre outras ações, recuperava seu papel de relativa liderança na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento (UNCTAD). O Brasil estava apostando enfaticamente na agenda do Terceiro Mundo e, conseqüentemente, visualizou a República Popular da China, retomando sua cadeira no Conselho de Segurança da ONU e defendendo os mesmos ideais, como um promissor parceiro na defesa de interesses comuns.

A China, por sua vez, buscava igualmente um lugar próprio na política mundial. Deng Xiaoping, em 1972, anunciava o fim do “Campo Socialista” e se identificava como pertencendo ao Terceiro Mundo e Mao Zedong, em 1974, desenvolvia a “Teoria dos Três Mundos”.⁴ Com base neste novo conceito, a partir de 1969, a China passou a diminuir seu apoio aos movimentos revolucionários da América Latina e buscou desenvolver uma diplomacia estratégica de governo a governo, prometendo respeitar o princípio de não interferência nos assuntos internos.⁵

Aponta-se, de um lado, que, para a política externa brasileira, com forte atuação nos fóruns multilaterais e com ênfase nas teses do Terceiro Mundo, a

3. SHANG, Deliang. *Political cooperation between China and Brazil vs. Multi-Polarization*. Paper apresentado no Seminário Brasil-China. Rio de Janeiro: IPRI, novembro 1999. Documento não publicado.
4. A Teoria dos Três Mundos contrapunha-se ao conceito de Zonas Intermediárias. No conceito de Zonas Intermediárias, o mundo estaria dividido em três zonas, sendo a primeira composta pelos países capitalistas, a segunda pelos países socialistas e a terceira pelos países em desenvolvimento e pelos pequenos países capitalistas. Já a Teoria dos Três Mundos contrapunha-se à divisão do mundo na perspectiva ideológica Leste-Oeste, considerando a divisão em termos de níveis de desenvolvimento. Assim, o primeiro mundo seria composto pelos Estados Unidos e pela União Soviética, o segundo pelos países desenvolvidos da Europa, mais o Japão, Austrália e Canadá, sendo que o terceiro mundo seria composto pelos países em desenvolvimento.
5. MANN, Stefanie. *Discovery of a Terra Incognita: five decades of Chinese foreign policy towards Latin America*. Mainz: Institut für Politikwissenschaft. Dokument und Materialien n. 31, 2002.

reaproximação com a China era fundamental para dar credibilidade e legitimidade à ação brasileira.

2. COOPERAÇÃO SUL-SUL E PARCERIA ESTRATÉGICA

Na década de 1990, em decorrência do fim da Guerra Fria e início do processo de reestruturação internacional visando uma redefinição do sistema internacional, bem como das regras que pudessem configurar um novo padrão de relacionamento internacional, o Brasil apresentou alguns ajustes em suas estratégias de inserção internacional, com o Leste Asiático passando a ter expressão estratégica no processo de inserção internacional do Brasil, com conteúdo tanto econômico quanto político.

No plano político, a partir do crescimento da percepção de que: i) o processo de redefinição da ordem internacional, nos diferentes planos, será longo e exigirá intensas negociações; ii) a dificuldade de acertos globais induz a soluções locais que intensificam a tendência ao regionalismo; e que iii) a América do Sul tende a permanecer na esfera de influência norte-americana, o Brasil passou a atuar, estrategicamente, com dois objetivos: um, de fortalecimento da região sul-americana enquanto base de inserção internacional e, outro, de ampliação de relações com os diferentes pólos regionais. Neste sentido, apesar do relacionamento mais tradicional com os Estados Unidos e com a Europa, a relação com a Ásia passou a ser prioritária enquanto instrumento de negociação com os dois outros pólos.

Assim, enquanto anteriormente o relacionamento brasileiro com a Ásia estivera restrito às relações com o Japão, na década passada este relacionamento adquiriu novo vigor pela maior presença tanto da Coreia do Sul e dos países do Sudeste Asiático, quanto da China que, em decorrência de seu desenvolvimento acelerado, não é mais só um ator político, mas igualmente um forte mercado consumidor além de fornecedor.

Considerando-se o potencial de aprofundamento das relações a longo prazo, a expressão *parceria estratégica*, cunhada em 1993 pelo primeiro ministro chinês, Zhu Rongji, passou a ser amplamente utilizada pelos dois países.

No plano político, um ponto central da agenda internacional dos dois países referia-se às suas pretensões em relação à Organização Mundial do Comércio (OMC) e à Organização das Nações Unidas (ONU). A China utilizava-se de seu assento permanente no Conselho de Segurança para se aproximar dos países em desenvolvimento e neste sentido acenava com

a possibilidade de apoiar o interesse brasileiro em aceder ao Conselho de Segurança.⁶

De outro lado, o Brasil, em seu posicionamento por regras mais adequadas no comércio internacional e defendendo o sistema multilateral de comércio, apoiava a entrada da China na OMC e, após seu acesso, passou a considerar que a China, apesar de seu grande desenvolvimento econômico, é ainda um país com características e problemas similares aos dos não desenvolvidos e que, conseqüentemente, poderá participar em muitas questões dos processos negociadores internacionais do lado dos países em desenvolvimento.

A parceria estratégica ganhou um contorno mais definido na área de cooperação técnica e científico-tecnológica, com o trabalho conjunto para o desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto (CBERS).⁷ Firmado inicialmente em 1988, o acordo foi ampliado em 1995, planejando-se produzir mais dois satélites, além dos dois inicialmente previstos. Os satélites permitirão aos dois países uma independência na área de imagens por satélites, possibilitando-os inclusive a passar de usuários a exportadores desse tipo de serviço. O primeiro satélite foi lançado em 1999 e o segundo satélite teve seu lançamento em 21 de outubro de 2003.

Cunha destaca o fato de que o projeto de cooperação espacial teve significado especial para o governo chinês por se tratar de um modelo de cooperação sul-sul, uma das prioridades da ação diplomática chinesa. Não havendo, até o momento, nenhum projeto de cooperação similar no segmento de satélites entre as nações em desenvolvimento, tampouco na cooperação norte-sul.⁸

6. Ainda que se aceite a hipótese de que a China apóia o interesse brasileiro em ter acesso ao Conselho de Segurança da ONU, a tentativa desenvolvida em 2005 pelo G4 (composto por Alemanha, Brasil, Índia e Japão) teve forte oposição da China. Não há dúvidas de que a oposição não se referia diretamente ao Brasil, mas em especial ao Japão e à Índia.
7. “Em julho de 1988, durante uma visita do presidente José Sarney, os governos do Brasil e da República Popular da China assinaram um acordo para iniciarem um programa de desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto. O Projeto CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) agrega a capacidade técnica e os recursos financeiros dos dois países para estabelecer um sistema completo de sensoriamento remoto competitivo e compatível com as necessidades internacionais atuais”. SANT’ANA, Carlos Eduardo & COELHO, José Raimundo Braga. “O projeto CBERS de satélites de observação da Terra”. *Parcerias Estratégicas*, 7: 189, setembro/1999.
8. CUNHA, Lílian Fernandes. *Em busca de um modelo de cooperação sul-sul - o caso da área espacial nas relações entre o Brasil e a República Popular da China (1980-2003)*. Brasília: Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado, 2004. p. 79

A cooperação está ainda sendo estendida a outros setores, como biotecnologia, informática e desenvolvimento de novos materiais. E na área de saúde estão em andamento iniciativas conjuntas no combate à AIDS, na produção e comercialização de genéricos e remédios de medicina tradicional e na pesquisa de novos medicamentos.

Independentemente das discussões sobre o momento inicial da tendência da política externa brasileira de relacionamento com os países em desenvolvimento, aí incluídos os também denominados de emergentes, como a China, Índia, África do Sul e Rússia, não há dúvidas de que os governos Fernando Henrique e Lula, mantendo as propostas de *universalização* da política externa, privilegiam de maneira especial o contato com estes estados.

De um lado, pode-se aventar a hipótese de que a principal motivação decorre do fato destas parcerias corresponderem a mercados emergentes, com amplas possibilidades de absorção de produtos brasileiros e de fornecimento de insumos ou de investimentos requisitados pelo Brasil. De outro lado, no entanto, compreendem espaços políticos, com forte expressão regional e, precipuamente, com perspectiva de atuação conjunta em organismos internacionais.

Esta última proposição reveste-se de significância, a partir da percepção de que, desde o final da Guerra Fria, desenvolve-se um processo de redefinição do sistema internacional e similarmente de reordenamento internacional, com um impasse contínuo na definição das regras que possam reger o comércio internacional. Neste sentido, em adequação ao atual momento conjuntural das relações internacionais, o que se busca é a formação de uma frente, entendida como um processo de cooperação sul-sul, para discussão e defesa conjunta de interesses relativamente mútuos entre estes países frente aos desenvolvidos.

Sob nenhuma perspectiva, pode-se raciocinar que se tenha o objetivo de constituição de um movimento em oposição ou de repulsa ao relacionamento com os países desenvolvidos. O que se visa é uma estratégia de posicionamento comum frente ao atual estágio de negociação nos diferentes fóruns multilaterais.

De acordo com esta linha de pensamento, a China, com seu impressionante crescimento econômico, não deixa de representar uma grande oportunidade para a ampliação das relações comerciais e econômicas entre os dois países. Desnecessário apontar os setores, da agricultura a manufaturados, da cooperação tecnológica a serviços de engenharia, de áreas estratégicas como siderurgia e hidrocarbonetos a patentes de produtos farmacêuticos, entre tantos outros que se abrem para a possibilidade de uma cooperação frutífera a ambos.

No entanto, pode-se apontar como um fator favorável à maior presença brasileira no mercado chinês a construção anterior de um clima de confiança mútua e delineando, através de uma ação conjunta no plano internacional, o que se convencionou denominar de uma *parceria estratégica*.

Se a China era privilegiada como um parceiro político, hoje é igualmente um parceiro econômico. No entanto, no plano econômico, aparentemente é o Brasil que mais necessita da China do que a China precisa do Brasil. Nosso principal produto no relacionamento comercial, a soja, sofre grande concorrência do mercado internacional e, em especial, dos Estados Unidos que pressionam a China para ampliação das compras de soja norte-americana como forma de redução do forte superávit bilateral favorável à China.

Desta forma, destaca-se que o relacionamento sino-brasileiro apresenta-se, de um lado, como altamente promissor pela constatação de inúmeras complementaridades no plano econômico e, de outro, pela não recente mas contínua presença em ambos os países, nos últimos trinta anos, de uma real vontade política de estabelecimento de uma cooperação tanto no plano bilateral quanto de atuação conjunta na agenda internacional.

Defende-se, assim, a idéia de que a parceria estratégica entre Brasil e China concentra-se em dois nítidos campos de atuação: um, no da cooperação científico-tecnológica, com vistas a romper o monopólio detido pelos países desenvolvidos⁹ e, outro, no plano político-estratégico, correlacionado às estratégias de alianças no âmbito dos fóruns multilaterais. A perspectiva de parceria estratégica não se insere no rol das relações econômico-comerciais, ao contrário, a China insere-se gradualmente no processo econômico do Leste Asiático e reproduz a relação comercial típica do Leste Asiático com o Brasil e a América do Sul: fornecimento de produtos manufaturados em troca de minérios e produtos agrícolas.

Na visita de Lula à China, em maio de 2004, além de reafirmar a continuidade dos projetos conjuntos de construção de satélites e igualmente de aviões de pequeno porte (Embraer), foram assinados 15 acordos de cooperação em aço, carvão, petróleo e produção de automóveis, destacando-se principalmente: a) os acordos envolvendo a Vale do Rio Doce, produção de aço e

9. Note-se, por exemplo, que a atual competitividade chinesa está concentrada em bens de consumo intensivos em mão-de-obra (eletrônicos, equipamentos elétricos, utensílios domésticos, vestuário, têxteis e calçados). Além do mais, os rótulos "Made in China" mascaram o fato de que a China é o último elo de uma rede produtiva asiática. Por isso, superávits com o Ocidente e déficits com os países do Leste Asiático.

alumínio numa associação com a Baosteel; produção de carvão com a Baosteel e a Yongcheng, produção de bauxita em associação com a Companhia de Alumínio da China; b) instalação de um escritório da Petrobrás em Beijing, sendo que há grande interesse chinês pela tecnologia, desenvolvida pela Petrobrás, de exploração de petróleo em águas profundas; acordo entre a Petrobrás e a Sinopec para exploração e produção conjunta em terceiros países, incluindo África e Oriente Médio; c) foram iniciadas negociações para um acordo de cooperação nuclear, pelo qual o Brasil exportaria urânio enriquecido à China, em troca de financiamento do programa nuclear brasileiro.¹⁰

Mais polêmico do que este conceito de parceria estratégica passou a ser o de reconhecimento da China como *economia de mercado*. Ao contrário do conceito de economia em transição atribuído à China pela OMC, Brasil, Argentina, Chile, Cuba e Venezuela reconheceram o estatuto de economia de mercado para a China. Considerado como um fator inibidor de estabelecimento de salvaguardas comerciais em caso de dumping ou subsídios, o reconhecimento gerou e continua gerando uma extensa série de discordâncias por parte de setores produtivos que se consideram prejudicados pela concorrência chinesa. Este reconhecimento ocorreu durante a visita de Hu Jintao à América do Sul, em novembro de 2004. O primeiro país visitado foi o Brasil, com Hu Jintao permanecendo 5 dias aqui e 2 dias em Buenos Aires e Santiago do Chile. Oviedo¹¹ aponta que a China tinha o Brasil como o ator central, considerando que o reconhecimento por parte do ator regional mais importante influiria na decisão dos demais.

Independentemente de considerações acadêmicas ou econômicas, não há dúvidas de que esta decisão foi eminentemente política e atrelada ao conceito de parceria estratégica, por intermédio da qual se vislumbra a possibilidade de ação em conjunto com a China no processo de redefinição da ordem internacional.

-
10. CORNEJO, Romer. *América Latina ante el crecimiento económico de China*. Texto apresentado na VI Reunión de la Red de Estudios de América Latina y el Caribe sobre Asia-Pacífico (REDEALAP), Buenos Aires, BID-Intal, outubro de 2005. Disponível em www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/Foro_REDEALAP_2005_16_Cornejo.pdf.
 11. OVIEDO, Eduardo Daniel. *Crisis del multilateralismo y auge de la diplomacia bilateral en la relación Mercosur-China*. Texto apresentado na VI Reunión de la Red de Estudios de América Latina y el Caribe sobre Asia-Pacífico (REDEALAP), Buenos Aires, BID-Intal, outubro de 2005. Disponível em www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/Foro_REDEALAP_2005_16_Oviedo.pdf.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvidas que o empresariado e a sociedade brasileira acompanham com um misto de desilusão e ceticismo o relacionamento sino-brasileiro. A grande imprensa reproduz continuamente este descontentamento, enfatizando as imagens de “ameaça chinesa”, de necessidade de estabelecimento de “salvaguardas”, de ingenuidade no reconhecimento de “economia de mercado” etc.

De outro lado, no entanto, aparentemente também está claro que o processo de inserção e desenvolvimento chinês tinha e tem como objetivo final a busca da garantia da sobrevivência integral e autônoma do Estado chinês e do Partido Comunista. E que para a consecução deste objetivo a China não faz transigências, colocando acima de tudo a defesa do interesse nacional. E, por fim, a consciência também de que o êxito de seu modelo de desenvolvimento é dependente da aceitação das regras do jogo internacional.

No entanto, estas regras não são imutáveis, ao contrário representam o resultado de um lento processo negociador e, conseqüentemente, interessa à China participar dos diferentes fóruns negociadores e buscar apoio às suas pretensões.

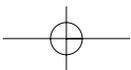
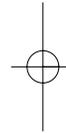
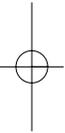
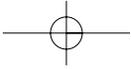
Esta perspectiva corresponde plenamente à estratégia brasileira de negociação de seu *locus* no sistema internacional e está baseada no princípio de que, apesar de suas assimetrias e diferenças, os países do sul apresentam a similaridade de contarem com um sistema de comércio que privilegia os interesses dos países do norte e que, conseqüentemente, é necessária uma ação conjunta para tentar ampliar as possibilidades do sul. Daí então a atual ênfase brasileira na constituição de coalizões, tipo G20 ou G3, ou a importância da parceria com a República Popular da China, seja sob o signo de cooperação sul-sul ou de parceria estratégica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORNEJO, Romer. América Latina ante el crecimiento económico de China. In: VI REUNIÓN DE LA RED DE ESTUDIOS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE SOBRE ASIA-PACIFICO (REDEALAP), Buenos Aires, BID-Intal, out. 2005. Disponível em www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/Foro_REDEALAP_2005_16_Cornejo.pdf.
- CUNHA, Lílían Fernandes. *Em busca de um modelo de cooperação sul-sul - o caso da área espacial nas relações entre o Brasil e a República Popular da China (1980-2003)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

- MANN, Stefanie. *Discovery of a Terra Incognita: five decades of Chinese foreign policy towards Latin America*. Mainz: Institut für Politikwissenschaft. Dokument und Materialien n. 31, 2002.
- OVIEDO, Eduardo Daniel. Crisis del multilateralismo y auge de la diplomacia bilateral em la relación Mercosur-China. In: VI REUNIÓN DE LA RED DE ESTUDIOS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE SOBRE ASIA-PACIFICO (REDEALAP), Buenos Aires, BID-Intal, out. 2005. Disponível em www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/Foro_REDEALAP_2005_16_Oviedo.pdf.
- SANT'ANA, Carlos Eduardo, COELHO, José Raimundo Braga. O projeto CBERS de satélites de observação da Terra. *Parcerias Estratégicas*, 7: 189, set. 1999.
- SHANG, Deliang. Political cooperation between China and Brazil vs. Multi-Polarization. In: SEMINÁRIO BRASIL-CHINA. Rio de Janeiro: IPRI, nov. 1999. Documento não publicado.

HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA é professor de Relações Internacionais e coordenador do Grupo de Estudos Ásia Pacífico da PUC/SP.



Relações comerciais Brasil-China: *um parceiro especial?*

129

LIA VALLS PEREIRA

INTRODUÇÃO

A China foi o terceiro principal mercado das exportações brasileiras e o quarto mercado de origem das importações, no ano de 2005. As elevadas taxas de crescimento econômico da China junto com o seu processo de abertura comercial e adesão às regras multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, tornaram o país um mercado alvo nas estratégias de políticas de comércio exterior para um grande número de países.

O presente artigo destaca o caso das relações comerciais entre o Brasil e a China. A seção seguinte analisa os principais aspectos das relações comerciais Brasil-China e a outra seção conclui o artigo.

I. OS PRINCIPAIS ASPECTOS DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA

A China tem uma população que é 7,25 vezes maior que a do Brasil e um PIB (produto interno bruto) medido pelo poder de paridade de compra 4,8 vezes maior. A China foi o 3º maior exportador mundial de mercadorias, no ano de 2004, e o Brasil ficou em 25º lugar, segundo os dados da OMC.

No comércio mundial, os principais mercados de destino das exportações são os Estados Unidos e a União Européia para os dois países. Na pauta bra-

sileira, a participação dos dois mercados é de 46,8% e da China de 39,2% (ano de 2004). A China está entre os cinco principais mercados de destino das exportações brasileiras – participação de 5,7%. A participação do Brasil na pauta chinesa é de apenas 0,5%. Na pauta de importações do Brasil a participação da China é de 6,2% (quarto mercado) e, na da China, a participação do Brasil é de 1,5%.

1.1 Indicadores do comércio Brasil-China

A importância crescente da China na pauta brasileira de comércio é descrita nas Tabelas 1 e 2.

No caso das exportações, há um pequeno declínio da participação das exportações em relação ao ano de 2003 – o percentual cai de 6,2% para 5,8%, em 2005. A contribuição para o aumento das exportações brasileiras diminuiu de 15,8% para 6,4%. No entanto, deve ser ressaltado o aumento de quase três vezes da participação das exportações da China, que era de 2,5% no período de 1997/2002 para percentuais ao redor de 6% nos anos recentes. No caso das importações, os dados sugerem uma tendência crescente, que é acentuada no ano de 2005. A participação nas importações totais brasileiras foi de 7,3%, o crescimento das importações chinesas foi de 44,3% (as importações totais do Brasil aumentaram 17,1%) e a contribuição da China para o aumento das importações brasileiras foi de 15,3%.

Tabela 1. As exportações brasileiras para a china: 1985/2005

Períodos	Participação nas Export.BR	Crescimento das Export.CH	Crescimento das Export. BR	Contribuição das Export. CH
1985/1990	2,0	-14,1	4,1	-7,5
1991/1996	1,9	37,5	8,6	5,5
1997/2002	2,5	18,3	2,6	19,4
2003	6,2	79,8	21,1	15,8
2004	5,6	20,0	32,0	3,9
2005	5,8	25,6	22,6	6,4

Fonte de dados: SECEX/MDIC

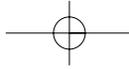


Tabela 2. *As importações brasileiras oriundas da China: 1985/2005*

%

Períodos	Participação nas Import. BR	Crescimento das Import.CH	Crescimento das Import.BR	Contribuição das Import. CH
1985/1990	1,4	-16,6	9,4	-3,3
1991/1996	1,6	54,4	20,5	3,1
1997/2002	2,2	5,9	-4,6	-3,1
2003	4,4	38,2	2,3	55,8
2004	5,9	72,8	30,1	10,8
2005	7,3	44,3	17,1	15,3

Fonte de dados: SECEX/MDIC

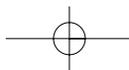
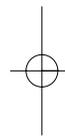
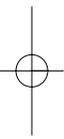
O desempenho dos fluxos comerciais é refletido na balança comercial bilateral Brasil-China. No ano de 2003, o superávit da balança comercial da China aumentou em US\$ 1.812 milhões em relação ao ano anterior, atingindo a cifra de US\$ 2.385 milhões. Após esse ano há uma redução. No ano de 2005, o superávit comercial foi de US\$ 1.480 milhões.

Tabela 3. *Pauta de exportações brasileiras para a China*
Grandes agregados: 1985/2005

%

Anos	Produtos		
	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1985/1990	13,2	29,5	57,3
1991/1996	23,2	45,9	30,8
1997/2002	61,9	18,2	19,7
2003	50,0	23,8	25,9
2004	59,4	22,7	17,7
2005	68,4	14,7	16,7

Fonte de dados: SECEX/MDIC



O aumento da importância da China, como mercado de destino das exportações brasileiras foi acompanhado por uma mudança na composição da pauta brasileira. No período de 1985/1990, a participação dos produtos básicos era de 13,2% e de manufaturados, de 57,3%. No ano de 2005, as exportações de básicos explicam 68,4% das exportações e as manufaturas apenas 16,7% (Tabela 3). Logo, a pauta de exportações brasileiras para a China não reflete a pauta geral brasileira, onde predominam as manufaturas. Em adição, não é condizente com os fluxos principais de importações da China, que são de produtos manufaturados.

A análise dos principais produtos exportados e importados na pauta bilateral Brasil-China aponta outras assimetrias. Os dez principais produtos exportados para a China respondem por 73,3% do total das exportações brasileiras para esse mercado e os dez principais importados somam 26%, no ano de 2005. Logo, enquanto a pauta de exportações brasileiras é concentrada em poucos produtos, a de importações apresenta maior grau de diversificação. O grau de concentração das exportações é ainda mais acentuado, quando é observado que três produtos (soja e os dois tipos de minérios de ferro) somam um percentual de 51,2% no total exportado. Em adição, os principais produtos nas pautas de exportações e importações mostram a concentração das vendas brasileiras em produtos básicos e das compras brasileiras em produtos manufaturados.

É consensual a importância da garantia do fornecimento de matérias-primas (minério de ferro, por exemplo) e o atendimento da demanda crescente por alimentos (soja, um exemplo) para o crescimento chinês. No entanto, o potencial de um crescimento estável e sustentado das exportações brasileiras para a China sugere que o Brasil esteja presente nos principais fluxos de importações do país. A Tabela 4 descreve os principais capítulos importados pela China, no ano de 2004.¹ As importações chinesas estão concentradas em máquinas e aparelhos elétricos – 41,7%. A participação desses capítulos no total das importações brasileiras para a China é de 3%. As exportações brasileiras representam 0,22% das importações chinesas de máquinas e aparelhos mecânicos. As exportações brasileiras apresentam um peso importante nas importações de minérios (17%) e estão presentes com percentuais acima de 1%, entre os principais capítulos importados pela China, nos itens de ferro fundido (2,8%) e veículos (1,03%).

1. Capítulos é uma classificação dos fluxos do comércio exterior estabelecida internacionalmente pela adoção do Sistema harmonizado pelos membros da OMC.

A análise dos principais capítulos de importações chinesas oriundas do Brasil mostra, como já analisado, o grau de concentração das exportações brasileiras para esse país. O capítulo de minérios e de sementes explicou 58% das importações oriundas do Brasil, no ano de 2004. Esses capítulos, entretanto, representam apenas 4,5% do total das importações chinesas (Tabela 5).

Tabela 4. Principais capítulos de importações da China: 2004

Capítulos	Descrição	No Total das Import. da China	Na Pauta bilateral de Import. do Bras.	Part. das Import. BR no Total das Import. CH
85	Máquinas e aparelhos elétricos	25,36	0,67	0,04
84	Máquinas e aparelhos mecânicos	16,31	2,27	0,22
27	Combustíveis minerais, óleos minerais	8,56	4,93	0,89
90	Instrumentos de Ótica e Foto	7,15	0,08	0,02
39	Plásticos e suas obras	5,00	0,80	0,25
29	Produtos químicos orgânicos	4,25	0,97	0,35
72	Ferro fundido, ferro e aço	4,22	7,59	2,78
26	Minérios, escórias e cinzas	3,08	33,68	16,91
87	Veículos, automóveis, partes e acessórios	2,33	1,56	1,03
74	Cobre e suas obras	1,87	0,30	0,24

Fonte: Sistema WITS.

Tabela 5. Principais capítulos de importações chinesas oriundas do Brasil: 2004

Capítulos	Descrição	No Total das Import. da China	Na Pauta bilateral de Import. do Bras.	Part. das Import. BR no Total das Import. CH
26	Minérios, escórias e cinzas	3,08	33,68	16,91
12	Sementes e frutos oleaginosos	1,31	23,95	28,18
72	Ferro fundido, ferro e aço	4,22	7,59	2,78

continua

continuação

Capítulos	Descrição	No Total das Import. da China	Na Pauta bilateral de Import. do Bras.	Part. das Import. BR no Total das Import. CH
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais	0,75	6,27	12,91
27	Combustíveis minerais, óleos minerais	8,56	4,93	0,89
47	Pasta de madeira	0,94	4,53	7,42
41	Peles, exceto a peleteria, e couros	0,82	3,50	6,60
84	Máquinas e aparelhos mecânicos	16,31	2,27	0,22
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	0,93	1,81	3,02
87	Veículos, automóveis, partes e acessórios	2,33	1,56	1,03

Fonte: Sistema WITS.

A análise do intercâmbio comercial Brasil-China ressalta as seguintes questões.

- i A assimetria das pautas: Brasil, exportador de produtos básicos e a China exportador de manufaturados.
- ii É consensual a importância do fornecimento de matérias-primas industriais e de alimentos para a China, onde as exportações brasileiras têm um papel de destaque. No entanto, as importações chinesas estão concentradas em máquinas e equipamentos, onde a participação das exportações brasileiras não alcança um por cento.

1.2 As principais questões no comércio Brasil-China

A agenda multilateral de negociações comerciais

A China, apesar de sua posição na economia e no comércio mundial, não estaria alinhada automaticamente com os interesses dos países desenvolvidos na agenda multilateral de negociações comerciais. Essa proposição leva à questão da possibilidade de uma aliança Brasil-China na agenda multilateral e, logo, de uma nova configuração de forças no debate norte-sul.

Ferraz e Pereira (2005) analisaram as implicações da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) para o Brasil e para a possibili-

dade de posições comuns na Rodada de Doha. A seguir, são destacadas algumas das observações do estudo citado.

A Tabela 6 descreve as tarifas aplicadas e consolidadas da China e do Brasil. A China, como membro tardio da OMC, teve que ofertar um grau de abertura elevado. Em adição, o viés protecionista da China incide sobre produtos agrícolas e o do Brasil, sobre produtos industriais, quando se comparam as tarifas aplicadas.

Tabela 6. *Tarifas de Importações: Brasil e China*

Tarifas CNMF	Brasil	China
Tarifas consolidadas		
Média simples	31,4	10,0
Bens agrícolas	35,5	15,8
Bens não agrícolas	30,8	9,1
Tarifas aplicadas (2002)		
Média simples	13,8	12,4
Bens agrícolas	11,7	19,2
Bens não agrícolas	14,1	11,3

Fonte: Trade Profiles, www.wto.org
CNMF: Cláusula de Nação Mais Favorecida

Nas negociações de produtos industriais, a China assinou o *Information Technology Agreement*, que requer a eliminação de todas as tarifas incidentes sobre computadores, semicondutores e outros produtos de informática. A eliminação completa das tarifas entrou em vigor em janeiro de 2005. Também irá implementar as reduções tarifárias em 70% dos 1.100 produtos cobertos pelo Acordo de Harmonização Tarifária dos Produtos Químicos. O Brasil não é signatário desses acordos.

A China, no compromisso assinado de acesso a OMC, parece já ter consolidado o seu possível grau de abertura, no momento.² O Brasil tem sido de-

2. No pacote de julho de 2004 que permitiu a retomada das negociações da Rodada de Doha existe a possibilidade de que os países que fizeram ofertas recentes de abertura, como o caso da China, não sejam demandados em relação a novas ofertas.

mandado para aumentar o seu grau de abertura em relação a produtos não-agrícolas. Deve ser ainda lembrado que a China é o 4º maior exportador mundial de manufaturas. Sua posição não se explica apenas pela presença em setores tradicionais, como têxteis e vestuário, mas também pela importância no comércio de manufaturados de maior conteúdo tecnológico, como máquinas para escritórios (inclui computadores) e equipamentos de telecomunicações. Logo, não é provável que a China se alinhe com o Brasil na defesa de uma postura mais defensiva nas negociações não agrícolas, em especial, nos setores das novas tecnologias.

“Na área agrícola, a posição brasileira é ofensiva para acesso a mercados e para a eliminação dos subsídios. A China demanda acesso a mercados, mas é relutante para o término dos subsídios. O país já se comprometeu a reduzir 8,5% dos subsídios domésticos, um percentual abaixo do negociado para países em desenvolvimento (10%) e acima do limite para os países desenvolvidos (5%). Em adição, a China tem uma posição peculiar quanto aos interesses agrícolas. De um lado, é uma grande importadora desses produtos. Por outro lado, a sua grande população rural e a necessidade de evitar um êxodo rural descontrolado, na hipótese de livre mobilidade do trabalho, leva a que privilegie políticas de proteção à renda agrícola” (FERRAZ e PEREIRA, 2005).

No quadro geral das negociações, as posições brasileiras e chinesas se alinham na defesa de um sistema multilateral de regras que promovam uma distribuição mais equitativa dos ganhos de comércio e reconheçam as diferenças de desenvolvimento entre os países. Isso não significa, porém, que a China seja uma aliada “natural” do Brasil como a breve análise das negociações sobre acesso a mercados ilustrou. Não obstante, a entrada da China na OMC criou a possibilidade de uma nova correlação de forças na OMC que se traduz na proposição que o consenso nas negociações não se restringe às posições do QUAD (Estados Unidos, União Européia, Canadá e Japão). No exercício do jogo das negociações comerciais é sempre possível, como ocorreu na Reunião Ministerial da OMC (Cancún, 2003) que alianças se formem em função de um tema específico – o caso das negociações agrícolas. Nesse jogo, o Brasil terá que avaliar como possíveis alianças com a China beneficiam os seus interesses.³

3. Um caso ilustra esse tema – o reconhecimento da China como economia de mercado. Na prática, o único efeito econômico se refere aos critérios para as investigações (*continua*)

Agenda doméstica das relações comerciais Brasil-China

137

relações comerciais brasil-china

O comércio Brasil-China enseja diferentes posições pelo setor empresarial brasileiro (BARBOSA e MENDES, 2006). Os setores produtores de *commodities* agrícolas e minerais ressaltam a contribuição de suas exportações no intercâmbio comercial com a China. Setores tradicionais, como têxteis e vestuário, e alguns setores intensivos em novas tecnologias, como produtores de equipamentos eletro-eletrônicos, temem a concorrência chinesa. Parte desses temas é exclusivo da agenda brasileira e outros fazem parte da agenda multilateral e bilateral das relações comerciais da China.

A concorrência chinesa nos setores tradicionais de têxteis e vestuário é parte da agenda multilateral. As exportações chinesas de têxteis e vestuário respondem por cerca de 40% das exportações mundiais. No Protocolo de Acesso da China à OMC, em 2001, foi incluída uma cláusula especial para o uso de salvaguardas em relação a produtos têxteis e de vestuário, que pode ser aplicada até 2008. Em adição, o texto permite que os países adotem um acordo de restrição voluntária às exportações via cotas. O Brasil, assim como os Estados Unidos e a União Européia, optou por negociar um acordo de restrição voluntário às exportações ao invés da imposição de uma salvaguarda, que cobre cerca de 60% das importações brasileiras de têxteis e vestuário provenientes da China (PEREIRA, 2006).

Os temores dos setores de eletro-eletrônicos e de manufaturas não tradicionais suscitam questões distintas nas agendas bilaterais dos países com a China. No caso do México, por exemplo, a questão engloba temas de desvio de comércio dos investimentos estadunidenses para a China. No caso do Brasil, a questão da competitividade de alguns setores intensivos em tecnologia não é exclusiva em relação à China. O argumento seria do possível acirramento da concorrência associado aos preços praticados no comércio internacional pelas indústrias localizadas no território chinês.⁴ Ademais, é preciso conside-

(*continuação*) de dumping e subsídios. Mesmo assim no exercício das investigações há brechas para continuar aplicando critérios de economias de não mercado. A principal crítica ao reconhecimento foi a não demanda por compromissos que interessam ao Brasil, como um monitoramento mais transparente na aplicação das regras fitossanitárias, por exemplo. Outros países têm atrelado esse reconhecimento a compromissos específicos pelo governo chinês, que facilitam o comércio com o país.

4. O aumento da participação da China no comércio mundial de produtos associados às novas tecnologias é explicado pela presença de empresas transnacionais de capitais oriundos dos países desenvolvidos, através de incentivos concedidos nas Zonas Especiais Econômicas e o custo da mão de obra.

rar a concorrência da China em terceiros mercados. Segundo estudo do IADB (2005), a ameaça está relacionado a uma pauta coincidente de produtos chineses e latinos intensivos em mão de obra.

No caso do Brasil, entretanto, a questão crucial parte da seguinte constatação: a importância da oferta brasileira de matérias-primas para a China e o caráter assimétrico da pauta comercial. Duas posições sobressaem na avaliação desse fato.

A primeira ressalta a “volatilidade” dos ganhos nas exportações brasileiras dependentes dos preços de *commodities* no mercado mundial. Uma crise na China teria um impacto negativo na receita brasileira de exportações. Em adição, a crescente participação da China nos fluxos dinâmicos das importações mundiais e do Brasil (setores intensivos em tecnologia) sugere que crescentes superávites comerciais não estão garantidos. É preciso diminuir a prioridade conferida à China na agenda de relações comerciais. É preciso dar maior atenção aos mercados dos países do Norte.

A segunda ressalta a importância da economia chinesa na economia mundial. O desafio para o Brasil é criar um ambiente propício para a diversificação da pauta brasileira de exportações (identificação de oportunidades), incentivos à entrada de capital chinês que esteja atrelado ao aproveitamento das matérias-primas em território brasileiro, criação de parcerias entre empresas brasileiras e chinesas e internacionalização das empresas brasileiras em território chinês. A China é uma grande economia mundial que não pertence ao mundo dos países desenvolvidos e, logo, existem maiores possibilidades de acordos cooperativos com ganhos mútuos.

O tema da diversificação da pauta brasileira não é exclusivo ao caso chinês. Há exemplos de parcerias entre empresas chinesas e brasileiras (Embraco, Embraer, Marcopolo, por exemplo) na China. Há exemplos de acordos de cooperação, que ainda estão na esfera das intenções, como o da Companhia Vale do Rio Doce e a *Shanghai Baosteel Group Corporation* para a produção de aço no Maranhão (BARBOSA e MENDES, 2006).

As duas posições são conciliáveis, quando se exclui do debate a identificação da China como um dos elementos cruciais na definição de estratégias políticas de inserção do Brasil na economia mundial. Negar a possibilidade de aproveitar as vantagens naturais do Brasil para “entrar” numa das maiores economias mundiais seria “uma não estratégia de política de comércio exterior”. Procurar fomentar parcerias no campo empresarial e tecnológico e identificar oportunidades para a entrada de novos produtos são elementos constitutivos das relações comerciais do Brasil com seus parceiros

no comércio mundial. A China abre novas possibilidades, ao estar passando por um processo de compromisso de maior abertura comercial (mercadorias e serviços) e financeira. Em adição, há campos, como na área agrícola, onde a experiência brasileira tecnológica sugere parcerias a serem exploradas com benefícios mútuos.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China é tema obrigatório nas análises sobre o comércio internacional mundial e na sua influência nas relações comerciais dos países. O presente artigo ressaltou os seguintes temas na avaliação das relações comerciais Brasil-China.

No quadro atual do comércio exterior, a relação entre os dois países é marcada por diversas assimetrias. A importância relativa do comércio bilateral nas respectivas pautas de comércio, a composição das pautas de exportações (Brasil, como fornecedor de produtos básicos e a China, como fornecedor de manufaturas) e a concentração da pauta brasileira de exportações versus a maior diversificação das importações brasileiras oriundas da China são os fatos que ilustram a questão da assimetria.

No quadro de avaliação das perspectivas do papel da China para o comércio exterior brasileiro estão presentes outras questões.

A primeira ressalta a presença da China entre as principais economias mundiais, que não pertence ao grupo dos países desenvolvidos e possíveis alianças estratégicas na defesa de interesses comuns nas negociações multilaterais de comércio. A presença da China permite a formação de coalizões que podem quebrar o consenso dos países dominantes nas negociações multilaterais, mas não significa que a China seja um “parceiro natural” do Brasil nas negociações multilaterais.

A segunda remete ao tema da diversificação da pauta brasileira e possíveis estratégias de cooperação. A China, seria um parceiro especial, por demandar recursos naturais do Brasil e, ao mesmo tempo, abre a possibilidade de explorar parcerias no âmbito das relações sul-sul.

A principal conclusão do presente artigo é que as relações comerciais Brasil-China devem ser analisadas no quadro geral dos determinantes econômicos dos fluxos comerciais brasileiros. E, sob essa perspectiva, a presença da China no comércio mundial suscita questões que já fazem parte da agenda de desafios do Brasil no comércio exterior. A queda da participação das exportações de produtos manufaturados para a China sugere que o Brasil não

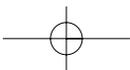
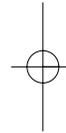
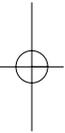
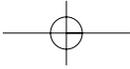
conseguiu atender às novas demandas de importações da China na década de 1990. Um fato que também ocorreu com outros países, como no comércio Brasil-Índia. No comércio internacional, o incremento dos fluxos comerciais intra-regionais e bilaterais são explicados, em grande medida, pelo comércio intra-indústria e intra-firma, o que depende da internacionalização das empresas. Esse é um processo que se inicia na China e no Brasil, neste último caso, ainda timidamente. Em adição, grande parte do comércio intra-firma e intra-indústria é explicado pelas estratégias de empresas multinacionais de capital estadunidense, europeu e japonês que estão presentes nos territórios do Brasil e da China. Nesse caso, a solidez do ambiente macroeconômico, um quadro regulatório jurídico-institucional e perspectivas de crescimento são os fatores determinantes dos investimentos.

Na década de 1980, o crescimento da economia japonesa e sua demanda pelas matérias-primas brasileiras foi objeto de análises que previam a possibilidade de grandes parcerias através do aumento dos investimentos. Algumas iniciativas foram realizadas na área de mineração, mas não se alterou o quadro das relações comerciais Brasil-Japão. A China é um país que está em processo de expansão e de internacionalização e a sua demanda por matérias-primas exerce uma influência maior no comércio internacional que o Japão da década de 1980. Há possibilidades de ganhos, mas não deve ser esperado “tratamento especial” para o Brasil. A diversificação da pauta de exportações do Brasil e a agenda de atração de novos investimentos diretos estrangeiros devem contemplar as novas perspectivas que surgem com o “dragão chinês”, sem descuidar da agenda com os países desenvolvidos e da integração sul-americana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Alexandre de Freitas, MENDES, Ricardo Camargo. As relações econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil. *Dialogue on Globalization FES Briefing Papers*, Friedrich Ebert Stiftung, jan. 2006.
- FERRAZ FILHO, Galeno Tinoco, PEREIRA, Lia Valls. *O acesso da China à OMC: implicações para os interesses brasileiros*. Rio de Janeiro: Funcex, Texto para Discussão, jul. 2005.
- IADB. *The emergence of China: opportunities and challenges for Latin America and Caribbean*. Research Department. Inter-American Development Bank, jan. 2005.
- PEREIRA. Medidas de defesa da concorrência no comércio mundial: relações Brasil com Argentina, China e Estados Unidos. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, mar. 2006.

LIA VALLS PEREIRA é economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas e professora adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



O imperativo criativo

*Discurso da Chanceler Dra. Angela Merkel
na Abertura do Fórum Econômico Mundial
em Davos, 25 de janeiro de 2006*

143

Prezado Senhor Presidente da
República,
Estimado Sr. Schwab,
Senhoras e Senhores!

Desejo agradecer cordialmente o convite para falar por ocasião da abertura deste fórum. Sei que esta é uma grande honra para a Alemanha e estou feliz por poder estar aqui.

O título *O imperativo criativo* lembrará a muitos primeiramente o nome de Immanuel Kant e seu imperativo categórico, quando em seu tempo levantou a bandeira da autodeterminação como expressão da liberdade humana. O imperativo criativo talvez soe como algo complicado, mas eu simplesmente o entendo assim: existe em nossos dias uma necessidade imperiosa – pode-se quase dizer uma coação – para a criatividade. Na verdade, isto deveria ser sempre a mola propulsora de uma política no mínimo razoável, para falar daquilo que é minha

atribuição. Mas eu creio que hoje, mais do que nunca, é válido dizer que quem prevalecer na competição das idéias também poderá configurar o seu futuro, e isto vale para qualquer um neste mundo.

Na Alemanha falamos atualmente, inclusive no contexto do preparo da Copa do Mundo de Futebol, do nosso país como a terra das idéias. Há quem diga, pensando nos problemas que temos – e o principal deles é o desemprego –, que “Idéias assim lançadas ao vento são belas palavras!” Creio que não podemos viver apenas de idéias, mas que também temos de mostrar que somos capazes de em seguida pôr essas idéias em prática – cada um no seu lugar, na Alemanha, na Europa e no mundo.

Ao falar pelo meu país, desejo que a Alemanha possa nos próximos dez anos voltar a ocupar um lugar entre os três primeiros na Europa no que se refere ao crescimento, ao

EM FOCO

emprego e à inovação. Fazemos e dizemos. Creio que seremos capazes de realizar esse propósito para nós, mas também digo que será de importância decisiva para a Europa que a Alemanha seja capaz de consegui-lo. Soa bem falar em converter idéias em ações, mas é claro que uma análise clara também mostra que a verdade inclui em muitos aspectos entre nós uma paralisia causada por nós mesmos. Um empecilho aqui, outro empecilho acolá, isto não funciona, aquilo não funciona. Ou seja, ao falar da Alemanha, tenho a impressão de constatar que precisamos de mais espaço de manobra, ou melhor, de mais liberdade.

Se quisermos alcançar o objetivo de em dez anos realmente estar de novo na vanguarda do crescimento, do emprego e da inovação, então apelo em meu país insistentemente em favor de uma máxima na verdade bem antiga: o trabalho (nosso problema central na Alemanha) requer crescimento, e o crescimento requer liberdade. Isto implica soltar o freio, voltar a respirar fundo, ver em primeiro lugar as chances do desenvolvimento e não os riscos. Esta é uma liberdade responsável, não uma liberdade *de* algo, mas *para* algo.

Por isso, ao preparar este discurso, pensei não somente em Immanuel Kant, mas também me

lembrei de um dos meus antecessores, a saber: no pai da economia social de mercado, Ludwig Erhard. Ele nos disse em 1948: “A união entre liberdade e responsabilidade requer ordem”. Em 1957 ele escreveu em seu livro *Wohlstand für alle* (Prosperidade para todos): “Desejo ser aprovado por mérito próprio. Desejo assumir por mim mesmo o risco da vida, quero ser responsável pelo meu destino. Trata tu, Estado, de me manter em condições para isso.”

Mérito próprio e o Estado como força ordenadora – estes são os dois pólos da economia social de mercado. Para mim, essas frases que Erhard proferiu em 1948 e 1957 não perderam nada, absolutamente nada da sua atualidade. Elas caracterizam a reivindicação de uma idéia que abriu os novos rumos daquele que no meu entender é o mais bem-sucedido e humanamente digno ordenamento econômico e social que jamais existiu, a saber: a economia social de mercado. Trata-se, por um lado, da confiança no cidadão emancipado e, por outro, da idéia da compensação social como característica do cidadão emancipado. O fundamento intelectual é a idéia da liberdade responsável. Foi a lição de amargas experiências – de exploração, desemprego em massa e guerras – e na Alemanha não ficou apenas na

idéia, mas foi também posta em prática. Isto resultou naquilo que se conhece na Alemanha como o Milagre Econômico.

E como estamos hoje? Hoje a situação é a de que lutamos com muitos problemas, por exemplo com uma taxa de desemprego assustadoramente alta na Europa. Muitos, e exatamente aqueles que sentem a pressão da concorrência e que temem por sua prosperidade, mas também os que receiam não poder participar do desenvolvimento da prosperidade, percebem a globalização como um perigo, uma ameaça. Têm medos. De fato, é verdade que o mundo mudou rapidamente desde o término da Guerra Fria. Para nós, na Alemanha, mudou com a queda do Muro de Berlim em 9 de novembro. Essa mudança prosseguiu e foi acompanhada ou talvez até provocada pelo desenvolvimento da internet, o fato de que o capital penetra hoje em cada rincão do mundo, que as informações perpassam tudo, e que com isso a liberdade também pode ser vivenciada. Enxergamos o fato de que as nações industrializadas respondem hoje por 20% da população mundial, mas consomem 70% da energia. Sabemos que mais de um bilhão de pessoas dispõe de um valor correspondente a menos de um dólar para viver. Ouvimos

sobre taxas de crescimento na China de tirar o fôlego: há poucos dias falou-se em quase 10%. Tudo isso aponta para uma reviravolta e mostra que vivemos em um tempo de transformação.

Há cerca de 200 anos percebeu-se na Europa uma mudança qualitativa muito nítida pela transformação de uma sociedade agrária em sociedade industrial. Creio que hoje vivemos em um tempo no qual a sociedade industrial vem se transformando em uma sociedade do conhecimento, que essa transformação já avançou muito e que este fato nos coloca novamente diante de desafios qualitativamente novos: diante de um desafio que nos impõe pensar em termos novos.

Diante desse pano de fundo, temos de responder a uma pergunta crucial, e para isso dependemos todos uns dos outros: de que estrutura de organização necessita nosso mundo transformado? – Esta pergunta se põe diante das nações industrializadas, das nações emergentes e das nações em desenvolvimento. Se não dermos uma resposta conclusiva a ela, se não conseguirmos chegar a um consenso a esse respeito, ocorrerá o desenvolvimento de novas e graves distorções sociais e outras, por cujas conseqüências todos seremos então responsáveis.

EM FOCO

146

CADERNOS ADENAUER VI (2006) Nº1

Creio de fato que a resposta correta seja o imperativo criativo. Precisamos conseguir que, por um lado, a política intervenha nos pontos certos e que, por outro lado, também se retraia nos pontos certos. Esta é a tarefa diante da qual hoje todos nos encontramos. Isto quer dizer que, semelhantemente ao que se deu no início do período da economia social de mercado, as forças próprias e a capacidade e as necessidades do Estado precisam ser balanceadas.

No entanto, também creio que isto não seja assim tão simples, que baste dar continuidade ao desenvolvimento, mas que assim ficaríamos aquém do alvo. Do meu ponto de vista, as reorientações que deveremos providenciar implicam a necessidade de prosseguir com o desenvolvimento da economia social de mercado. Chamo isso de “nova economia social de mercado”, um novo patamar em dois sentidos: por um lado em direção à dimensão internacional, por outro, no entanto, também no que se refere à densidade do entrelaçamento do mundo como um todo.

Quando falo em nova economia social de mercado, isto sempre desperta as mais diversas discussões em minha terra, a Alemanha. Pergunta-se: seria isto agora o abandono dos princípios da economia social de mercado? – É

claro que não, mas é a confissão de admitirmos neste novo tempo que estamos diante do desafio – desafio esse que a política precisa enfrentar – de configurar a globalização. Em grande parte, os temores das pessoas resultam da perda da confiança em que a política seja capaz de configurar as conseqüências da globalização. Por isso tenho a convicção de que também nos tempos da globalização a política tenha uma tarefa configuradora.

Para nós na Alemanha isto significa e está perfeitamente claro que temos de fazer nossa lição de casa. Significa que temos de modificar a política nacional. Significa que, como maior economia da Europa, temos de assumir nossa responsabilidade na Europa. Faremos isso de modo muito particular no âmbito da nossa Presidência, mas é claro que se trata de uma tarefa permanente. Significa também que precisamos corresponder à nossa responsabilidade internacional. Senhor Schwab, o senhor acabou de mencionar que a Alemanha presidirá no ano que vem o Grupo G8 e que tentará então prestar também sua contribuição ali.

Creio que, para entender no século XXI a economia social de mercado em termos de “nova economia social de mercado”, teremos primeiro de reordenar as prioridades da atuação política, e

isto com uma noção de política que aponte para a frente e que se importe com as gerações vindouras. Para nós na Alemanha, por exemplo, isto significa antes de tudo o saneamento da nossa situação financeira, dos nossos orçamentos. Temos um problema demográfico. Sabemos que temos carência de jovens. Ao mesmo tempo vivemos à custa do futuro, na medida em que nos endividamos permanentemente. Ou seja, estamos roubando das gerações futuras as margens de manobra para investimentos e desenvolvimento, e não é possível responsabilizar isso moralmente.

Segundo: temos de investir no futuro. Para mim, isto significa antes de tudo investir em pesquisa e desenvolvimento, porque a inovação é a chave propriamente dita. O imperativo criativo reflete-se na questão do quanto somos inovadores, o que vale naturalmente em especial para países com alto padrão social e salários comparativamente altos. Somente poderemos preservar essa prosperidade se abrirmos absoluta prioridade à inovação. Isto significa que na Alemanha nos decidimos agora a cumprir de fato até 2010 o alvo de despendar 3% do produto interno bruto em pesquisa e desenvolvimento. Esta é uma incumbência da política. É, porém, também, uma incumbência da

economia. Isto, por sua vez, significa para a política a tarefa de criar para a economia condições tais que realmente possibilitem atuar bem nas áreas inovadoras. Menciono aqui apenas a área da indústria farmacêutica e da tecnologia genética. Em toda parte a definição das condições gerais decidirá se em seguida será possível ser suficientemente inovador na Alemanha.

Digo que isto implica também uma competição entre as melhores cabeças. Tudo tem algo a ver com a maneira como organizaremos nosso sistema educacional e em que medida somos atraentes. Digo que, em uma sociedade como a alemã, o que importa é melhorar a compatibilidade entre profissão e família. Com certeza trata-se de priorizar unidades pequenas e flexíveis. Por isso nos ocupamos na Alemanha muito intensamente com a reorganização das estruturas federais, a fim de tornar as decisões rapidamente viáveis e aplicáveis. Trata-se para nós de um ponto que considero extraordinariamente importante, que é a reforma – melhor seria dizer: a redução – dos custos de trabalho na forma dos encargos trabalhistas adicionais, porque creio que justamente o fator trabalho será o fator decisivo pelo qual as pessoas nos avaliarão no sentido de que se alcance realmente

EM FOCO

148

CADERNOS ADENAUER VI (2006) Nº1

para sua prosperidade aquilo com que contam.

Temos de perguntar-nos algo que só posso esclarecer mediante um exemplo: Com o que as pessoas gastarão seu dinheiro no futuro? Qual será o alvo do seu interesse? Creio que neste contexto toda a área da saúde é de extraordinária importância e que por isso também temos de desenvolvê-la com vistas à liberdade. Exatamente por isso a reforma do sistema de saúde também será um ponto muito essencial para nós.

Teremos de ocupar-nos com a questão da viabilidade futura do nosso sistema tributário. Dissemos: Não, nesta área precisamos de uma reforma justamente para as empresas. Depois desta reforma precisaremos – e isto quero dizer àqueles que talvez estejam cogitando investir na Alemanha – também de uma certa dose de constância, para que os empresários que tomam decisões de longo prazo possam confiar naquilo que foi decidido e não tenham de recomeçar tudo a cada ano.

Senhoras e senhores, é claro que em segundo lugar precisamos de um mundo no qual se medite sobre um ordenamento internacional da concorrência. Gostaria de me posicionar aqui muito claramente a favor das instituições internacionais. Creio

que a celebração opcional de acordos bilaterais entre os diversos atores do mundo não nos levará avante, mas que temos de aprender a também firmar acordos entre nós num mundo global. Por isso é claro que não pode existir uma resposta socialista com uma moldura ordenadora central predeterminada, mas é preciso ocorrer um novo entrelaçamento entre atuação privada e política. Temos de pensar juntos nisso, e eu creio que Davos é um dos melhores lugares para este fim.

Creio que as negociações da OMC ocupam uma função-chave. O comércio e a liberdade do comércio são grandes premissas para possibilitar a participação dos atores. Também na Alemanha há muitos temores de que o livre comércio possa trazer desvantagens. Todas as liberdades adicionais na Alemanha contribuíram em geral para que esta se desenvolvesse melhor. Também aqui precisamos, portanto, superar temores. Houve leves progressos em Hongkong, mas a rodada não pode terminar assim – precisamos derrubar mais barreiras. Deveríamos pleitear – e eu de qualquer forma o farei – que a OMC se torne uma grandeza importante nos acordos internacionais.

É claro que para isso precisamos de um acesso honesto ao livre comércio mundial para os

países em desenvolvimento. Neste ponto também quero destacar que, no âmbito das resoluções da UE, a Alemanha apóia o objetivo da ONU de aplicar até 2015 0,7% (do produto interno bruto) em ajuda para o desenvolvimento. Penso que ainda necessitaremos de um diálogo estratégico com os países emergentes. Neste ponto o mundo está em transformação e nós europeus somos fortemente desafiados a levar avante o desenvolvimento deste processo.

Precisamos de um entrelaçamento da proteção ambiental e de medidas sociais com a Organização Mundial do Comércio, com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial. É preciso conciliar as questões entre si. Assim como dentro da economia social de mercado – pelo menos esta é nossa experiência – o equilíbrio social e ecológico também sempre foi parte de uma sociedade em que valesse a pena viver, creio que este tema também deverá fazer parte do ordenamento de um mundo futuro.

Precisamos de proteção da propriedade intelectual. Quando falamos do imperativo criativo, então evidentemente será da máxima importância conseguirmos proteger efetivamente as inovações intelectuais contra pirataria. Além disso, é minha firme convicção de

que precisamos também de mais regulamentações nessa área – e a Alemanha se empenhará nisso em âmbito da sua presidência do G8.

Necessitamos de normas técnicas comuns. Percebo também isso como um campo sumamente interessante, porque em última análise também abre acessos a mercados. Partindo da Alemanha, tivemos na Europa experiências extraordinariamente positivas quando estabelecemos as normas para o desenvolvimento do telefone celular. Ainda hoje podemos dizer que daquilo resultou uma posição que nos proporcionou a liderança de mercado. Parece-me que a questão do modo como entraremos em consenso sobre normas ainda não ganhou a importância que na verdade lhe cabe.

Senhoras e senhores, é claro que também precisamos de entendimento sobre valores fundamentais comuns. Gostaria de abordar isto brevemente tomando como exemplo a discussão europeia que trata do contrato constitucional. Do meu ponto de vista, esse contrato tem uma importância tão grande para a União Europeia porque, além das suas regulamentações individuais, ele contribuiu para esclarecer-nos sobre nosso consenso de valores. Creio que precisamos dessa discussão tanto na comunidade

EM FOCO

ISO

CADERNOS ADENAUER VI (2006) Nº 1

transatlântica como também para além dela, na comunidade mundial. Não será possível chegar a consensos econômicos e políticos sem consensos éticos. Por isso essa discussão precisa correr em paralelo.

Senhoras e senhores, creio que em terceiro lugar precisamos de novos instrumentos e mecanismo. Acabamos de nos acostumar na Alemanha a agir em função de leis muito rígidas, com décadas de validade. Agora teremos de aprender a tornar-nos muito mais flexíveis, a buscar o melhor caminho, a participar de processos de *benchmarking* e a participar das experiências de outros. Isto implica uma abertura.

Precisamos acima de tudo da força para nos ocuparmos com o tema do desmonte da burocracia. Fiz desse tema um assunto de chefia para o trabalho do nosso governo porque creio que no momento estamos cerceando na Alemanha um grandioso potencial por nos enredarmos em regulamentações que aparentemente prometem segurança. Tendo em vista que na Alemanha 4 a 6% do faturamento das empresas de pequeno ou médio porte são consumidos pelo custo da burocracia, então realmente compensa nos dedicarmos a avaliar se não poderíamos investir essa força e esse capital em gente – em jovens e em trabalhadoras e

trabalhadores mais idosos, em vez de ficar constantemente imaginando novas regulamentações aparentemente seguras.

Creio que não conseguimos avançar mais com o exame de regulamentações individuais porque cada uma delas se tornou a essa altura um lobby de determinado grupo, mas que precisamos aprender a medir os custos da burocracia e estabelecer alvos sobre como queremos reduzi-la. Queremos no caso lançar mão das experiências dos holandeses e também dos britânicos. Instituiremos um conselho de controle de normas que acompanhará todo esse processo porque para a política é penoso eliminar aquilo que ela mesma criou no passado. Trata-se de um fenômeno generalizado, cujo sucesso não costuma ser muito bom.

Senhoras e senhores, no âmbito da nossa presidência na UE levaremos avante e fortaleceremos exatamente este processo também na área europeia. A Europa definiu este objetivo para si – e a Europa só o alcançará com a Alemanha. A Europa pode atingir tal objetivo, mas terá muito a fazer para tornar-se até o ano de 2010 aquele continente dinâmico. Não pretendo agora fixar-me no ano; creio que nesse aspecto ainda temos alguns problemas. Mas o propósito de voltarmos a fazer parte dos

inovadores no sentido do imperativo criativo, a pertencer aos que determinam o ritmo do mundo, a ele não podemos renunciar. Eu, pelo menos, não renunciarei a ele e me empenharei em que o façamos, porque a nossa prosperidade depende disso.

Isto, porém, também significa fazermos dessa assim chamada estratégia de Lisboa a prioridade política da nossa atuação na Europa. Significará então que faremos algo que se fez agora pela primeira vez na Comissão Européia, ou seja, repor diretrizes existentes há décadas mais uma vez no banco de provas, não nos limitarmos a sempre acrescentar mais alguma coisa às regulamentações já existentes, mas que também nos questionemos: o que precisa ser eliminado? – Às vezes a eliminação de alguma diretriz pode representar um ganho maior que a persistência em uma (antiga) ou a criação de uma nova. A eliminação de leis, porém, é no mínimo tão difícil quanto a sua criação. Não me cansarei em defender na União Européia a existência do princípio da descontinuidade ou da validade finita de diretrizes, porque hoje em dia é assim que uma diretriz uma vez lançada no mercado permanece até o fim da história. Não há meio de eliminá-la novamente. É por isso que em muitos pontos não conseguimos avançar. Isto nada tem

a ver com segurança, mas segundo minha firme convicção, traz insegurança à Europa. Por isso usaremos a presidência alemã do Conselho também exatamente para conseguir realizar de fato algo com os potenciais existentes na Europa.

Senhoras e senhores, encontramos-nos, pois, de um modo geral diante de grandes tarefas, visto que no mundo uns vêm passando por um célere desenvolvimento, enquanto outros sofrem preocupações e medos. Eu pertenço àquela parte do mundo que estava acostumada a uma posição de vanguarda do movimento. Com o término da Guerra Fria experimentamos a realização de sonhos – de que repentinamente estávamos livres. Em seguida percebemos que essa liberdade nos expõe a uma pressão competitiva maior. Temos – digo isso pelo menos em relação à Alemanha – grandiosas premissas: uma democracia experiente, muita experiência em possibilidades de resolução de conflitos, boas redes sociais, segurança ecológica. Conseguimos muito. Seria constrangedor se não tivéssemos a força de entender como oportunidades os desafios com que hoje nos defrontamos.

Creio que poderemos vencer se juntos mantivermos a compreensão de que a liberdade é um bem

EM FOCO

elementar para os homens, que liberdade não é arbitrariedade, mas liberdade responsável, e que a nova dimensão da economia social de mercado pode ajudar-nos em uma ordem global a encontrar o nosso lugar neste mundo. Não haverá mais nenhum problema do qual possamos evadir-nos e que não mais nos atinja direta ou indiretamente. Isto, porém, não é motivo para sobrecarga, mas no fundo trata-se de um desafio.

Em minha declaração governamental afirmei que daremos numerosos passos pequenos. Trabalhamos em uma grande coalizão, mas estou firmemente convicta de que, se emprendermos esses passos com decisão, também teremos toda a força e todas as possibilidades para que a Alemanha possa fazer jus ao seu papel no mundo: como motor na Europa, como integrante responsável dos países G8, como uma nação que presume que todos tenham os mesmos direitos de melhorar seu padrão de vida, como uma nação consciente da finitude dos recursos e que finalmente também precisa realizar algo que para mim é um segundo ponto extremamente importante ao lado da liberação de forças, a saber, de dizer de que maneira lidaremos com nossos recursos e seu consumo, por exemplo com a política energética.

Neste momento não temos respostas estratégicas definitivas, e exatamente por isso o novo governo alemão também se ocupará de um modelo energético que leve em conta as várias matrizes energéticas e que considere o modo pelo qual poderemos poupar energia. Já fui ministra do Meio Ambiente e vi que boa tecnologia também pode ser um imperativo criativo para desenvolver o mundo como todo.

Senhoras e senhores, há 200 anos James Watt se queixava conforme vou citar: “Não há nada mais tolo na vida do que inventar. Tenho agora 35 anos de idade e ainda não dei ao mundo nem 35 pence de proveito.” Àquela altura, aquele homem já tinha há dois anos registrado uma patente, e 17 anos depois ficou evidente: a máquina a vapor mudou o mundo. A era da industrialização se iniciara. Vemos por isso em tudo o imperativo da criatividade: sem as antigas virtudes do trabalho, da perseverança, da vontade de realizar, da convicção, da diligência e do tempo, nada se conseguirá.

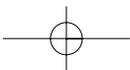
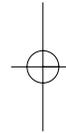
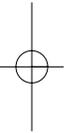
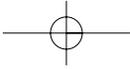
Creio que hoje, nas primeiras décadas da era da informação e do conhecimento, estamos novamente diante da pergunta: vamos participar? Conseguiremos participar do desenvolvimento do mundo? Muitos não sabem mais que os alemães deram início à era

do computador quando o alemão Konrad Zuse construiu o primeiro computador. Pensando na Google, na Microsoft e em outros, sem querer aqui destacar quem quer que seja, preciso confessar francamente que não participamos do desenvolvimento que daí resultou num grau que me pareça suficiente. Digo isso com uma sensação bastante dolorosa, porque estamos justamente celebrando na Alemanha o ano da informática e porque precisamos pensar em como poderemos novamente conquistar nossa parcela na agregação de valor e no desenvolvimento por meio de inovações.

Creio, de qualquer forma, que houve omissões porque em certos pontos não transformamos as idéias em ações e aplicações. Por isso tenho para mim que a Alemanha precisa voltar a crer nisso e me empenharei muito para que o governo trabalhe no sentido de que o nosso país possa de novo voltar a viver melhor das suas idéias. A Alemanha e a Europa prestarão a sua contribuição para que se possa um dia dizer retrospectivamente: estes foram anos de inovação em nosso continente. Digo isso não em oposição a outros, porque observo as capacidades da China, da Índia e

de muitos outros países deste mundo, mas digo-o apenas para expressar que queremos enfrentar a competição. Queremos enfrentá-la porque cremos que, com o nosso modo de administrar e com o sucesso da economia social de mercado, configuramos uma sociedade economicamente bem-sucedida, porque temos de conseguir isso novamente no plano global e porque creio que podemos prestar uma contribuição para esta discussão.

Por isso quero citar mais uma vez Ludwig Erhard. Citei-o no início e vou simplesmente repetir: “Desejo ser aprovado por mérito próprio. Desejo assumir por mim mesmo o risco da vida, quero ser responsável pelo meu destino. Trata tu, Estado, de me manter em condições para isso.” Esta é a tarefa de uma política criativa, de uma política que crê na possibilidade de moldar a globalização, de política que livra as pessoas do medo e lhes dá esperança, de uma política que não aborda os outros com veleidades protecionistas, mas que enfrenta alegremente a competição em torno das melhores idéias no âmbito do imperativo criativo. Muito obrigada por ter podido hoje dirigir-lhes a palavra!



Por que e qual fidelidade?

Considerações sobre as recentes experiências coligacionistas dos partidos brasileiros

155

SILVANA KRAUSE

Os vícios e a complexidade do nosso sistema político-eleitoral nutrem uma forma nebulosa e confusa do uso do termo “fidelidade”, raiz de concepções raivosas sobre o “mundo da política”. O desejo justiceiro imediatista do eleitor comum não contempla repetidamente a sua própria sublimação, que é a de não reconhecer que os partidos espelham nada mais do que o desejo individual frustrado. O problema das coligações eleitorais está justamente nesta compreensão, ou seja, em o cidadão comum brasileiro não ter a capacidade de reconhecer os limites do alcance político e transferir para os partidos o sentimento de frustração que não tem a coragem ou condições de assumir.

A concepção de fidelidade na cultura e na engenharia política brasileira carrega uma série de tensões difíceis para os partidos e a classe política superarem. Ao partirmos do significado de “fiel” como cumprir aquilo a que se obriga e ser leal, o político brasileiro entra no seu primeiro dilema de ter que decidir a quem deve ser fiel. Este problema já se inicia quando o político toma a decisão de concorrer numa eleição. No atual sistema de votação de lista aberta, onde o candidato às eleições proporcionais (Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas e Câmara dos Deputados) é apresentado em uma lista livre, não pré-ordenada, o eleitor vota na pessoa de sua preferência ou na

EM FOCO

156

CADERNOS ADENAUER VI (2006) Nº1

legenda do partido, estabelecendo um pacto de fidelidade insólito. Inicia-se assim uma relação de confiança de alto custo, com alta probabilidade de ser sustentada somente no curto prazo. Há uma relação de confiança direta e informal entre eleitor e o eleito, pela qual a garantia à observância dos compromissos é predominantemente pessoal. Não há uma instância intermediária entre o eleitor e o eleito que seja capaz de “vigiar” e “punir” possíveis “deslizes”. Se o pacto é rompido, recorre-se a quem? Os partidos têm poucas condições de fazer esse controle, pois a legislação atual diferencia mandato de cargo, e o mandato pertence ao eleito e não ao partido. Este problema é ainda aprofundado quando um outro partido acena com um “casamento” mais afortunado com menos sacrifícios. Isto não surpreende, pois a expectativa é a de que uma boa “aliança” é aquela, onde o “provedor” seja capaz de nutrir a “prole” da melhor maneira possível. Isto é evidenciado quando, por exemplo, é ofertado a um deputado um cargo de maior expressão política na Câmara dos Deputados para trocar de legenda, ou um melhor espaço para concorrer às eleições. O cálculo do deputado neste caso é, sem dúvida, baseado na lei da oferta e da procura,

segundo a qual o instinto de preservação política, ou seja, potencializar bens e recursos, a fim de distribuir benefícios e receber votos é a lei máxima.

Se, por um lado, o político eleito tem a necessidade de ser fiel àquele que o elegeu, por outro, estabelece também vínculos de compromissos que não são feitos diretamente com o eleitorado. Conhecedor de sua votação, o eleito sabe que a heterogeneidade e a perspectiva imediatista do seu eleitorado torna a sua tarefa de “cumprir aquilo a que se obrigou” um caminho tortuoso e gerador de frustrações. Neste sentido, a ameaça de rompimento do pacto de fidelidade do eleito com seu eleitorado está constantemente presente. Para o eleito equacionar as inúmeras e diversificadas demandas do seu eleitorado e otimizar seus recursos para satisfazer o desejo insaciável do eleitor, abrem-se diversas frentes de fidelidade. Desta forma a “poligamia” exigiria um tipo de fidelidade não exclusiva, baseada no reconhecimento mútuo entre o eleitor e o eleito, de que a satisfação na relação não pode ser permanente e completa, pois é sustentada em uma natureza que não tem condições de contemplar a “monogamia”.

O segundo pacto de fidelidade do eleito é estabelecido não

diretamente com o seu eleitorado, mas com os financiadores da campanha eleitoral. A atual legislação eleitoral propicia as condições para que o financiamento das campanhas seja preponderantemente feito de forma direta a indivíduos e não a uma organização partidária. Isto é sem dúvida alimentado pelo próprio sistema de lista aberta, que não incentiva campanhas partidárias, mas campanhas personalizadas. Não é apenas a forma direta de financiamento de campanhas, mas a maneira informal com que elas são financiadas, através do famoso “caixa dois”. Esta informalidade gera vários constrangimentos no “casamento” entre o eleito e seu financiador, pois não há um contrato formal e explícito de direitos e deveres entre os “parceiros”. Assim, a relação de fidelidade entre financiador e eleito é sustentada por um campo obscuro e desconhecido publicamente. Cabe ainda considerar que este pacto de fidelidade é normalmente construído em uma situação entre desiguais, na medida em que é feito em um momento em que o candidato é fragilizado por estar à procura de recursos, e o doador pode, assim, inflacionar a sua demanda. Sem dúvida, o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais inibiria

campanhas caras e por sua vez o “caixa dois”, dado que seria mais explícito o contrato de financiamento. Se os recursos das campanhas são exclusivamente públicos, a “parceira” percebe mais facilmente o consumo fora do padrão habitual do “parceiro”, e a suspeita de traição fica também mais presente à comunidade. Ou seja, campanhas caras com shows, festas, distribuições de camisetas etc, ficam difíceis de serem justificadas com financiamento público exclusivo.

Não bastasse a tarefa de serem fiéis aos eleitores e financiadores da campanha, os políticos também têm opções a fazer sobre os critérios que definirão sua “parceria” ao se candidatarem. Temos aqui um terceiro pacto de fidelidade. As coligações eleitorais são um sintoma claro para o diagnóstico de que a expectativa de fidelidade é conjuntural e não universal. Ou seja, elas demonstram “uniões” que se fundamentam nas “ocasiões” que são baseadas em uma concepção de que devem ser “fiéis enquanto durem” e “flexíveis” o suficiente para não serem uma camisa de força. Trata-se de uma compreensão semelhante ao adolescente que deseja “ficar” sem ter “ônus”, um cálculo emocional e circunstancial que procura descartar tudo aquilo que signifique sacrifício. O dilema

EM FOCO

sobre a verticalização¹ das coligações fica muito explícita em uma fala do presidente Lula a respeito do assunto: “a verticalização não é minha paixão [...] para mim, o casamento tem de ser por amor, não pode ser obrigatório...”² Sob o escudo da suposta paixão, admite-se a infidelidade? Decidimos aceitar a paixão como soberana nas decisões políticas? Do âmbito privado ao âmbito público, estamos nada mais que assumindo a volatilidade das relações. O problema aqui não diz respeito meramente à dimensão moral, mas àquilo que predomina na fórmula de sobrevivência política para evitar situações propícias ao auto-aniquilamento. Desta maneira, os partidos brasileiros desejam ser livres para se associar, sem constrangimentos legais que possam gerar desgastes e perdas advindas especialmente da tradição federalista e localista da política brasileira. O argumento predominante é a necessidade de não encarceirar as associações, que são frutos das diversidades políticas regionais que não podem ser desconsideradas. O

que está especialmente em jogo na reivindicação da “livre associação” dos partidos políticos é o cálculo da maximização dos ganhos eleitorais, possibilitando arranjos que ampliem as alianças para as eleições nacionais sem forçar situações em que adversários nos Estados da Federação sejam sacrificados ou impedidos de competir devido à união nacional.

Com as eleições casadas³ a partir de 1994 observou-se que nem sempre a “livre associação” foi benéfica aos partidos. Situações embaraçosas nas campanhas eleitorais, e climas “canibalescos” nos bastidores sinalizaram que as “feridas” geradas com disputas de adversários regionais não superaram a aliança firmada na campanha nacional. Em vários estados brasileiros candidatos à Presidência tiveram que se distanciar das campanhas regionais, não podendo comparecer em palanques, pois seus aliados nacionais disputavam o Poder Executivo estadual. Se a curto prazo os “ganhos” eleitorais dos partidos são mais garantidos com a

1. A verticalização das coligações significa que as coligações eleitorais na disputa para presidente devem ser seguidas nas eleições estaduais, ou pelo menos não podem ser desrespeitadas.
2. www.uol.com.br. “Últimas Notícias”, 8.12 .2005.
3. Eleições casadas são eleições que ocorrem conjuntamente (mesmo calendário eleitoral). No Brasil, a partir das eleições de 1994, as eleições nacionais (Presidência, Câmara dos Deputados, Senado) são feitas junto com as eleições estaduais (Governadores e Assembléias Legislativas).

“livre associação”, a médio e longo prazos as organizações partidárias perdem em sua capacidade e qualidade de ação política, especialmente na arena nacional. A dificuldade se agrava no período pós-eleitoral, quando os partidos sentem os entraves para alcançarem uma atuação coesa de seus parlamentares e aliados, que costuraram compromissos regionais nem sempre conciliáveis com a direção nacional dos partidos.

A experiência da eleição de 2002, com a introdução da “verticalização das coligações eleitorais”, também nos mostrou que a “jaula de ferro” da tradição localista, a informalidade e a criatividade da política brasileira falaram mais alto. O fio da fidelidade, que se bifurca várias vezes, conduziu os inocentes ao sacrifício enquanto saciou os minotauros. Presumiu-se que convergir os “fios de Ariadne” pela verticalização das coligações nos levaria à saída desse “labirinto de fidelidades”, mas as “coligações brancas” e as “candidaturas laranjas” criaram novos túneis. Por um lado, a lei eleitoral não impediu que em alguns Estados as “coligações brancas”, na informalidade, apoiassem candidaturas não coadunadas com as estabelecidas para a Presidência da República. Por outro, as “candidaturas laranjas” em

alguns Estados garantiram a tarefa de aumentar o tempo de propaganda na TV e dar um espaço mais afortunado aos candidatos a deputado.

Recentes estudos sobre o perfil e os efeitos das coligações eleitorais no Brasil têm indicado a fragilidade e a inconsistência identitária-ideológica das coligações. Além disso, elas têm sido responsabilizadas como contribuintes do índice de fragmentação do sistema partidário brasileiro e fomentadoras de distorções de representação política no país. Muitos cientistas políticos brasileiros são favoráveis à proibição das coligações eleitorais para as eleições proporcionais. O projeto elaborado pela comissão especial de reforma política da Câmara dos Deputados não prevê a proibição das coligações eleitorais, mas estabelece a criação de uma “federação de partidos”. Os partidos poderiam assim fazer suas uniões livremente, no entanto elas devem permanecer em funcionamento de forma obrigatória por três anos, funcionando como uma “federação de partidos”. Isto impediria o troca-troca de legendas durante um período significativo e a federação funcionaria como um bloco parlamentar. No caso de dissolução da federação partidária neste período os partidos perderiam o

EM FOCO

direito de funcionar no parlamento. Ou seja, o “divórcio” pode ser feito e é previsto, mas o sacrifício e a perda devem ser incorporados no cálculo.

Fica ainda a pergunta a respeito da verticalização das coligações. Se partirmos da constituição brasileira que estabelece o “caráter nacional” dos partidos (art.17) e que um pré-requisito de uma organização partidária é ter o desejo explícito de governar a nação, o desafio é não

somente garantir a presença no território nacional, mas superar a ordem localista e regional, grande impedidora de projetos nacionalmente coesos dos partidos. A principal lição da verticalização das coligações é que a coesão nos “casamentos” pode ser estimulada por uma interpretação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas também não podemos ter a ilusão de que a ordem centrífuga seja eliminada apenas por uma decisão jurídica.

SILVANA KRAUSE é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, doutora em Ciência Política pela Katholische Universität Eichstätt/ Alemanha e ex-bolsista da Fundação Konrad Adenauer.

Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*



Energia: da crise aos conflitos? (n.4, 2005)

Desarmamento, segurança pública e cultura da paz (n. 03, 2005)

Reforma política: agora vai? (n. 02, 2005)

Reformas na Onu (n. 01, 2005)

Liberdade Religiosa em questão (n. 04, 2004)

Revolução no Campo (n. 03, 2004)

Neopopulismo na América Latina (n. 02, 2004)

Avanços nas Prefeituras: novos caminhos da democracia (n. 01, 2004)

Mundo virtual (n. 06, 2003)

Os intelectuais e a política na América Latina (n. 05, 2003)

Experiências asiáticas: modelo para o Brasil? (n. 04, 2003)

Segurança cidadã e polícia na democracia (n. 03, 2003)

Reformas das políticas econômicas: experiências e alternativas (n. 02, 2003)

Eleições e partidos (n. 01, 2003)

O Terceiro Poder em crise: impasses e saídas (n. 06, 2002)

O Nordeste à procura da sustentabilidade (n. 05, 2002)

Dilemas da Dívida (n. 04, 2002)
Ano eleitoral: tempo para balanço (n. 03, 2002)
Sindicalismo e relações trabalhistas (n. 02, 2002)
Bioética (n. 01, 2002)
As caras da juventude (n. 06, 2001)
Segurança e soberania (n. 05, 2001)
Amazônia: avança o Brasil? (n. 04, 2001)
Burocracia e Reforma do Estado (n. 03, 2001)
União Européia: transtornos e alcance da integração regional (n. 02, 2001)
A violência do cotidiano (n. 01, 2001)
Os custos da corrupção (n. 10, 2000)
Fé, vida e participação (n. 09, 2000)
Biotecnologia em discussão (n. 08, 2000)
Política externa na América do Sul (n. 07, 2000)
Universidade: panorama e perspectivas (n. 06, 2000)
A Rússia no início da era Putin (n. 05, 2000)
Os municípios e as eleições de 2000 (n. 04, 2000)
Acesso à justiça e cidadania (n. 03, 2000)
O Brasil no cenário internacional (n. 02, 2000)
Pobreza e política social (n. 01, 2000)

Para assinar ou adquirir os Cadernos Adenauer, acesse:

www.adenauer.org.br

Teoria e Políticas de Integração na União Européia e no Mercosul

Manuel Carlos Lopes Porto e Renato Galvão Flôres Jr.

Fundação Getulio Vargas

ISBN 85-225-0517-9 | R\$ 32,00

Na Europa e no Cone Sul o tema da integração tem gerado grandes polêmicas. Os autores deste livro, estudiosos do assunto em cada lado do Atlântico, expõem aqui a problemática da integração e discutem as políticas adotadas pela União Européia e pelo Mercosul. Sem dúvida, uma obra de grande interesse para um público vasto, nas áreas de direito, economia, relações internacionais, ciência política e história.



Partidos e coligações eleitorais no Brasil

Silvana Krause e Rogério Schmitt (orgs)

Fundação Konrad Adenauer e Editora da Unesp

85-7504-083-9 | R\$ 29,00

A questão das coligações eleitorais e seus impactos sobre o sistema partidário, tema recorrente no debate da Reforma Política brasileira, fornece ricos subsídios não somente para a reflexão sobre as mazelas da fragmentação do sistema partidário, mas também para o problema da tradição federativa e a nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro.

América Latina no início do século XXI, perspectivas econômicas sociais e políticas

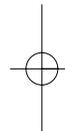
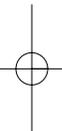
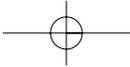
Gilberto Dupas (coordenador)

Fundação Konrad Adenauer e Editora da Unesp

85-7504-082-0 | R\$ 59,00

O panorama dos impasses e perspectivas que pairam sobre a América Latina no início do século XXI é abordado neste trabalho. Para além do fim das inflações crônicas e de algumas situações de crescimento espasmódico, a exclusão social e a concentração de renda aumentaram, crises profundas abalaram vários dos maiores países da região e a anomia das instituições públicas enfraquecidas levou a tendências neopopulistas que alguns imaginavam exauridas.





ESTE LIVRO FOI COMPOSTO
POR CACAU MENDES EM AGARAMOND
E IMPRESSO NO RIO DE JANEIRO
POR ARTES GRÁFICAS EDIL
EM PAPEL PÓLEN SOFT 80G/M²
PARA A FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
NO OUTONO DE 2006.

